GESTÃO DEMOCRÁTICA

Relatório de Atividades Biênio 2015/2016

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DA PARAÍBA

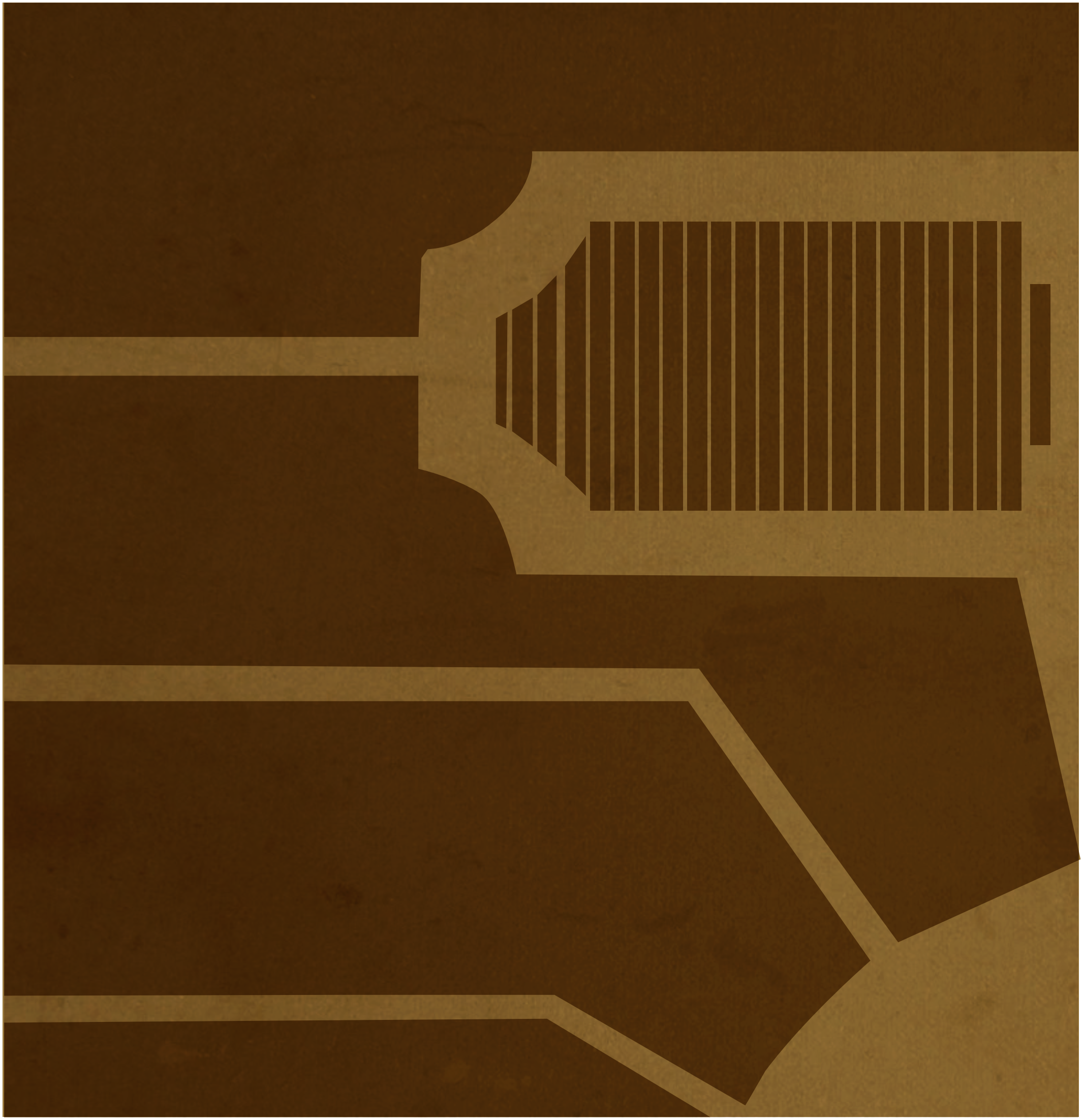


#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 3 03/04/2017 16:44:23

Símbolo maior do Poder Judiciário estadual paraibano,
o Palácio da Justiça destaca-se na paisagem urbana
da cidade de João Pessoa pela imponência do prédio.
Belo e suntuoso edifício situado no conjunto arquitetônico
conhecido como Praça dos Três Poderes,
na área central da Capital paraibana.







Gestão Democrática



A Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, em atenção ao que dispõe o Artigo 31, Inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, tem a honra de apresentar o Relatório de Atividades com a ações e projetos promovidos pela "Gestão Democrática", no biênio 2015/2016. O presente trabalho, apresentado em forma de livro, revela uma gestão administrativa firmada em pilares democráticos, a partir de decisões compartilhadas, com base em um Orçamento Participativo, o que se constitui um divisor de águas na história do Poder Judiciário estadual paraibano.

O projeto de Gestão Democrática, promovido pela Mesa Diretora, formada pelos desembargadores Marcos Cavalcanti de Albuquerque (presidente), José Ricardo Porto (vice-presidente) e Arnóbio Alves Teodósio (corregedor-geral de Justiça), partiu do princípio da assimilação dos novos ventos que arejam o Poder Judiciário brasileiro, calcado em decisões forjadas a quatro mãos, em contraposição ao modelo antigo, onde as decisões ocorriam de cima para baixo, de forma unilateral.

As plenárias do denominado Fórum Orçamentário ratificam o perfil democrático da gestão do presidente Marcos Cavalcanti e, por conseguinte, da Mesa Diretora do Poder Judiciário estadual. A propósito, estas – realizadas do litoral ao sertão – deram vez e voz aos juízes e servidores de todas as unidades judiciárias, numa jornada inconteste de priorização do 1º grau de jurisdição, realidade nunca antes vista na história do Tribunal de Justiça da Paraíba. Diante de tantas realizações, é possível assimilar que a deflagração do processo democrático no âmbito do Poder Judiciário estadual, com a eleição direta para diretores de fóruns; a atenção especial ao 1º grau de jurisdição, com destaque para o Fórum Orçamentário; e a expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe) formaram a viga mestra da gestão.

Outros dois grandes feitos foram a realização do 53º concurso público para o cargo de Juiz de Direito, que culminou com a nomeação e posse de 29 novos juízes, e a promoção, em dezembro de 2016, do 109º Encontro do Conselho de Tribunais de Justiça, evento que reuniu em João Pessoa grandes nomes do Judiciário nacional.

É importante atentar para o fato de que o presente trabalho traz, apenas, um resumo das principais ações promovidas pela Gestão Democrática; seria quase impossível apresentar em um único livro, em poucas páginas, todas as atividades realizadas neste período de dois anos.

Neste curto, mais profícuo biênio, foram desenvolvidas ações em todas as áreas, planejadas a partir de princípios democráticos, éticos e humanos, com foco na valorização do servidor (uma série de cursos ministrados a 1.737 servidores) e na modernização da máquina administrativa do Judiciário estadual. Vale ressaltar, por fim, que todo esse trabalho e esforço – que produziram muitos frutos – foram tocados com zelo ao erário público e sem que o Tribunal se afastasse um milímetro do controle rigoroso dos gastos, o que garantiu uma gestão equilibrada econômica e financeira, dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dever Cumprido!

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 7 03/04/2017 16:44:29

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MESA DIRETORA
(Biênio 2015/2016)

PRESIDENTE
Marcos Cavalcanti de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE
José Ricardo Porto

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA
Arnóbio Alves Teodósio

DESEMBARGADORES
Luiz Silvio Ramalho Júnior
Abraham Lincoln da Cunha Ramos
Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
Márcio Murilo da Cunha Ramos
Saulo Henriques de Sá e Benevides
Marcos Cavalcanti de Albuquerque
Joás de Brito Pereira Filho
Maria das Neves do Egito de Araújo Duda Ferreira
Arnóbio Alves Teodósio
Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
João Benedito da Silva
João Alves da Silva
Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho
José Ricardo Porto
Carlos Martins Beltrão Filho
Maria das Graças Morais Guedes
Leandro dos Santos
José Aurélio da Cruz
Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

JUÍZES-AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA
Anna Carla Falcão da Cunha Lima Alves
Carlos Neves da Franca Neto
Eduardo José de Carvalho

DIRETORIAS DO TJPB

ADMINISTRATIVA
Rosa Virgínia Oliveira Scarano
COMUNICAÇÃO
Valter Nogueira
ECONOMIA E FINANÇAS
Paulo Romero Ferreira e
Tárcio Pessoa (dezembro/2016)
ESPECIAL
Robson de Lima Cananéa
GESTÃO ESTRATÉGICA
Bruno Emmanuel M. de Oliveira
GESTÃO DE PESSOAS
José Antonio Coelho Cavalcanti
JUDICIÁRIA
Leila Rosa Leite
JURÍDICA
Magda Lygia de Albuquerque Tateyama
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Alinaldo Guedes Campos
SEGURANÇA
Gilberto Moura Santos
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Ney Robson Pereira de Medeiros

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

DIRETOR
Valter Nogueira

SUPERVISORAS
Eloise Elane e Lila Santos

JORNALISTAS
Clélia Toscano, Eloise Elane, Fernando Patriota, Gabriela Parente, Gilberto Lopes, Lila Santos, Kubitschek Pinheiro e Marcus Vinícius

ESTAGIÁRIOS
Laíse Santos, Marayane Ribeiro e Amyrane Alves

EDITORAÇÃO
Gilberto Lopes

FOTOGRAFIAS
Ednaldo Araújo e Arquivo TJPB

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Ricardo Araújo

SUPERVISOR DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS
Martinho Sampaio

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 8 03/04/2017 16:44:31



SUMÁRIO

A CORTE 12

ADMINISTRATIVO 15

TECNOLOGIA 67

CELERIDADE 73

EVENTOS 111

OBRAS 149

CORREGEDORIA 163

ESMA 173









#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 10 03/04/2017 16:44:49

SUMÁRIO









A Corte

O Tribunal de Justiça da Paraíba é formado por 19 desembargadores
(Biênio 2015-2016)



Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque
Presidente



Des. José Ricardo Porto
Vice-presidente



Des. Arnóbio Alves Teodósio
Corregedor-geral de Justiça



Desembargador
Luiz Silvio Ramalho Júnior



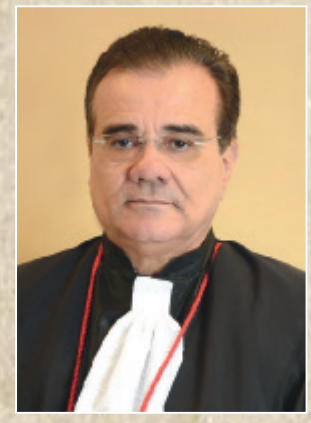
Desembargador
Abraham Lincoln da Cunha Ramos



Desembargadora
Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti



Desembargador
Márcio Murilo da Cunha Ramos



Desembargador
Saulo Henriques de Sá e Benevides



Desembargador
Joás de Brito Pereira Filho

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 12 03/04/2017 16:45:12



Desembargadora
Maria das Neves do Egito de Araújo Duda Ferreira



Desembargador
Romero Marcelo da Fonseca Oliveira



Desembargador
João Benedito da Silva



Desembargador
João Alves da Silva



Desembargador
Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho



Desembargador
Carlos Martins Beltrão Filho



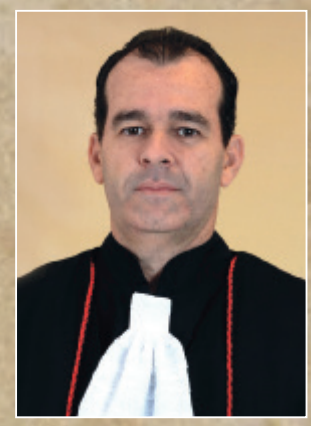
Desembargadora
Maria das Graças Morais Guedes



Desembargador
Leandro dos Santos



Desembargador
José Aurélio da Cruz

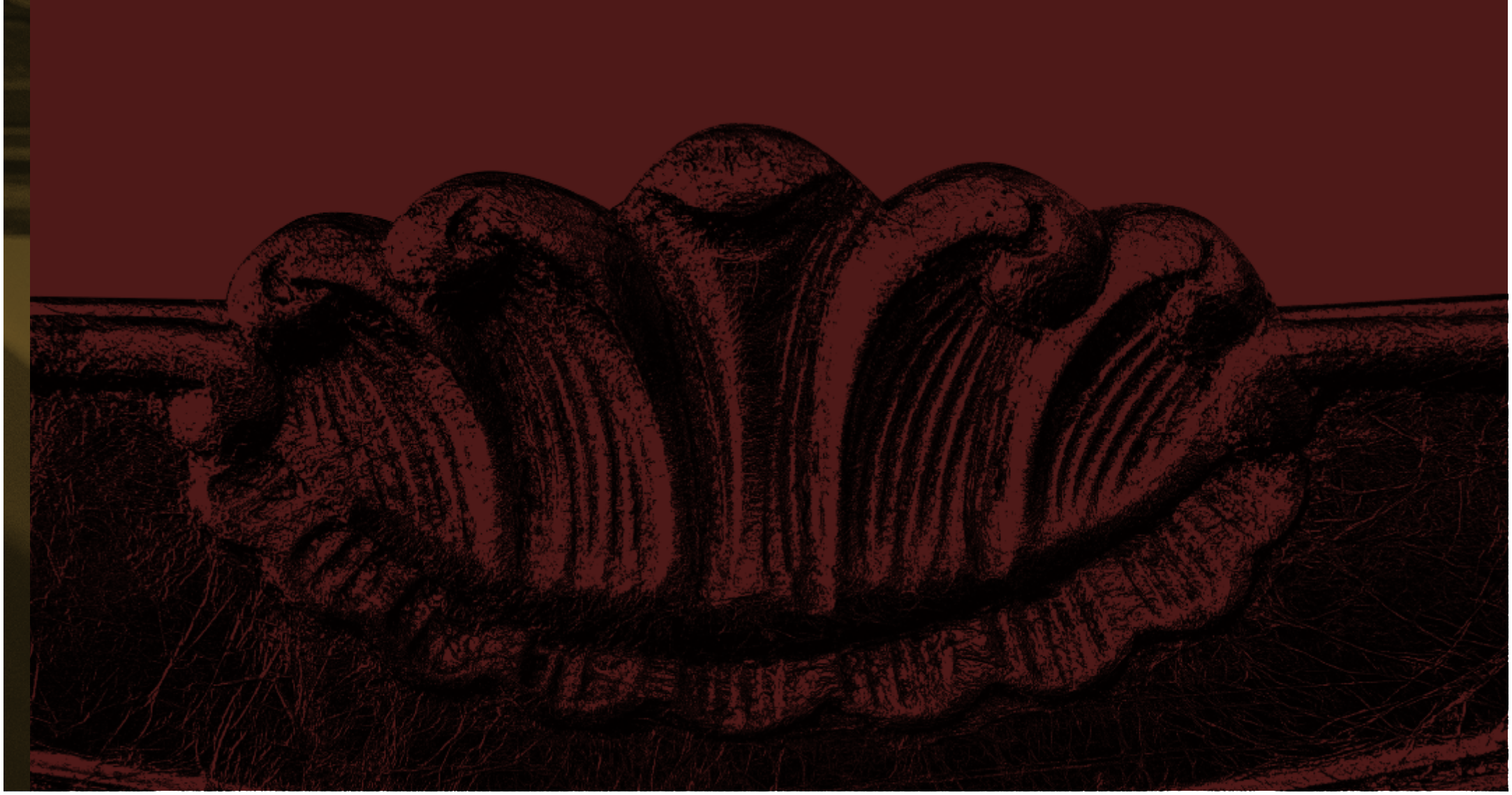


Desembargador
Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 13 03/04/2017 16:45:24



Administrativo



Presidência

“Fraternidade, amizade e diálogo.
São esses os pilares que quero imprimir
aos trabalhos que inicio à frente do Judiciário paraibano”

Estas foram as palavras do presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, ao abrir a primeira sessão administrativa do Tribunal Pleno, na tarde do dia 4 de fevereiro de 2015, na condição de gestor da Corte de Justiça. A ocasião foi marcada por votos de sucesso, para a gestão do biênio 2015/2016.

Marcos Cavalcanti foi empossado na Presidência do TJPB em cerimônia realizada no Teatro Paulo Pontes, do Espaço Cultural José Lins do Rêgo, junto com os demais integrantes da Mesa Diretora, os desembargadores José Ricardo Porto (vice-presidente) e Arnóbio Alves Teodósio (corregedor-geral de Justiça), todos eleitos através do voto direto, em novembro de 2014.

Em seu discurso, além dos desafios da magistratura brasileira, o presidente empossado apontou alguns direcionamentos necessários ao Estado. “Os tribunais precisam melhor se aparelhar, se informatizar, construir fóruns com condições mínimas para a prática dos atos judiciais, ter mais servidores e mais juízes”, afirmou.

“Tenho a intenção de combater as principais mazelas do Judiciário, como a morosidade, a improbidade administrativa, além de cumprir as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e impulsionar o Processo Judicial Eletrônico (PJe)”, anunciou, na ocasião.

No discurso proferido, otimista, o presidente declarou: “Gostaria de poder dizer no final do meu biênio administrativo: fiz alguma coisa no combate à morosidade da Justiça, melhorei a prestação jurisdicional na Paraíba, para que me fosse dado afirmar como um dos maiores brasileiros, o Presidente Epitácio Pessoa: ‘Nunca ninguém, por mais humilde que fosse, apelou para mim, em nome da Justiça, que me não visse logo, pessoalmente, empenhado na defesa do seu direito’”.

Ao concluir o mandato, o desembargador comemora as metas alcançadas.





#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 16 03/04/2017 16:45:50







O desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque discursa na posse na Presidência do TJPB, em cerimônia realizada no Teatro Paulo Pontes, do Espaço Cultural José Lins do Rêgo.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 17 03/04/2017 16:45:56





Primeira sessão administrativa do Tribunal Pleno sob a presidência do desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 19 03/04/2017 16:45:57

A desembargadora Maria das Graças foi a primeira mulher a dirigir a Escola Superior da Magistratura na Paraíba, instituição que é o braço acadêmico do Poder Judiciário. Ela foi substituída pela desembargadora Fátima Bezerra Cavalcanti (foto abaixo).





#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 20 03/04/2017 16:46:00



Posse na Esma

Escola Superior da Magistratura foi coordenada por duas mulheres

No biênio 2015/2016, a Escola Superior da Magistratura Esma) esteve sob o comando de duas diretoras: as desembargadoras Maria das Graças Morais Guedes (fevereiro de 2015 a abril de 2016) e Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti (abril de 2016 a janeiro de 2017).

A desembargadora Maria das Graças foi a primeira mulher a presidir a Escola, que é o braço acadêmico do Poder Judiciário na Paraíba. A Escola Superior da Magistratura (ESMA) tem primado, a cada ano, no cumprimento do seu papel de formação e aperfeiçoamento de juízes e servidores do Poder Judiciário estadual.

No dia 8 de abril de 2016, a desembargadora Fátima Bezerra assumiu o cargo. Devido a uma nova missão, ao ser nomeada vice-presidente e corregedora do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, a desembargadora Maria das Graças entendeu afastar-se das funções de diretora da Escola.

Na transmissão de cargo, o diretor-adjunto da Escola, juiz Ricardo Vital de Almeida, apresentou um relatório das principais atividades desenvolvidas no período de fevereiro de 2015 a março de 2016, na gestão da desembargadora Graça Morais.

"A história da Esma tem se renovado num processo de aperfeiçoamento, implementando benefício desse que é o maior patrimônio acadêmico do Tribunal de Justiça da Paraíba", disse Ricardo Vital.

Já desembargadora Graça Morais agradeceu o apoio incondicional do presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti, nas ações desenvolvidas na Esma, nos 14 meses de sua gestão, bem como à equipe administrativa e acadêmica da Escola e todos os seus servidores. "A nossa história está escrita e perpetuada aqui, nessa instituição de ensino, pelas nossas ações e atividades executadas", declarou.

Quanto à desembargadora Fátima Bezerra, o presidente do Judiciário estadual assegurou que com a competência e a experiência da nova diretora, durante o biênio que presidiu o TJPB, já tinha uma certeza de grande administração na Esma.

A desembargadora Fátima Bezerra destacou, ao discursar, a necessidade da união de todos em prol do engrandecimento da Escola Superior da Magistratura. "Para lograr êxito, qualquer administração tem que contar com o apoio e empenho de todos, do mais simples ao mais graduado servidor", enfatizou.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 21 03/04/2017 16:46:02

Novos Juízes

Jovens, mas com excelente formação

A partir de fevereiro de 2017, as unidades judiciais de 1ª entrância do Poder Judiciário estadual receberam 29 novos juízes aprovados no 53º Concurso Público do cargo de juiz de direito substituto do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Engana-se quem imagina entrar, a partir desta data, em uma das varas judicias do Estado e encontrar juízes com a cabeça branca ou idade superior aos 40 anos. A média de idade dos concursados, nomeados e empossados é de 27 anos.

Exemplo dessa juventude é a juíza Francisca Brena Camelo Brito, que é natural de Santa Quitéria (CE). Com apenas 26 anos, é a mais nova entre os juízes empossados, e diz estar preparada para o exercício da magistratura e ciente dos grandes desafios que estão por vir.

"Tenho a plena noção da grande responsabilidade que é decidir questões relativas a jurisdicionados e réus com imparcialidade e sensibilidade", disse.

A magistrada ressalta que compreende que a plena maturidade profissional só se adquire com anos de trabalho. "É por isso que o curso de formação inicial para juízes é bastante importante, para que todos cheguem nas comarcas mais ambientados com a prática profissional, em razão da troca de vivências feita no curso", afirma.

Este é o pensamento, também, da juíza Lessandra Nara Torres Silva, que é de Santa Catarina. Ela, que à época da nomeação, em 2016, havia completado 27 anos, disse que a sociedade paraibana podia esperar ética e força de vontade de trabalho dos novos magistrados. Além de atuarem nas comarcas da Justiça Comum, a maioria dos novos juízes também poderão responder por algumas unidades da Justiça Eleitoral no Estado.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 22 03/04/2017 16:46:06



O desembargador Marcos Cavalcanti deu posse aos novos juízes, aprovados em concurso público.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 23 03/04/2017 16:46:10

Por dentro da tecnologia

Para o presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, a Justiça brasileira é formada cada vez mais por magistrados jovens. “Vejo isso como um amadurecimento do povo brasileiro. As crianças hoje começam a estudar aos dois ou três anos e concluem a sua universidade muito mais cedo. Assim, os jovens passam a ocupar cargos públicos também cedo”, disse o presidente.

Ele observa que povo da Paraíba já está acostumado a conviver com os juízes jovens, além de serem bastante respeitados pelas comarcas onde exercem suas atividades judicantes.

O ministro Sérgio Luiz Kukina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ressalta que o país hoje faz parte de uma sociedade digital, e os jovens têm o domínio desse mundo, compreendendo com mais facilidade o contexto e diálogo tecnológico.

“Hoje nós sabemos que os dados demográficos indicam que a juventude está presente e falando a linguagem moderna, ou seja, a linguagem tecnológica”, afirma o ministro.

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Científico e Pedagógico da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), desembargador Eládio Lecey, que ministrou aula no curso de formação inicial para os novos juízes, diz que a característica do brasileiro que inicia na carreira da magistratura, e em muitos países da Europa, é o perfil jovem e com pouca experiência prática na carreira jurídica.

“Há uma tendência à juvenilização da magistratura brasileira; temos juízes cada vez mais jovens”. Entretanto, ele se mostra impressionado com a qualidade e a preparação dos juízes, apesar da pouca idade. “Os alunos estão respondendo muito bem às aulas, onde tratamos temas inovadores à formação dos magistrados”, disse o desembargador Eládio.

Já o presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), juiz Horácio Ferreira de Melo Júnior, vê como positiva essa nova cara do Judiciário brasileiro. “Acreditamos na competência, na capacidade e na desenvoltura da juventude. E a magistratura da Paraíba formada por jovens juízes dará um incentivo maior para que os resultados saiam com maior rapidez, bem como penso que jovem tem vontade, garrar e determinação e esse será o novo perfil do Judiciário do Estado”, assegurou.





#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 24 03/04/2017 16:46:12





Os novos magistrados participaram de curso de formação, que durou três meses. Conheceram as sessões das câmaras, a exemplo da 3ª Cível (no alto), e participaram de palestras. Estiveram em mutirões de conciliação e visitaram unidades judiciais e presídios. No primeiro dia de aula foram recepcionados pelo desembargador Marcos Cavalcanti.

Comarcas beneficiadas

Os novos juízes assumiram as unidades das comarcas de Barra de Santa Rosa, Boqueirão, Pocinhos, Serra Branca, Sumé, Água Branca, Coremas, Juazeirinho, Malta, Piancó, Princesa Isabel, Santana dos Garrotes, Taperoá, Itaporanga, Brejo do Cruz, Catolé do Rocha, Paulista, São Bento, Uiraúna, Bonito de Santa Fé, Cajazeiras, Conceição, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas e Araçagi.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 25 03/04/2017 16:46:19

Eleições Diretas



Escolha de diretores de fóruns passa a ser democrática

Em 22 de julho de 2016, um ato assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, de forma inovadora, deu início ao processo de democratização na escolha dos diretores de fóruns. A partir daquela data, os ocupantes dos cargos passaram a ser escolhidos por eleição direta, com a participação de servidores e magistrados.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 26 03/04/2017 16:46:22



O presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti, com magistrados e servidores da comarca de Sousa.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 27 03/04/2017 16:46:25

Eleições Diretas

SOUSA - Já no dia 5 de julho de 2016, Marcos Cavalcanti dava posse ao juiz José Normando Fernandes no cargo de diretor do Fórum da Comarca de Sousa, na condição de primeiro diretor eleito por servidores e magistrados. Ao tomar posse no cargo, o juiz lembrou que já dirigiu o Fórum de Sousa em outras oportunidades, mas que aquele momento tinha "um sentido e um sabor especial".



O juiz José Normando foi eleito para o cargo de diretor do Fórum de Sousa.

MONTEIRO - A comarca seguinte foi Monteiro. Na manhã do dia 22 de julho, a juíza Kátia Daniela de Araújo, da 3ª Vara Mista, assumiu o cargo de diretora do Fórum "Ministro Luiz Rafael Mayer".



A juíza Kátia Daniela de Araújo assina termo de posse.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 28 03/04/2017 16:46:31

Eleições Diretas

SAPÉ - Dando seguimento ao processo de democratização, os servidores e magistrados de Sapé elegeram para a Diretoria do Fórum a juíza Juliana Duarte Maroja, empossada no dia 4 de agosto de 2016. Já em outubro, a juíza Andréa Caminha da Silva assumia o cargo, em virtude da designação de Juliana para o Juizado Especial Misto da Comarca de Mamanguape.

No entendimento do presidente Cavalcanti, a eleição direta é resultante do exercício do poder discricionário que a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba lhe faculta, de indicar e nomear, livremente, o diretor que entender conveniente. Porém, de forma inovadora, há convicção no sentido de que a decisão de eleição direta torna muito mais eficaz o sistema de escolha e propicia a participação de todos os servidores e magistrados, vez que estes conhecem o perfil de cada magistrado que presta serviço na comarca.



Juíza Juliana Duarte Maroja foi empossada na Diretoria do Fórum de Sapé.





A juíza Andréa Caminha substituiu Juliana Maroja no Fórum de Sapé.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 29 03/04/2017 16:46:37

Voluntários

Programa beneficia comarcas com o apoio de 113 nomeados

No dia 28 de agosto de 2015, data em que se comemora o Dia Nacional do Voluntariado, o desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque assinou a nomeação de 113 voluntários, que passaram a atuar nas unidades do Poder Judiciário estadual. A solenidade de posse aconteceu no hall do Pleno, com a presença de vários magistrados, familiares e auxiliares da Presidência do TJPB.

O programa beneficiou todas as comarcas do Estado. A mão de obra é totalmente espontânea e gratuita, mas enriquecedora para os voluntários. O desembargador explica que "eles têm o Poder Judiciário como laboratório profissional. Os voluntários estarão em todos os setores administrativos do Tribunal, como também nas varas das comarcas paraibanas".

O perfil dos voluntários varia de estudantes a aposentados e a ideia da maioria é a especialização e o preparo para o mercado de trabalho. O presidente destaca que o Tribunal de Justiça de Pernambuco e o Ministério Público da Paraíba já trabalham com voluntários, com repercussão muito positiva.

No caso do Tribunal de Justiça da Paraíba, o programa foi instituído por uma resolução aprovada pelo Pleno. "Todos os nomeados vão receber um certificado que vale como experiência. Para os alunos de Direito, isenta os mesmos de provar os três anos de prática jurídica, para um eventual concurso de juiz".

A criação, organização e regulamentação do Programa Voluntários da Justiça está disciplinada na Resolução nº 15/2015, aprovada pelo Pleno no dia 29 de maio de 2015. O projeto foi defendido pelo desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, coordenador da Política de Priorização do 1º Grau de jurisdição no Estado. A política foi elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, entre outros objetivos, busca equalizar a força de trabalho no 1º grau.

Experiência e cidadania

Ítala Viana de Carvalho foi uma das voluntarias empossadas. A aluna do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) estava no oitavo período e foi trabalhar na 2ª Vara Criminal de João Pessoa, junto à assessora do juiz Tércio Chaves de Moura. "Estou muito empolgada em poder trabalhar, oficialmente, como voluntária do Tribunal. Acredito que será muito importante para minha carreira profissional", avaliou.

Já a voluntária Juana Carolina Alves Carneiro ressaltou que cada pessoa pode dar um pouco de si em favor do próximo, de uma comunidade, do serviço público, fator que caracteriza o trabalho voluntário. "Essa atividade é uma realidade presente na cultura dos países desenvolvidos. Eu tive a oportunidade de ser voluntária nos Estados Unidos; é um experiência muito rica", comentou.

O serviço voluntário constitui atividade não remunerada e pode ser prestado por pessoa física e entidade pública de qualquer natureza, com vistas a contribuir com o trabalho desenvolvido pelos servidores, e não caracteriza vínculo empregatício.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 30 03/04/2017 16:46:39



Assinatura da nomeação de 113 voluntários durante solenidade no hall da Sala de Sessões do Pleno.





Voluntária Ítala Viana destaca a oportunidade profissional.



Marcos Cavalcanti entrega kit de trabalho à voluntária Juana Carolina.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 31 03/04/2017 16:46:49

Governador em Exercício

Por duas vezes, Marcos Cavalcanti assume cargo interinamente

Por duas vezes, o desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque se afastou da presidência do Tribunal de Justiça para assumir o Governo do Estado, numa demonstração de harmonia entre os poderes constituídos na Paraíba.

A primeira vez ocorreu em julho de 2015. Ao término do período do dia 22 a 26, o governador Ricardo Coutinho destacou o empenho do magistrado: "Quero agradecer, publicamente, ao desembargador Marcos Cavalcanti, por sua passagem pelo Governo do Estado. Como homem público e gestor que é, soube ter todo zelo e probidade possíveis com as questões administrativas e políticas do nosso Estado", disse durante solenidade, no Palácio da Redenção, de apresentação de um conjunto de obras que foram entregues no aniversário da cidade de João Pessoa.

Durante os cinco dias como governador, Cavalcanti recebeu prefeitos, despachou com secretários, visitou o arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Pagotto, esteve no Lar da Providência, na posse do então vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), desembargador Alberto Virgínio. No dia 25, ele visitou sua cidade natal, Mamanguape. Lá, conheceu de perto o Hospital Geral de Mamanguape e a Escola Técnica.

Ainda como governador, Cavalcanti presidiu as homenagens alusivas ao transcurso dos 85 anos da morte do ex-presidente João Pessoa.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 32 03/04/2017 16:46:53



O desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque assumiu interinamente o Governo do Estado, 5 de janeiro de 2017, no lugar do governador em excercício, deputado estadual Adriano Galdino, presidente da Assembleia Legislativa.

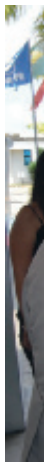


O governador Ricardo Coutinho, durante coletiva de imprensa, destacou o zelo e probidade do desembargador e presidente do TJPB a frente das questões administrativas do Estado.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 33 03/04/2017 16:46:58

Governador em Exercício

(Ano 2017)



Entrega de CNH do Programa Habilitação Social e visita a colégio

Já no dia 5 de janeiro de 2017, o desembargador Marcos Cavalcanti assumiu interinamente o Governo do Estado e, em ato contínuo, assinou lei que reconhece de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campina Grande. A transmissão de cargo transcorreu às 11h, no Salão Nobre do Palácio da Redenção, pelo deputado estadual Adriano Galdino, presidente da Assembleia Legislativa, até então governador em exercício. Galdino esteve à frente do Poder Executivo no período de 31 de dezembro de 2016 a 4 de janeiro de 2017.

"Tenho ciência da simplicidade deste ato, até por que estamos – digo, o deputado Adriano Galdino e eu –, apenas cumprindo um ato protocolar constitucional. Porém, a simplicidade não tira a relevância do ato, qual seja: assumir interinamente o Governo, por ocasião da ausência temporária do governador Ricardo Coutinho e da vice-governadora, Lígia Feliciano", declarou Cavalcanti.

À tarde, ele visitou a Escola Estadual Mestre Sivuca, no bairro Cidade Verde, na Capital. O governador em exercício esteve acompanhado do secretário de Estado da Educação, professor Aléssio Trindade, e do diretor da unidade educacional, Claudemir Rodrigues.

Cavalcanti ficou "impressionado" com as instalações físicas da Escola, que, além de contar com turmas do ensino fundamental e médio, mantém dois cursos profissionalizantes: Informática e Segurança do Trabalho.

Outra instituição visitada foi o Detran, já no dia 6, ocasião em conheceu projetos e programas desenvolvidos pelo órgão, a exemplo da apresentação das mudanças do envio do IPVA e Licenciamento de Veículos. O ponto alto da visita foi a entrega, feita pelo governador em exercício, de uma carteira de habilitação a Midian Rodrigues de Lima, uma das 575 contempladas pelo programa Habilitação Social.

A visita do governador Marcos Cavalcanti ao Detran foi acompanhada pelo secretário de Segurança, Cláudio Lima, e pelo superintende do órgão, Agamenon Vieira. "O programa Habilitação Social, que oferta aos mais necessitados a carteira nacional de habilitação totalmente gratuita, é um ação de grande alcance, pois oportuniza aos jovens uma chance de entrar no mercado de trabalho.", declarou o governador.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 34 03/04/2017 16:46:59







NO DETRAN - O governador em exercício, desembargador Marcos Cavalcanti, conheceu projetos e programas desenvolvidos pelo órgão, a exemplo da apresentação das mudanças do envio do IPVA , Licenciamento de Veículos e o programa Habilitação Social.





NA CAPITAL - O governador em exercício, Marcos Cavalcanti, visitou a Escola Estadual Mestre Sivuca, no bairro Cidade Verde.



NO PALÁCIO - O governador em exercício recebeu a visita de cortesia do deputado estadual Bruno Cunha Lima (PSDB). Na oportunidade, o deputado agradeceu ao Governo do Estado por ter sancionado a lei que reconhece de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campina Grande, fruto de projeto de lei de autoria do parlamentar.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 35 03/04/2017 16:47:03

Priorização do 1º Grau



Comitês orçamentários trabalham para reaparelhar primeira instância

Mais investimentos para uma melhor estruturação da primeira instância do Poder Judiciário. É o que está previsto na Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 194 do CNJ) e abraçada pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, que também estabeleceu diretrizes com a Resolução nº 12/2014.

De acordo com o presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, o foco na solução dos problemas que afligem o 1º grau exige uma mudança de mentalidade. "Estamos construindo um novo paradigma, através de estudos e levantamentos científicos, matemáticos e racionais, que nos orientarão para o aperfeiçoamento da atividade jurisdicional. Vamos avançar neste trabalho", afirmou, ao abrir a primeira reunião do Comitê de Priorização do 1º Grau, realizada em 2015, no Auditório "Ministro Alcides Carneiro", no Palácio da Justiça.

Coordenadas pelo desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, as ações para a priorização foram iniciadas em 2014, com a Jornada de Priorização do 1º Grau, realizada em quatro momentos, nas comarcas de Patos, Campina Grande, Guarabira e João Pessoa. As discussões reuniram magistrados e servidores de cada região, quando foram formados comitês orçamentários, que, a partir de 2015, começaram a trilhar os caminhos rumo para o reaparelhamento do 1º grau, porta de entrada da Justiça.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 36 03/04/2017 16:47:07



Primeira reunião do Comitê de Priorização do 1º Grau.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 37 03/04/2017 16:47:10



Reunião de priorização de metas.

Governança colaborativa nas linhas de trabalho

Os integrantes do Comitê de Priorização do 1º Grau realizaram a primeira reunião em março de 2015, com o objetivo de conhecer o Planejamento Estratégico do TJPB, o calendário anual das reuniões do grupo e as linhas que viriam a ser trabalhadas na Política. Já no primeiro encontro, as discussões giraram em torno dos temas "governança colaborativa" e "diálogo social e institucional".

As outras linhas trabalhadas ao longo do ano foram a equalização da força de trabalho, adequação orçamentária (estudada pelos Comitês Orçamentários de 1º e 2º graus), alinhamento ao plano estratégico do TJPB, infraestrutura e tecnologia, prevenção e racionalização de litígios, estudos e pesquisas e formação continuada.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 38 03/04/2017 16:47:13



Aprimoramento da gestão orçamentária

Os Comitês Orçamentários para o 1º e 2º Graus também foram eleitos durante a Jornada e servem para definir, através de estudos, as prioridades que devem ser contempladas pelo orçamento do Judiciário.

Os dois grupos (formados por juízes, servidores, entidades representativas de classe) começaram a atuar em setembro de 2014, já na construção do orçamento 2015, porém de forma atribulada, diante do pequeno prazo para envio da peça orçamentária à Assembleia Legislativa.

"A partir de 2015, passamos a ter uma condição melhor de trabalho. Para isso, introduzimos no Planejamento Estratégico o aprimoramento da gestão orçamentária, através de três projetos: criação do novo modelo de peça orçamentária; quadro do detalhamento de despesas do Poder Judiciário e montagem de um portfólio de convênios extraorçamentários", disse o desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.

Já na primeira reunião de 2015 dos Comitês Orçamentários, os membros discutiram dois mecanismos: um de acompanhamento do orçamento de 2015 e outro para definir como será trabalhado o orçamento para 2016.

Em relação à verba destinada aos dois graus de jurisdição, o desembargador destacou que "a divisão atenderá à questão da demanda, porém, verificando-se o investimento sob o ponto de vista da proporcionalidade prevista nas Resoluções".

Através da nova Política, em virtude de ser a instância que concentra a maior demanda processual e representar as portas do Judiciário, o 1º grau receberá uma atenção privilegiada.

Uma caminhada estratégica até 2020

A caminhada para desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, celeridade, eficiência e efetividade dos serviços judiciários da primeira instância será longa. Por conta disso, o alinhamento do Planejamento Estratégico à Política mereceu urgência, com a realização de inúmeras reuniões, que resultaram em nove objetivos estratégicos e 21 projetos.

O Planejamento foi aprovado pelo Tribunal Pleno do TJPB em sessão realizada no dia 15 de abril de 2015 e, para o coordenador da Priorização, foi um passo determinante para que o Judiciário desenvolva projetos e programas continuados.

De acordo com Bruno Oliveira, que responde pela Diretoria de Gestão Estratégica do TJPB, cada projeto é gerido por um magistrado e coordenado por um servidor e obedece a um calendário de atividades a serem realizadas durante todo o ano, com prazos estabelecidos para entrega de resultados.

"A elaboração do planejamento foi gratificante, por percebemos a proatividade de todos e o desejo de colaboração, para que possamos resgatar a ideia de um plano estratégico de médio e longo prazos", pontuou Bruno.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 39 03/04/2017 16:47:15



Plenária em nível de 2° grau do Fórum Orçamentário do Poder Judiciário realizada no TJPB, em João Pessoa.

Fórum Orçamentário

A partir de 2015, um novo modelo de construção do orçamento do Poder Judiciário paraibano passou a ser implementado junto a aqueles que fazem a Justiça em todo o Estado. Foram realizadas as plenárias do Fórum Orçamentário, que lotaram auditórios de todas as regiões da Paraíba com magistrados e servidores das sete circunscrições (grupo de comarcas), debatendo necessidades, demandas urgentes e prioridades de investimento em cada localidade.

O Fórum Orçamentário do Poder Judiciário foi aprovado pelo Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba no dia 10 de dezembro de 2015, com o objetivo de permitir a participação de servidores e magistrados na elaboração das metas que tratam do orçamento do Judiciário estadual. O Fórum foi mais uma ferramenta instituída na Política de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição, desenvolvida pela Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça da Paraíba.

As plenárias aconteceram em sete etapas: as seis primeiras em nível de 1º grau de circunscrição e a última, no TJPB, em nível de 2º grau. Para priorização, foram eleitos os temas: “Pessoal” (citado em seis dos sete encontros), “Modernização do Plano de Carreiras” (citado em cinco dos sete encontros) e “Realização de concurso público” (citado em cinco dos sete encontros).

A primeira plenária ocorreu no dia 29 de fevereiro de 2016, na comarca de Cajazeiras, abrangendo os municípios da 5ª circunscrição: Bonito de Santa Fé, Conceição, São José do Rio do Peixe, São José de Lagoa Tapada e São José de Piranhas.

Os magistrados e servidores elegeram “Segurança patrimonial e institucional” como investimento prioritário. As outras

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 40 03/04/2017 16:47:16



Patos elege funcionalismo como prioridade na última plenária do Fórum Orçamentário no 1º Grau.



Fórum Orçamentário, realizado em Sousa, aponta necessidade de investimentos na área de 'Pessoal'.

duas alternativas apontadas foram: "Capacitação" e "Construção, ampliação e reforma de unidades judiciárias".

Já na segunda plenária, em Sousa, os temas mais votados foram "Pessoal" (funcionalismo), seguido de "Realização de concurso público" e "Aperfeiçoamento do Plano de Cargos". A atividade abrangeu os municípios de Brejo do Cruz, Catolé do Rocha, Jericó, Paulista, Pombal, São Bento, Sousa e Uiraúna.

Guarabira sediou a terceira plenária, com a primeira priorização para "Pessoal (funcionalismo)". As comarcas participantes foram Alagoinha, Araçagi, Arara, Araruna, Bananeiras, Belém, Cacimba de Dentro, Caiçara, Mari, Pilões, Pirpirituba, Serraria e Solânea participaram deste terceiro encontro.

"Modernização do Plano de Carreira", foi o ponto principal eleito na 4ª plenária do Fórum Orçamentário, em Campina Grande. Participaram juízes e servidores das comarcas de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Aroeira, Barra de Santa Rosa, Boqueirão, Cabaceiras, Campina Grande, Cubati, Cuité, Esperança, Ingá, Monteiro, Picuí, Pocinhos, Prata, Queimadas, Remígio, São João do Cariri, Serra Branca, Soledade, Sumé e Umbuzeiro.

A quinta plenária reuniu na Capital os magistrados e servidores da 1ª circunscrição: Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, Gurinhém, Itabaiana, Jacaraú, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Pedras de Fogo, Pilar, Rio Tinto, Santa Rita e Sapé. Mais uma vez, a maior indicação foi para "Pessoal (funcionalismo)", seguido por "Realização de Concurso Público" e "Modernização do Plano de Carreiras" como investimento prioritário a ser contemplado pelo orçamento do Poder Judiciário da Paraíba para 2017.

Patos sediou a última plenária do Fórum, com a participação dos servidores e juízes das comarcas de Água Branca, Coremas, Itaporanga, Juazeirinho, Malta, Piancó, Princesa Isabel, Santana dos Garrotes, São Mamede, Santa Luzia, Taperoá e Teixeira.

O gestor do projeto, juiz Edivan Rodrigues, explicou que o próximo passo é definir as reuniões setoriais dos Comitês de 1º e 2º graus, que analisarão a viabilidade da inserção das questões apontadas durante as plenárias. O magistrado lembrou que o prazo para conclusão e entrega do orçamento do Poder Judiciário estadual termina no mês de agosto. "Até lá, todas as propostas apresentadas durante as plenárias já terão sido analisadas e, se viáveis, inseridas no orçamento do Judiciário estadual", afirmou.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 41 03/04/2017 16:47:17



Reuniões de Avaliação da Estratégia

Os encontros serviram para que a direção do Tribunal e os colaboradores da Estratégia analisassem o andamento da execução do planejamento e dos projetos, bem como discutissem os ajustes necessários para o alcance dos resultados desejados.

As RAEs (Reuniões de Avaliação da Estratégia) foram realizadas na sala de sessão do Tribunal Pleno e contaram com a participação da Mesa Diretora do Tribunal, da Ouvidoria; da Esma, de diretores do Tribunal, gestores e coordenadores de projetos estratégicos e convidados.

A primeira RAE foi realizada no dia 14 de maio de 2015 e teve como finalidade apresentar os 21 projetos. Ao final da apresentação foi aberto espaço para recebimento de contribuições para execução do projeto.

A segunda reunião ocorreu no dia 11 de junho de 2015. Nela, foram apresentadas as dificuldades encontradas por cada gestor e coordenador na execução dos projetos, além de ocorrer discussão de soluções para agilizá-los. As demais RAEs ocorreram nos dias 17/08, 05/10, 16/11 e 14/12, seguindo a mesma metodologia da reunião anterior.

A última Reunião de Avaliação da Estratégia, realizada na data de 14/12/2015, teve como objetivo principal a entrega dos relatórios finais dos projetos no exercício de 2015, contendo os resultados alcançados e as perspectivas para o ano de 2016.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 42 03/04/2017 16:47:21



Abertura de RAE em João Pessoa teve palestra do governador Ricardo Coutinho.



Magistrados e servidores ouviram o governador Ricardo Coutinho, que falou sobre finanças do Estado e destinação orçamentária a todos os poderes.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 43 03/04/2017 16:47:30



Reunião de Avaliação da Estratégia analisa 21 projetos e metas do CNJ. Encontro ocorreu em maio de 2015.









#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 44 03/04/2017 16:47:40



Des. Oswaldo Trigueiro preside a 2ª Reunião de Avaliação da Estratégia, realizada em junho de 2015.





3ª Reunião de Avaliação da Estratégia, realizada em agosto de 2015.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 45 03/04/2017 16:47:42



4° Reunião de Avaliação da Estratégia, realizada em outubro de 2015.





5° Reunião de Avaliacão Estratégica, realizada em novembro de 2015.





#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 46 03/04/2017 16:47:44

ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS

Os projetos que dão suporte ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário da Paraíba, conforme determina a resolução 11/2015 do TJPB e resolução 198/2014 do CNJ, foram construídos coletivamente por meio de reuniões de trabalho cujo marco inicial se deu no dia 4 de março de 2015. Para cada Projeto Estratégico foram selecionados gestores (magistrados) e coordenadores (servidores), que têm a missão de realizar a execução e o controle das atividades de seus projetos.

PROJETO(S)	GESTOR E COORDENADOR
1- Acesso Seguro	Micheline Jatobá Jardel Rufino
2 - Captação de recursos extraorçamentários	Fábio José João Miranda
3 - Celeridade dos proc. de reincid. e má conduta criminal	Lilian Cananéa Adriano Buriti
4 - Comitê orçamentário interpoderes	Philippe Guimarães
5 - Economia responsável	Keops Vasconcelos
6 - Equalização da força de trabalho	Marcos Salles Carol Leal
7 - Gestão dos processos coletivos e demandas repetitivas	Gutemberg Taciana Queiroga
8 - Identificação e formação de gestores e líderes	Ramonilson Gomes
9 - Implantação do Banco de Talentos	Simary Queiroga Carmem Estelita
10 - Justiça na Comunidade	Bruno Izidro Tony Fábio
11 - Monitoramento e melhoria da imagem institucional	Edvan Rodrigues Gabriela Parente
12 - Nova Estrutura de Controle Interno	Carlos Lisboa André Camilo
13 - Nova peça orçamentária e QDD Interno	Gilberto Medeiros Igor Rodrigues Leal
14 - Plano de comunicação da estratégia	Henrique Jácome Bruno Oliveira
15 - Plano de Obras	Max Nunes Francisco Leitão
16 - Política de remoção de servidores	Aparecida Gadelha
17 - Polos de Atendimento da qualidade de vida	Ana Cristina Penazzi
18 - Reestruturação de rotinas	Leonardo Sousa Tony Marcio
19 - Reestruturação de Unidades Judiciárias do 1º Grau	Onaldo Queiroga Renata Grigório
20 - Renovação do parque tecn. das unidades do 1º grau	Antonio Silveira Bruno Oliveira
21 - Segurança de comarcas de fronteiras	Adilson Fabrício João Botelho

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 47 03/04/2017 16:47:44

Alinhamento do Planejamento

A partir do processo de alinhamento do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Paraibano, a Gerência de Projetos iniciou a construção dos projetos, buscando identificar propostas que pudessem dar aderência à Estratégia definida para o sexênio 2015-2020.

O Planejamento elaborado trouxe 14 objetivos estratégicos, distribuídos em cinco temas específicos: Orçamento, Eficiência Operacional, Atuação Institucional, Gestão de Pessoas e Infraestrutura e Tecnologia. Para alcance desses objetivos, a Gerência de Projetos buscou estruturar o portfólio de projetos, que contou com a participação de magistrados e servidores como gestores e coordenadores, respectivamente, de cada projeto.

Os projetos foram desenvolvidos através da metodologia Canvas, que permitiu uma visualização gráfica de todo o projeto, facilitando sua compreensão e a justificativas de cada etapa. A metodologia possibilitou, em reuniões à curto prazo, captar as necessidades que atendessem aos objetivos estratégicos. Ao final de toda fase de planejamento, todos os planos dos projetos foram alimentados num software chamado do Redmine.

Foram elaborados 21 projetos que buscam atender aos objetivos estratégicos traçados no planejamento do Tribunal de Justiça da Paraíba, sendo eles:







#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 48 03/04/2017 16:47:46



> NOVA PEÇA ORÇAMENTÁRIA E QDD INTERNO

OBJETIVO: Desenvolver um novo modelo de peça orçamentária, que identifique os recursos destinados ao 1º e 2º graus; que as despesas não vinculadas sejam realizadas mediante pr ojetos estratégicos e que detalhe o orçamento em nível de subelementos de despesas.

GESTOR: Gilberto de Medeiros Rodrigues

COORDENADOR: Higor Rodrigues Leal

SITUAÇÃO: Concluído

> CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

OBJETIVO: Elaborar uma cartilha que contemple todas as linhas de convênios disponíveis voltadas à realidade e à necessidade do Poder Judiciário da Paraíba, bem como o passo a passo na captação desse recurso, como forma de dar suporte e incremento ao orçamento do TJPB.

GESTOR: Fábio José de Oliveira Araújo

COORDENADOR: João de Miranda Peregrino Filho

SITUAÇÃO: Concluído – cartilha para elaboração e execução dos convênios.

> RENOVAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO

OBJETIVO: Estabelecer uma política de renovação e controle do parque tecnológico no 1º grau, através de: inventário atualizado do parque tecnológico; levantamento das necessidades das unidades; dimensionamento de reserva técnica; política de descarte; estabelecimento de novo padrão dos equipamentos de TI; observância das resoluções do CNJ; critérios de economicidade para aquisição e descarte de bens e manutenção/reposição de peças.

GESTOR: Antônio Silveira Neto

COORDENADOR: Bruno Emmanuel Medeiros de Oliveira

SITUAÇÃO: Parado – aguardando capacitação em aquisições de bens de TI.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 49 03/04/2017 16:47:50

> PLANO DE OBRAS

OBJETIVO: Elaborar o planejamento das necessidades em infraestrutura de todas as Unidades Judiciárias, com aprovação do Plano de Obras, que trará um levantamento da situação atual de todas as Unidades Judiciárias; contemplará os requisitos definidos pelas Resoluções do CNJ; um levantamento do impacto orçamentário de todas as atividades e o recadastramento de todos os imóveis.

GESTOR: Max Nunes de Franca

COORDENADOR: Francisco de Lima Tabosa

SITUAÇÃO: Parado – aguardando aprovação da resolução

> SEGURANÇA DE COMARCAS DE FRONTEIRA

OBJETIVO: Instituir política de segurança, voltada aos magistrados, servidores e patrimônio das comarcas de fronteira mais vulneráveis.

GESTOR: Michelini de Oliveira Dantas Jatobá

COORDENADOR: Jardel Rufino Sá

SITUAÇÃO: Parado – aguardando aprovação de minuta de resolução

> ACESSO SEGURO

OBJETIVO: Garantir a segurança dos magistrados, servidores e jurisdicionados, através de uma política de controle de acesso às instalações do Poder Judiciário da Paraíba, bem como a capacitação dos agentes de segurança; o levantamento dos equipamentos de segurança existentes no Poder Judiciário; crachás de identificação para servidores, usuários e prestadores de serviços; a padronização dos layouts de acesso e um software de controle de acesso.

GESTOR: Michelini de Oliveira Dantas Jatobá

COORDENADOR: Jardel Rufino Sá

SITUAÇÃO: Parado – aguardando aprovação de minuta de resolução.

> IMPLANTAÇÃO DO BANCO DE TALENTOS

OBJETIVO: Desenvolver e implantar uma ferramenta para identificação de perfis profissionais, chamada de banco de talentos, através da criação de banco de dados unificado que possa ser consultado por todos os setores; a realização de estudos sobre legislação referente à movimentação de servidores; recenseamento dos servidores e realizar a divulgação atualizada da tabela das áreas de interesse de qualificação por setor.

GESTOR: Antonieta Lúcia Maroja Arcoverde Nóbrega

COORDENADOR: Carmem Estelita Rodrigues de Arruda

SITUAÇÃO: Concluído

> POLOS DE ATENDIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA

OBJETIVO: Instalação dos postos de atendimento da qualidade de vida em algumas comarcas que possam prestar atendimento odontológico, pronto atendimento, imunizações periódicas e terapias alternativas periódicas através de convênio com Prefeituras, Estado e Instituições de Ensino Superior, bem como realizar campanhas para divulgação dos polos.

GESTOR: Ana Christina Soares Penazzi Coelho

COORDENADOR: Valeria Lucia Winkeler Beltrao

SITUAÇÃO: Parado – aguardando realização de convênios com entidades

> IDENTIFICAÇÃO EFORMAÇÃO DE GESTORES E LÍDERES

OBJETIVO: Desenvolver uma política permanente de identificação e formação de gestores e líderes, por meio de atos normativos que disciplinem esta política, através de: cooperação com instituições especializadas em recursos humanos; fomento à formação acadêmica e profissional continuada; estabelecimento de estrutura de cumprimento de metas e legitimação, via critérios objetivos, para o exercício de gerência

GESTOR: Ramonilson Alves Gomes

COORDENADOR: Claudio Cavalcanti de Sousa

SITUAÇÃO: Parado – aguardando aprovação de minuta de resolução.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 50 03/04/2017 16:47:50

> POLÍTICA DE REMOÇÃO DE SERVIDOR

OBJETIVO: Instituir política de remoção de servidores por meio de critérios objetivos de remoção; alcance da transparência na disponibilidade de vagas para remoção e tendo antiguidade e merecimento como critérios para remoção.

GESTOR: Maria Aparecida Sarmento Gadelha

COORDENADOR: Candice Dantas Bringel

SITUAÇÃO: Parado – aguardando aprovação de minuta de resolução.

> REESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DO 1º GRAU

OBJETIVO: Elaborar atos normativos sobre critérios de criação, instalação, transformação e extinção de unidades judiciárias, que observem os indicadores sociodemográficos; geográficos; demanda processual; aspectos históricos e políticos e considere o projeto de equalização da força de trabalho.

GESTOR: Onaldo Rocha de Queiroga

COORDENADOR: Renata Grigório Silva Gomes

SITUAÇÃO: Parado – aguardando definição de cenários.

> GESTÃO DE PROCESSOS COLETIVOS E DEMANDAS REPETITIVAS

OBJETIVO: Estabelecer mecanismos de gestão dos processos coletivos e demandas repetitivas, através da criação de um banco estadual de ações coletivas; implementação da conciliação em ações coletivas contra o Estado e cursos de aperfeiçoamento em processo coletivo.

GESTOR: José Gutemberg Gomes Lacerda

COORDENADOR: Tarciana Vanessa Queiroga da Nobrega

SITUAÇÃO: Parado – aguardando aprovação de minuta de resolução conjunta com MPE.

> REESTRUTURAÇÃO DE ROTINAS

OBJETIVO: Realizar a padronização de rotinas de trabalho nas varas privativas de juizados, através de um manual de rotinas que trará um fluxograma da tramitação do processo, o detalhamento das tarefas de competência dos servidores no cumprimento dos atos e fará a correlação da Lei nº 9.099 com provimentos da corregedoria sobre atos ordinatórios.

GESTOR: Leonardo Sousa de Paiva Oliveira

COORDENADOR: Tony Márcio Leite Pegado

SITUAÇÃO: Atrasado – falta concluir modelagem das rotinas.

> EQUALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

OBJETIVO: Estabelecer critérios e normatizar a equalização da força de trabalho, proporcional à demanda, por ato normativo, através de um diagnóstico da força de trabalho atual; atendimento dos requisitos da minuta do CNJ referente à força de trabalho; pesquisa em outros tribunais e um plano de capacitação continuada.

GESTOR: Marcos Coelho de Salles

COORDENADOR: Ana Caroline Leal Vasconcelos

SITUAÇÃO: Parado – aguardando ajustes decorrente das Resoluções nº 219 e 243 do CNJ. Prazo final de implementação: 01/07/2017.

> CELERIDADE DOS PROCESSOS DE REINCIDÊNCIA E MÁ CONDUTA CRIMINAL

OBJETIVO: Dar maior celeridade aos processos de reincidência e má conduta criminal mediante elaboração de ato normativo que priorize estes processos e permita elaborar um acervo dos mesmos, através de: inventário do acervo de processos; pesquisa em outros tribunais por atos normativos sobre o assunto, bem como pesquisa na legislação.

GESTOR: Lilian Frassinetti Correia Cananéa

COORDENADOR: Adriano Lima Buriti

SITUAÇÃO: Parado – aguardando aprovação de ato normativo instituindo META .

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 51 03/04/2017 16:47:50

> NOVA ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO

OBJETIVO: Fomentar novas práticas de controles internos, através do manual de procedimentos com a instituição de uma equipe multidisciplinar.

GESTOR: Carlos Eduardo Leite Lisboa

COORDENADOR: André da Silva Camilo

SITUAÇÃO: Parado – alterar o escopo do projeto.

> PLANO DE COMUNICAÇÃO DA ESTRATÉGIA

OBJETIVO: Promover a comunicação do planejamento estratégico no âmbito do poder judiciário, através da implantação do Plano de Comunicação da Estratégia, com espaço, sobre a estratégia, de forma exclusiva no portal do TJPB; divulgação, através de eventos, do planejamento em todas as unidades judiciárias; promoção do planejamento em todo material gráfico produzido, sempre que possível e a criação de um canal para captação de iniciativas.

GESTOR: Henrique Jorge Jacome de Figueiredo

COORDENADOR: Bruno Emmanuel Medeiros de Oliveira

SITUAÇÃO: Parado – elaborar calendário de visitas 2017

> MONITORAMENTO E MELHORIA DA IMAGEM INSTITUCIONAL

OBJETIVO: Estabelecer uma política de monitoramento e melhoria da imagem institucional, através de: pesquisa da imagem institucional; pesquisas setoriais; capacitações de servidores e magistrados; divulgação da imagem institucional em todas as comarcas e campanha de valorização do Judiciário.

GESTOR: Edivan Rodrigues Alexandre

COORDENADOR: Gabriela Fonseca Parente

SITUAÇÃO: Parado – aguardando autorização da administração para realização da pesquisa da imagem do PJPB.

> COMITÊ ORÇAMENTÁRIO INTERPODERES

OBJETIVO: Criação de um comitê orçamentário interpoderes, que deverá ter acesso aos dados orçamentários; participação de técnicos das áreas orçamentária e financeira, além de outros e fomentar a participação de todos os poderes.

GESTOR: Philippe Guimarães Padilha Vilar

COORDENADOR: Mario Heitor Medeiros dos Santos

SITUAÇÃO: Parado – aguardando aprovação no legislativo da criação e conseqüente instalação do Comitê.

> ECONOMIA RESPONSÁVEL

OBJETIVO: Implantar uma política de redução do consumo de energia, água, telefone e material de expediente através de uma campanha; com a criação de cartilha de conscientização; realização de palestras; instituição do prêmio "Fórum Econômico" que será acompanhado por medições mensais e premiação semestral.

GESTOR: Keops de Vasconcelos Amaral Vieira Pires

COORDENADOR: Vitório Trócoli Filho

SITUAÇÃO: Parado – aguardando autorização para execução do fórum econômico.

> JUSTIÇA NA COMUNIDADE

OBJETIVO: Implantar núcleos de negociação, mediação e conciliação em comunidades, visando à consolidação de soluções extrajudiciais, que disponha de cursos de capacitação; palestras de cidadania e convênios entre o Tribunal e as comunidades que sediarão os centros.

GESTOR: Bruno César Azevedo Isidro

COORDENADOR: Tony Fábio Cavalcante Viana

SITUAÇÃO: Parado – aguardando doação de equipamentos para comunidade-piloto.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 52 03/04/2017 16:47:50



Um software desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal permite monitorar, até via celular ou smartphone, o andamento em tempo real de cada projeto. “Planejar ações de trabalho é fundamental para qualquer empresa, seja pública ou privada. Todo o instrumento que permita a velocidade na conclusão dos projetos são bem vindos”, comentou o presidente Marcos Cavalcanti de Albuquerque.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 53 03/04/2017 16:47:50

Tribunal sem Distância

Corte de Justiça se instala no interior do Estado

Estar mais próximo da base da Justiça e dos setores do 1º grau de jurisdição. Estar presente nas regiões mais longínquas da Capital paraibana. Dialogar com os magistrados, servidores e com a população sobre os problemas e soluções para as demandas judiciais existentes no Sertão, Cariri, Brejo, Borborema e Litoral. Foi com este objetivo que o TJPB desenvolveu o projeto Tribunal sem Distância, lançado pelo desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, no dia 24 de setembro de 2015.

Por meio do programa, a cúpula dirigente do Judiciário percorreu, no biênio 2015/2016, regiões da Paraíba, prestando contas sobre a gestão, levando informações técnicas sobre o andamento de projetos, esclarecendo as dúvidas e as demandas mais urgentes das unidades visitadas.

O presidente Cavalcanti ressalta que, antes mesmo de tomar posse no cargo, já tinha convicção de que formataria um projeto para levar o Tribunal ao interior do Estado, promovendo integração.

"Buscamos interiorizar as ações do Tribunal, conhecer melhor as urgências e situação de cada região e estreitar os vínculos, na busca por um melhor funcionamento da Justiça", declarou o presidente.

A primeira etapa do projeto, ocorrida em Bananeiras, nos dias 24 e 25 de setembro, reuniu magistrados, servidores e políticos de 19 comarcas, que puderam conhecer o funcionamento da máquina administrativa e debater temas como metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), súmulas do TJPB, Ouvidoria e Corregedoria-Geral de Justiça, Política de Priorização do 1º Grau, entre outros.

Os temas foram discutidos também na segunda etapa, realizada em Monteiro, durante os dias 8 e 9 de outubro, onde oito comarcas da região do Cariri Ocidental participaram do encontro.

No mês de novembro, o Tribunal sem Distância chegou à comarca de Cajazeiras, encerrando o cronograma de 2015. Já no ano seguinte, foram realizados encontros em patos, Sousa, Cajazeiras e Campina Grande.



Desembargador Marcos Cavalcanti apresenta o projeto Tribunal Sem Distância.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 54 03/04/2017 16:47:58

A dinâmica dos eventos

O primeiro dia do evento é reservado ao diálogo entre juízes, diretores de fórum e chefes de cartório, desembargadores, magistrados e dirigentes administrativos do Tribunal de Justiça da Paraíba.

O momento é destinado a assuntos de ordem administrativa, com falas também dos juízes auxiliares da Presidência e diretores do TJPB, relacionadas ao Controle Interno, Tecnologia da Informação, Diretoria Administrativa, além de políticas e projetos como o "Voluntários da Justiça".

Também é explicado aos presentes o funcionamento das audiências de custódia, através do qual o preso em flagrante deve ser apresentado a um juiz, com até 24 horas após a prisão, para exercer o direito de defesa; e o cumprimento da Meta 2, por meio da qual o Tribunal deve Identificar e julgar processos distribuídos no 1º grau nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

No segundo dia, os membros do Tribunal conversam com prefeitos, vereadores, lideranças classistas, religiosos e demais representantes da sociedade civil organizada da região.

"Buscamos interiorizar as ações do Tribunal, conhecer melhor as urgências e situação de cada região e estreitar os vínculos, na busca por um melhor funcionamento da Justiça"

Desembargador
Marcos Cavalcanti de Albuquerque



Encontro em Monteiro.



Encontro em Bananeiras.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 55 03/04/2017 16:48:04



Reunião discute os sistemas de segurança e acesso ao Tribunal de Justiça da Paraíba e unidades judiciárias.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 56 03/04/2017 16:48:04

Segurança

Criado o programa Acesso Seguro

Catracas eletrônicas, para o controle de acesso e identificação de servidores e visitantes, foram instaladas no Tribunal de Justiça da Paraíba e do Anexo Administrativo. O equipamento será adotado, também, nos Fóruns Criminal, Cível e de Mangabeira, em João Pessoa, e outras comarcas, ainda em 2016. Servidores recebem crachás de identificação.

A ação faz parte do projeto Acesso Seguro, do Planejamento Estratégico do TJPB, que começou a ser desenvolvido no início de 2015, e visa estabelecer um controle mais rígido de entrada e saída de servidores e visitantes nos prédios do Judiciário, para oferecer mais segurança a todos que circulam nos ambientes da Justiça.

Os trabalhos do projeto Acesso Seguro foram iniciados com o levantamento de todas as entradas e saídas dos ambientes para a colocação das catracas, quando foi feita avaliação dos espaços disponíveis para recepção, que foram padronizados.

De acordo com a gestora do projeto, juíza Michelini Jatobá, os visitantes também serão identificados, deverão informar o destino e receberão um crachá. "A partir de uma plataforma com a Receita Federal, com o CPF do visitante, teremos acesso a informações pessoais, como nome, endereço, entre outras", explicou a magistrada.

A juíza disse ainda que os visitantes não estarão impedidos de circular por outros locais diversos do destino informado, porém, em casos de comportamentos estranhos ou suspeitos, nas dependências das unidades judiciárias, será possível se obter mais informações daqueles que se encontram no local, visto que o sistema também apresentará foto, bem como horário de entrada e de saída.

Armas apreendidas

Em dois anos, o Tribunal de Justiça destinou ao Exército 6.268 armas de fogo aprendidas em operações policiais e que faziam parte de processos. A transferência de armamentos, dos fóruns aos quartéis, faz parte das medidas de segurança adotadas pelo Judiciário. De acordo com o diretor de Segurança do TJPB, coronel PM Gilberto Moura, do total de armas, 3.117 foram apreendidas no período de janeiro a novembro de 2016.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 57 03/04/2017 16:48:06

Saúde para Todos

Programa prevê ambiente para ginástica laboral

No final de 2015, foi instalado o Comitê de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário Estadual. O Comitê foi composto pelo desembargador João Benedito, a juíza Silmary Alves, o diretor de Gestão de Pessoas, José Antônio Cavalcanti e a gerente de Qualidade de Vida, Valéria Beltrão.

O Comitê seguiu a Resolução 207/2015 do CNJ, que tem como objetivo garantir que os profissionais do Judiciário tenham acesso a um ambiente de trabalho saudável. A resolução diz respeito a magistrados, servidores e seus dependentes.

Já através do Planejamento Estratégico, o Tribunal de Justiça da Paraíba ainda desenvolveu o projeto "Saúde para Todos", em mais uma iniciativa para garantir a qualidade de vida e valorizar o trabalho dos magistrados e servidores.

O projeto, em parceria com universidades particulares, prevê a instalação de consultórios odontológicos, um setor de pronto atendimento com equipe de enfermagem para primeiros socorros e um espaço para ginástica laboral e acupuntura nas comarcas de Campina Grande, Guarabira, Patos, Sousa e Monteiro.

De acordo com a juíza, o tribunal viabilizará os espaços nos fóruns enquanto que as universidades privadas devem fornecer os estagiários da área de saúde para que o "Saúde para Todos" seja realizado.

O projeto prevê a instalação de um espaço para ginástica laboral e acupuntura nas comarcas de Campina Gr ande, Guarabira, Patos, Sousa e Monteiro.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 58 03/04/2017 16:48:07

Gestão de Pessoas

Servidores são beneficiados com progressão e promoção

Visando dar maior celeridade às decisões sobre os processos administrativos de progressão e promoção dos servidores, a Presidência do Tribunal de Justiça editou o Ato nº 58/2015, que incluiu, no Ato da Presidência nº 15/2015, a delegação de poderes à Diretoria de Gestão de Pessoas para decidir sobre processos de movimentação funcional dos servidores.

A descentralização ocasionou maior rapidez na decisão sobre os processos de progressão e promoção funcionais, uma vez que o fluxo de tramitação processual foi otimizado, reduzindo o tempo de duração média da decisão de 120 para 30 dias, o que representa, em termos percentuais, uma redução de 75%.

Com relação ao quantitativo de processos decididos após as alterações de fluxo, foram 2.106 processos virtuais contra uma média de 1.200 físicos decididos, analisando-se o mesmo espaço de tempo, ou seja, dois anos.

A Diretoria de Gestão de Pessoas comemora os resultados alcançados até o momento, mas esclarece que novas melhorias nos seus processos internos estão sendo analisadas, e acredita que serão implementadas a partir da aprovação do planejamento estratégico da área de gestão de pessoas, que se encontrava em fase de conclusão ao término do biênio 2015/2016.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 59 03/04/2017 16:48:09



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 60 03/04/2017 16:48:13



Em solenidade no Palácio do Governo, o presidente do TJPB lança o edital de convocação dos credores para negociação de precatórios.

Precatórios

TJPB e Estado fazem parceria para negociação com os credores e efetivação de pagamentos

Desde o início da gestão do biênio 2015/2016, o Tribunal de Justiça da Paraíba atuou para concretizar orientações do Conselho Nacional de Justiça, no sentido da efetivação de pagamentos de precatórios. Feito isso, a partir de acordo com prefeitos, em 2015, a ampliação desses pagamentos foi concretizada, de forma inédita, com a criação da Câmara de Conciliação de Precatórios (Conprec) e, em parceria com o Governo do Estado, do lançamento do edital de convocação dos credores para negociação.

Assim, em 15 de setembro de 2016, o presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, e o governador Ricardo Coutinho assinaram o edital. A Câmara foi instituída pela Lei 10.945/2015, iniciativa inédita no Estado. O objetivo, segundo a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), foi viabilizar a celebração de acordos diretos para o pagamento aos titulares, sucessores, procuradores e cessionários desses débitos, e para acelerar o pagamento da dívida estadual em precatórios, orçada em R$ 1,3 bilhão.

"Nós abrimos uma possibilidade de negociação entre os credores e o Estado (devedor), a ser pago via Tribunal de Justiça, com um pequeno deságio, que constará no edital. Quem quiser, pode se habilitar", disse o governador Ricardo Coutinho.

Para o presidente do TJPB, a instalação da Conprec foi de grande importância. "Existem duas queixas da sociedade, em relação ao Poder Judiciário: a morosidade da Justiça e o retardamento do pagamento de precatórios. Classifico como um bem enorme, essa ação do Governo do Estado, que beneficiou, inicialmente, as pessoas mais idosas e portadoras de doenças crônicas", comentou Marcos Cavalcanti.

Os valores foram conferidos nominalmente e foram homologados pelo juiz Antônio Carneiro de Paiva Júnior. "As pessoas tiveram a oportunidade de, num prazo determinado, aderir ao programa para receber o crédito com um desconto no valor nominal", afirmou o magistrado.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 61 03/04/2017 16:48:16

Números supreendentes

O juiz Eduardo José de Carvalho Soares, auxiliar da Presidência do TJPB e responsável pela Gestão de Precatórios, destaca que o Tribunal de Justiça da Paraíba atingiu números surpreendentes no pagamento de precatórios, tanto de quitação integral e efetiva de créditos, quanto sob a ótica social da decisão administrativa, determinando que se efetivasse a real e concreta "superpreferência", ou seja, fossem pagos os precatórios de natureza alimentar aos portadores de doenças graves e/ou maiores de 60 anos de idade, conforme o § 2º, do Art.100, da CF/88 e Resolução CNJ n.115/2010.

O impacto numérico quantitativo de pessoas beneficiadas, que eram portadoras de doenças graves e idosos, foi de 9.514 credores, equivalendo ao aporte financeiro de R$ 95,33 milhões. "Dentre estes, tiveram seu crédito integramente quitado 8.058 credores; demonstrando o absoluto respeito à dignidade da pessoa humana, fazendo da máquina administrativa um instrumento de justiça social. Para tanto, a Presidência do TJPB enfrentou ataques e resistências de grandes credores e seus advogados, mas se manteve firme no propósito de, com criatividade diante da crise econômica, valorizar os menos favorecidos e mais necessitados", afirma o magistrado.

Entretanto, o TJPB também não deixou de pagar os que se encontravam na lista de espera da ordem cronológica alimentar e ordinária, tendo destes créditos quitado 543 processos do importe de R$ 103,46 milhões, sendo R$ 61,48 milhões de municípios e R$ 41,98 do Governo do Estado.

Eduardo José explica que o Tribunal de Justiça teve que remeter à Secretaria do Tesouro Nacional e efetivar bloqueios pelo sistema BacenJud (retenções e sequestro) em contas de 76 entes federativos públicos dos 139 em Regime Especial de Precatórios na Paraíba.

"Medidas desagradáveis, mas necessária para o cumprimento do dever", afirma o magistrado. E esclarece: "Teve que responder a vários processos judiciais, do Supremo Tribunal Federal ao Tribunal de Justiça da Paraíba, mas isto, apenas se deu pela simples razão de não ter tido medo de agir na conformidade com a lei, e assim, não ter sido omisso em seu mister".

CRISE ECONÔMICA

Em todas as irresignações foram apresentadas apenas uma tese – crise econômica e financeira do ente devedor com impacto na necessidade de suporte nas áreas básicas de dever público ao cidadão. Nunca contra a legalidade dos atos.

Por outro lado, com o Programa de Audiência de Conciliação em Precatórios, realizado em parceria com o Ministério Público Estadual, logo no início da gestão do biênio 2015/2016, foram realizados 92 encontros com prefeitos, secretários de finanças e procuradores, para orientar, planejar e preparar os gestores para o novo regime de precatórios que entrou em vigor em janeiro de 2016. Assim, foram realizados 76 acordos; propondo o parcelamento do estoque da dívida durante o ano de 2015.

"Obteve-se êxito em 78,26%, vindo a se consolidar o que se previa, e os municípios que cumpriram os acordos sentiram a vantagem de tê-los feito. A importância desse programa foi a demonstração de que o Judiciário não é apenas para punir, mas para trabalhar em prol do crescimento e desenvolvimento econômico regional, para tanto, deve manter um canal de diálogo aberto, democrático, transparente e republicano, a fim de resolver os problemas que são do interesse de todos", avalia Eduardo José de Carvalho.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 62 03/04/2017 16:48:16



O governador Ricardo Coutinho e o desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque assinam o edital de precatórios.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 63 03/04/2017 16:48:18



Reunião da Câmara de Conciliação de Precatórios (Conprec), presidida pelo desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 64 03/04/2017 16:48:18



Câmara de negociação do TJPB permitiu ampliar pagamentos

O juiz Eduardo José de Carvalho destaca, ainda, a parceria com a Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba, na construção normativa e entrosamento operacional para realização do Programa do Acordo Direto, autorizado por Resolução do CNJ, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e, mais recente, pela Emenda Constitucional 94/16.

Publicado edital para os credores inscritos em precatórios nos orçamentos do biênio 2006/2007, consolidaram-se 181 acordos diretos, perfazendo um total de pagamentos no aporte de R$ 7,5 milhões, proporcionando uma economia para a dívida de precatórios do Estado da Paraíba no valor de R$ 4,67. Isso favoreceu a possibilidade de pagar mais pessoas credoras, além de resolver imediatamente o crédito do acordante, antecipando o recebimento, embora com deságio.

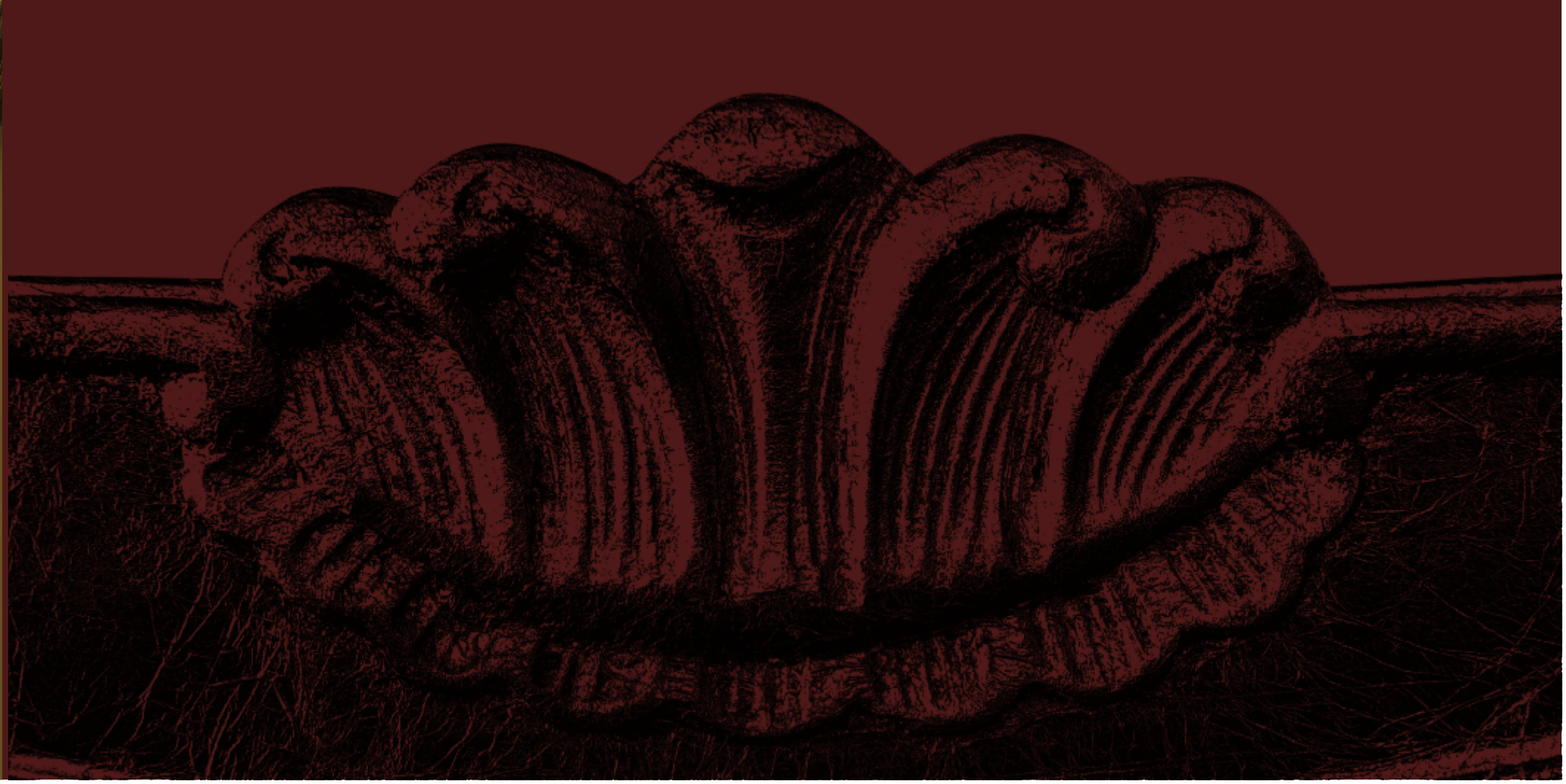
O trabalho foi executado por uma equipe liderada pelo gerente de Precatórios, Ugo Rodrigo Gomes de Queiroz, com o acompanhamento do juiz Eduardo José de Carvalho Soares e seus assessores Dra. Maira Brito Marques e Dr. Alexandre Lemos Dutra, e das servidoras Ana Carla Xavier Fonseca Leite e Juliana Coutinho.

Para o juiz Eduardo José de Carvalho, em tempos de elevada escassez de recursos financeiros, embora previstos em orçamento, mas não realizados por queda de receita, o desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, na gestão dos precatórios, demonstrou extraordinária vocação e coragem administrativa, com decisões duras, porém sociais, apresentou-se com a postura diplomática aos representantes dos entes federados, sem perder a altivez do dever constitucional de gestor das contas de precatórios. Teve, ainda, a hombridade de reconhecer o direito dos Advogados em receber honorários advocatícios contratuais no percentual destacado na requisição, em todas as oportunidades. Com isto, o resultado numérico e qualitativo na prestação do serviço e de quitação integral de créditos em precatórios por pessoa, no Estado da Paraíba, durante os anos de 2015/2016, é algo que se destaca no ápice do gráfico histórico desta seara. Além de ter promovido avanços extraordinários na transparência e relacionamento institucional, eficiência, e atos concretos de considerável impacto de justiça e economia social.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 65 03/04/2017 16:48:18


Consulta Processual
CONSULTAS
FAVORITOS
Nº do Processo
Nome da Parte
OAB
CONSULTAR

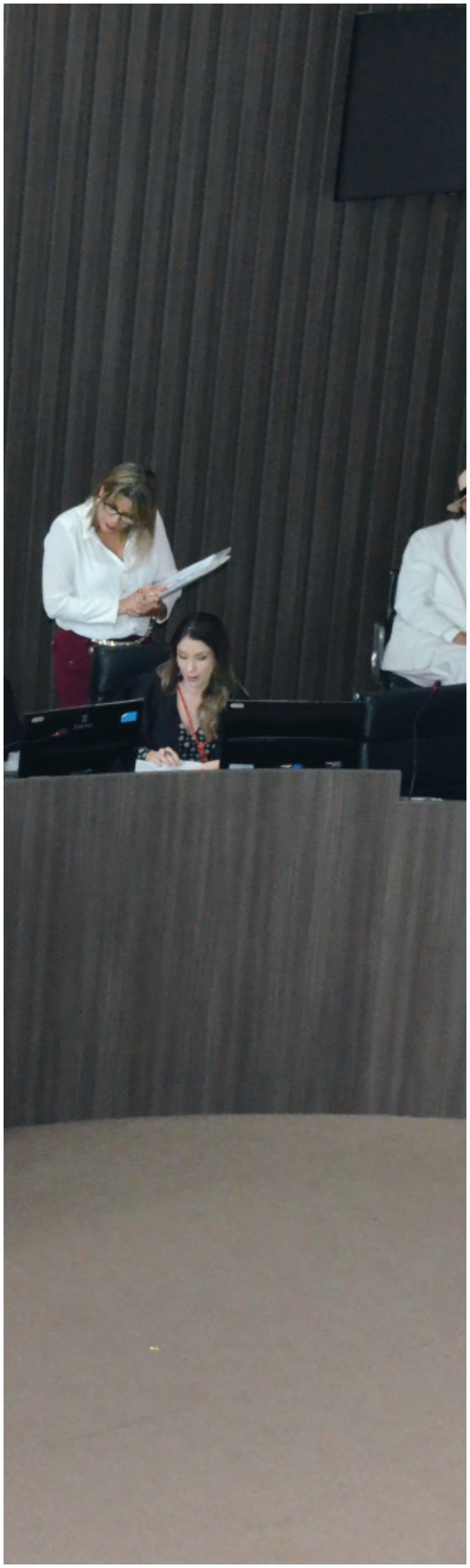
Tecnologia





O diretor Ney Robson (C) apresentou relatório sobre o PJe durante sessão do Tribunal Pleno.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 68 03/04/2017 16:48:37



Justiça Virtual

Expansão leva PJe a 100% das comarcas

O Tribunal de Justiça da Paraíba atingiu em 100% a implantação do processo judicial eletrônico (PJe) nas varas cíveis, ou seja, de Família, Fazenda, Feitos Especiais, Executivos Fiscais, Infância e Juventude, Sucessões, Turmas Recursais e Juizados Especiais Cíveis. Quanto às varas criminais, a previsão é de que o processo de expansão seja reiniciado a partir do segundo semestre de 2017.

Em 2015 a implantação compreendeu 20% das circunscrições do Estado. Em 2016, o projeto atingiu as demais unidades judiciais, perfazendo 100% do cronograma. Nesses dois anos já foram julgados mais de 80 mil ações, arquivados quase 65 mil feitos e realizadas 68.065 audiências.

O diretor de Tecnologia do TJPB, Ney Robson, informa que, no 2º grau, o sistema é utilizado em todas as Câmaras Cíveis e Criminal, no Tribunal Pleno e nas Seções Especializadas. "O Judiciário estadual paraibano foi o primeiro Tribunal de Justiça Comum, de seu porte, a implantar integralmente o PJe", disse ele.

Por fim, o diretor agradeceu o presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, no apoio e na contribuição diária para o sucesso da implantação do sistema no Judiciário estadual. O PJe foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº 185/2013, em parceria com dos diversos tribunais do país.

O diretor do Grupo Gestor de Implantação do PJe no Tribunal, desembargador Leandro dos Santos, disse que o Tribunal tem em tramitação mais de 700 mil ações. "O PJe já atingiu mais de 200 mil ações, ou seja, daqui a poucos anos não teremos mais processos físicos", afirmou. Ele informou que a TI passa a trabalhar na versão mais nova 2.0 para melhorar cada vez mais o sistema eletrônico.

Para o desembargador-presidente Marcos Cavalcanti, a gestão do biênio 2015/2016 deu continuidade a um processo iniciado nas administrações dos desembargadores Abraham Lincoln da Cunha Ramos e Fátima Bezerra Cavalcanti. "Tudo isso requer muito investimento, mas é um caminho sem volta", afirmou.

O sistema Processo Judicial eletrônico é um software elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir da experiência e colaboração de diversos tribunais brasileiros.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 69 03/04/2017 16:48:41

Mais tecnologia

Aplicativo permite acompanhar processos

Visando dar maior agilidade, celeridade e interação aos pedidos de preferência, durante as sessões de julgamento da Quarta Câmara Cível do TJPB, foi homologada em 2016 a nova versão do sistema que permite aos advogados a solicitação de pedido de preferência dos recursos que estão inclusos na pauta, através da internet, sem a necessidade da presença dos mesmos no julgamento do processo.

Esta nova versão foi apresentada, ao presidente da Comissão Permanente de Informática e do Comitê Diretivo de Tecnologia do Judiciário estadual, desembargador João Alves da Silva, e ao Ouvidor de Justiça, desembargador Fred Coutinho, pelo diretor da Diretoria de Tecnologia da Informação, Ney Robson Pereira.

De acordo com o desembargador João Alves, o novo sistema visa dar celeridade aos pedidos, evitando que os advogados tenham que comparecer as sessões para solicitarem a preferência de julgamento do feito, bem como dar cumprimento ao que determina o novo Código de Processo Civil, ou seja, que os bacharéis que residem fora da Comarca da apreciação do recurso possam pedir preferência, todavia com antecedência.

"No momento em que for pedido a preferência pelo advogado ou a parte, a solicitação irá imediatamente ser inclusa na pauta de julgamento, tendo os julgadores conhecimento antecipadamente dos processos que serão julgados e terão preferência", ressaltou o desembargador João Aves..

Para o desembargador Fred Coutinho, a nova versão da ferramenta disponibilizada traz uma interação, sintomatizada, entre julgadores e os advogados. "De forma antecipada, os julgadores saberão quais os processos da pauta que terão preferências no julgamento, havendo maior interação entre partes, advogados e os magistrados".

O ouvidor do TJPB parabenizou, ainda, a iniciativa do desembargador João Alves. "Essa ferramenta é um avanço muito grande, bem como uma inovação para o Tribunal, e que deve ser implantada futuramente em todos os órgãos fracionários da Corte".

Já o diretor da DITEC ressaltou que o sistema passou por uma série de melhorias, dentre elas, que os advogados possam solicitar o pedido de preferência de algum recurso, do seu escritório ou qualquer local, através da internet. "O Tribunal de Justiça vai disponibilizar no portal um link para o advogado solicitar o pedido de preferência".

Outras melhorias, para as Câmaras e advogados, foram incorporadas com a nova versão, dentre estas: a possibilidade de correções das informações exibidas no monitor, a geração de documentos (pauta da sessão, certidão de julgamento e ata da sessão), além do acompanhamento do andamento da sessão em tempo real.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 70 03/04/2017 16:48:43

Pioneirismo

Em 2014, de forma pioneira, o sistema foi implantado na Quarta Câmara Cível durante a presidência do Desembargador João Aves, na unidade. A ferramenta busca orientar os advogados e as partes nos julgamentos dos feitos, bem como dar dinâmica a apreciação das matérias que estão inclusas na pauta do dia.

São exibidas informações do processo em julgamento: classe do recurso, o número da pauta, o nome do Desembargador ou do juiz convocado que está analisando o feito, além de informar os nomes dos advogados, apelantes e apelados.

Disponibilização

O painel de julgamentos e pedidos de preferência nas sessões, pode ser acessado diretamente através do link https://app.tjpb.jus.br/paineljulga, inclusive já estando disponível a pauta e pedidos de preferência para a sessão do dia 27/09/2016 da Quarta Câmara Cível.

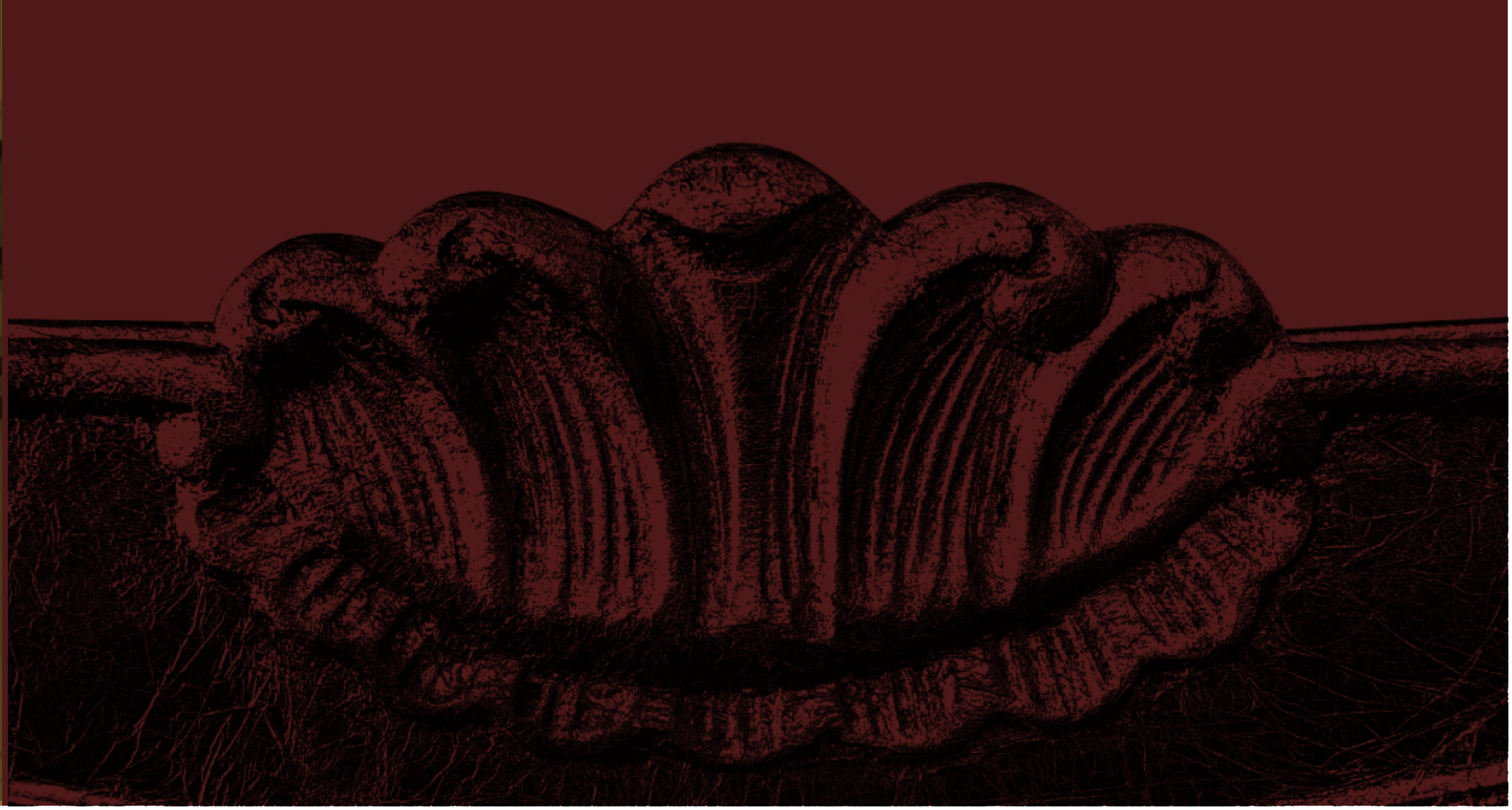


#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 71 03/04/2017 16:48:45



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 72 03/04/2017 16:48:47

Celeridade



Conciliação

Paraíba ganha mais 10 centros para solução de conflitos através de métodos consensuais

Até janeiro de 2014, o Judiciário paraibano possuía em funcionamento 12 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), sendo um com competência para casos do 2º grau, um para o programa ProEndividados e outros 10 nas comarcas da Capital (cinco), Bayeux, Cabedelo, Patos, Sousa e Cajazeiras. No biênio 2015/2016, o cidadão paraibano passou a contar com mais 11 unidades, elevando o número para 23. Nunca se conciliou tanto em todos os tempos na Paraíba.

Na gestão do desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque foi inaugurado o Cejusc da comarca de Guarabira, em parceria com a Universidade Estadual da Paraíba e a Fundação Passos Liberdade (FPL), instalado no Fórum Alcides Carneiro.

Já Campina Grande foi beneficiada com quatro novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. Os novos serviços são em parceria com o Procon Municipal, o Procon Estadual e a Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial de Campina Grande, por meio dos convênios 17/2015, 18/2015 e 19/2015, nos moldes da Resolução 125/10 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As inaugurações contaram com a presença do diretor do Núcleo de Conciliação do TJPB, desembargador Leandro dos Santos.

A primeira inauguração ocorreu nas instalações do Procon Estadual, localizado na Rua Afonso Campos, nº 186, Centro. A cerimônia de instalação do segundo Centro transcorreu no Auditório da Associação Comercial e Empresarial. Já o terceiro Cejusc foi instalado no Procon Municipal, na Rua Prefeito Ernani Lauritzen, 226.



Instalação do Centro Judiciário no Procon Municipal, na Rua Prefeito Ernani Lauritzen.



Instalação do Cejusc no Procon Municipal de Campina Grande.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 74 03/04/2017 16:49:06

Até então, Campina já dispunha de um Cejusc, que funciona em parceria com a Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande (FACISA). O ProEndividados – programa em que o contribuinte tem a oportunidade de negociar dívidas, regularizar dados cadastrais e por fim a pendência de dívidas – funciona na comarca vinculado ao Cejusc.

O quinto Cejusc de Campina foi instalado no dia 23 de setembro de 2016 e veio atender a prescrição do novo Código de Processo Civil, segundo a qual a tentativa de conciliação deverá anteceder até mesmo a resposta do réu.

Na ocasião, foi assinado o convênio firmado entre o Judiciário estadual e a Faculdade CESREI. O desembargador Leandro dos Santos, ao destacar a importância da criação de mais um centro, destacou: “Para se ter uma ideia, somente no último mutirão que realizamos em Campina Grande, chegamos ao número de 2 mil audiências e R$ 2 milhões em benefícios, pagos ao jurisdicionado. Em 2017, pretendemos alcançar cada vez mais pessoas. Estamos caminhando, e caminhando bem”.



Centro instalado no Auditório da Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande.



Em setembro de 2016, Campina Grande ganhou o quinto Cejusc.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 75 03/04/2017 16:49:09

Em Patos, a criação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania ocorreu no dia 28 de julho de 2016. A sala funciona no prédio do Fórum Miguel Sátyro. A inauguração contou com a presença do diretor do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação, desembargador Leandro dos Santos, diretor adjunto do Núcleo, juiz Fábio Leandro de Alencar, coordenadora do Centro de Conciliação das FIP (Faculdade conveniada com o TJPB), Tayana Palmeira, e o presidente da OAB Subseção Patos-PB, Paulo Medeiros. Outro Cejusc passou a funcionar no Procon Municipal, Rua Rui Barbosa, 21, Centro.

O Cejusc de Sousa funciona em convênio com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), localizado na Rua Sinfrônio Nazaré, 38, Centro. O 10º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania é o de Santa Rira.

O Fórum Regional de Mangabeira, em João Pessoa, passou a conta com um Centro Judicial de Solução de Conflito e Cidadania – Mediação Familiar. O novo serviço é uma parceria entre o Núcleo de Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça da Paraíba (NUPEMEC) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Mediação de Conflitos. A inauguração da unidade aconteceu em novembro de 2016. O novo Cejusc realizará audiências de conciliação em processos que tramitam nas Varas Regionais com competência para questões relativas à família.



Visita dos diretores do Núcleo ao Centro de Conciliação de Sousa.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 76 03/04/2017 16:49:09



Conciliadores recebem Termo de Posse e Compromisso no TJPB.

Conciliadores recebem Termo de Posse e Compromisso

Doze conciliadores receberam um Termo de Posse e Compromisso de Atuação do Conciliador Judicial. A entrega dos certificados ocorreu durante o "1º Café Conciliar", realizado no dia 7 de outubro de 2016, na sede do Centro Judicial de Conciliação de 2º Grau, no Tribunal de Justiça da Paraíba.

Os Termos foram entregues pelo desembargador Leandro dos Santos, diretor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), na presença dos diretores-adjuntos, os magistrados Antônio Carneiro, Bruno Azevedo e Fábio Leandro.

O evento contou também com a presença dos servidores do NUPEMEC e do CEJUSC do 2º Grau, são eles: Josefa Nilza, Tony Fábio e Janecleide Lázaro.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 77 03/04/2017 16:49:09

Mutirões

Esforços concentrados garantem bons acordos

O Tribunal de Justiça da Paraíba realizou diversos mutirões com objetivo de promover a resolução de conflitos através de acordos, evitando assim que as partes envolvidas acionassem a Justiça. Os esforços concentrados, conhecidos como mutirões, foram coordenados pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos do TJPB (Nupemec), que foi criado em julho de 2011 e tem como diretor-geral o desembargador Leandro dos Santos, com apoio dos diretores adjuntos Antônio Carneiro, Fábio Leandro e Bruno Azevedo.



Mutirão Fiscal do Estado recebe visita da ministra Nancy Andrigh.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 78 03/04/2017 16:49:11



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 79 03/04/2017 16:49:11

Mediação no 2º Grau

O primeiro acordo foi realizado pelo Centro de Mediação e Conciliação do 2º Grau do Tribunal de Justiça da Paraíba, pondo fim a um litígio iniciado na Justiça no ano de 2011. A conciliação foi realizada no dia 27/03/2015, por meio do qual as partes definiram valores a serem pagos, e encerraram a demanda, com a desistência do recurso especial para o TJPB.

O Centro de Conciliação e Mediação do Tribunal de Justiça da Paraíba firmou o primeiro acordo de 2016 no dia 25 de março em uma sessão de conciliação judicial. O acordo foi entre uma empresa de transporte e um usuário do serviço. O valor acordado foi de R$ 11 mil, pago no prazo de 15 dias úteis após a publicação da homologação. De acordo com o processo, de relatoria do desembargador José Ricardo Porto, a ação tramitava desde o ano de 2009. Vislumbrando um acordo, o relator encaminhou o processo ao Centro de Conciliação do 2º Grau, o qual obteve êxito com a mediação

Já no dia 05 de maio de 2016, durante sessão realizada pelo Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça da Paraíba, através do Centro de Conciliação de 2º Grau, uma ação judicial de disputa de terra que já durava mais de 30 anos chega ao fim. A discussão girava em torno de uma propriedade de 79 hectares, localizada na cidade de Mataraca, disputada pela empresa Agicam Agroindústria Camaratuba e um grupo de pessoas residentes da região; ambos alegavam ser os donos da área.

De acordo com o processo, que em 2ª instância tinha como relator o desembargador Abraham Lincoln, o conflito foi judicializado no ano de 1985. Como não conseguiu chegar a um consenso, e vislumbrando um acordo, o desembargador Lincoln encaminhou o caso ao Centro de Conciliação de 2º Grau, cujo processo foi para as mãos do desembargador Leandro dos Santos, diretor do Núcleo, que conseguiu dialogar com as partes e chegar a um acordo.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 80 03/04/2017 16:49:14



2° Mutirão Fiscal da Prefeitura de João Pessoa, no auditório do Centro Administrativo Municipal (CAM).

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 81 03/04/2017 16:49:17

Mutirões DPVAT

Em João Pessoa, no Centro Universitário (Unipê)

O primeiro Mutirão do seguro DPVAT em João Pessoa ocorreu no período de 25 de maio a 29 de maio de 2015, em parceria com o Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), alcançando índice de 91,17% de acordos efetivados. Foram atendidas mais de 2.200 pessoas.

RESULTADO FINAL – 1º DPVAT JOÃO PESSA (Ano 2015) - Local: Unipê

DATA	Nº ACORDOS	VALOR TOTAL	ÍNDICE
25/05/15	82	R$ 237.744,29	87,23%
26/05/15	159	R$ 557.669,95	87,23%
27/05/15	280	R$ 1.073.174,62	94,64%
28/05/15	203	R$ 879.015,22	93,02%
29/05/15	238	R$ 909.885,12	93,70%
TOTAL	962	R$ 3.657.489,20	91,17%

Em João Pessoa, na Vila Olímpica Parahyba

Na tarde do dia 23 de novembro de 2015, foi aberto o 2º Mutirão do Seguro DPVAT da comarca de João Pessoa. O esforço concentrado marcou a abertura da 10ª Semana Nacional da Conciliação, com 1.200 processos na pauta. O esforço concentrado foi aberto pelo desembargador Leandro dos Santos, diretor do Nupemec do TJPB, e contou com a presença dos diretores adjuntos, os juízes Fábio Leandro, Antônio Carneiro e Bruno Azevedo.

RESULTADO FINAL – 2º DPVAT JOÃO PESSA (Ano 2015) - Local: Vila Olímpica

DATA	Nº ACORDOS	VALOR TOTAL	ÍNDICE
23/11/15	49	R$ 166.651,20	92,45%
24/11/15	57	R$ 177.703,23	100,00%
25/11/15	96	R$ 322.858,64	98,97%
26/11/15	133	R$ 533.817,38	99,25%
27/11/15	109	R$ 340.565,31	100,00%
TOTAL	444	R$ 1.541.595,76	98,14%

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 82 03/04/2017 16:49:18



O desembargador Leandro dos Santos, ladeado pelos juízes Antônio Carneiro e Fábio Leandro, no 2° Mutirão DPVAT, em 2016, realizado na Vila Olímpica.



O 2° Mutirão DPVAT pagou mais de R$ 1,5 milhão em indenizações.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 83 03/04/2017 16:49:26





Abertura do Mutirão DPVAT no dia 22 de novembro, na Vila Olímpica, em João Pessoa.

O Mutirão DPVAT alcançou mais de 3 milhões em indenizações em 2016.

Em 2016, na Vila Olímpica Parahyba

No dia 22 de novembro de 2016 foi iniciado mais um Mutirão DPVAT em João Pessoa, envolvendo 2.200 processos. O evento, que foi até o dia 25, ocorreu dentro da XI Semana Nacional da Conciliação. As audiências conciliatórias ocorreram na Vila Olímpica Parahyba.

RESULTADO FINAL – 2° DPVAT JOÃO PESSA (Ano 2016) - Local: Vila Olímpica

DATA	Nº ACORDOS	VALOR TOTAL	ÍNDICE
22/11/16	277	R$ 847.026,80	79,60%
23/11/16	273	R$ 858.900,71	70,36%
24/11/16	353	R$ 1.185.570,24	80,59%
25/11/16	229	R$ 905.962,78	76,08%
TOTAL	1132	R$ 3.797.460,53	76,66%

Na 6ª Vara Cível da Capital

Durante quatro dias, a 6ª Vara Cível da Capital manteve um ritmo de esforço concentrado para apreciar e tentar solucionar 74 processos que envolviam o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, conhecido por DPVat. O mutirão ocorreu no período de 17 a 20 de julho.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 84 03/04/2017 16:49:32



Em 2015, Mutirão DPVAT no município de Patos

De 20 a 22 de setembro de 2015, foi realizado o esforço concentrado DPVAT na comarca de Patos, constando em pauta cerca de 700 processos e a participação de 31 comarcas. O mutirão ocorreu na Associação Atlética do Banco do Brasil e teve a duração de três dias.

RESULTADO FINAL – DPVAT Patos (Ano 2015) - Local: AABB

DATA	Nº ACORDOS	VALOR TOTAL	ÍNDICE
20/09/15	54	R$ 158.133,48	96,43%
21/09/15	178	R$ 669.486,19	96,22%
22/09/15	216	R$ 883.004,76	92,70%
TOTAL	448	R$ 1.710.624,43	95,12%

Em 2016, foram firmados mais de 200 acordos

A comarca de Patos voltou a realizar o Mutirão do Seguro DPVAT, desta vez em agosto de 2016, quando foram firmados mais de 200 acordos entre as partes e a Seguradora Líder, o que permitiu uma arrecadação de mais de R$ 630 mil em indenização às vítimas de acidente de trânsito. O esforço concentrado ocorreu na Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), Bairro Salgadinho.

RESULTADO FINAL – DPVAT Patos (Ano 2016) - Local: AABB

DATA	Nº ACORDOS	VALOR TOTAL	ÍNDICE
30/08/16	70	R$ 254.392,39	65,42%
31/08/16	123	R$ 370.159,12	69,10%
01/09/16	106	R$ 324.153,41	57,92%
TOTAL	299	R$ 948.704,92	64,15%



Mutirão DPVAT em Patos, no ano de 2016.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 85 03/04/2017 16:49:33

Mutirão DPVAT em Campina Grande (2015)

O Mutirão DPVAT em Campina Grande teve início dia 29 de outubro de 2015, objetivando solucionar 1.092 processos. Os trabalhos ocorreram no Ginásio de Esportes "Evanilson Menezes", no bairro da Liberdade, e se estenderam até o dia 2 de outubro. O esforço concentrado contou com 25 bancas, com dois conciliadores cada, 10 médicos peritos para sete cabines, 35 servidores, além de representantes do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública. O diretor do Núcleo de Conciliação do Tribunal, desembargador Leandro dos Santos, explicou que a nesse mutirão foi adotado a nova forma de pagamento por alvará. Na hora do acordo, o termo já incorporou o alvará e, transcorrido 45 dias, a parte já podia comparecer ao banco para retirar a sua indenização.



RESULTADO FINAL – DPVAT CG (2016) - Local: Ginásio de Esportes

DATA	Nº ACORDOS	VALOR TOTAL	ÍNDICE
29/09/15	64	R$ 209.344,94	48,85%
30/09/15	133	R$ 610.046,62	88,08%
01/10/15	82	R$ 329.183,19	72,57%
02/10/15	142	R$ 585.593,58	77,17%
TOTAL	421	R$ 1.734.168,33	71,67%

2º Mutirão DPVAT em Campina Grande (2016)

No primeiro dia do mutirão do Seguro DPVAT em Campina Grande, em 2016, foram firmados quase 100 acordos entre as partes e a Seguradora Líder, o que permitiu uma arrecadação de mais de R$ 380 mil. O esforço concentrado ocorreu no mês de setembro, no ginásio de esportes 'Evanilson Menezes', localizado na Avenida Espírito Santo, S/N, Bairro da Liberdade.

RESULTADO FINAL – 2º DPVAT GC (Ano 2016) - Local: Ginásio de Esportes

DATA	Nº ACORDOS	VALOR TOTAL	ÍNDICE
20/09/16	90	R$ 386.002,06	70,87%
21/09/16	156	R$ 624.353,78	75,36%
22/09/16	136	R$ 490.470,39	71,20%
23/09/16	89	R$ 344.978,33	68,46%
TOTAL	471	R$ 1.845.804,56	71,47%

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 86 03/04/2017 16:49:34



Caiçara

A Comarca de Caiçara, distante cerca de 137 quilômetros da Capital, realizou, pela primeira vez, o Mutirão do Seguro DPVAT, envolvendo 24 processos, em setembro de 2016. O Mutirão aconteceu no Fórum Des. Wilson Pessoa da Cunha, e resultou num total de 45 pessoas atendidas, com um montante de acordos firmados no valor de R$ 15.125,00, e um percentual de 86% de processos sentenciados. A realização do esforço concentrado em Caiçara foi uma ação de iniciativa do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc) da Região de Guarabira.



Guarabira

Buscando a conciliação de aproximadamente 90 processos de vítimas de trânsito, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos de Guarabira promoveu no dia 22 de setembro o mutirão do DPVAT. O evento foi realizado no Fórum 'Dr. Augusto Almeida'. De acordo com a juíza e coordenadora do Cejusc, Bárbara Bortoluzzi Emmerich, o esforço concentrado ocorreu na 4ª e 5ª varas Mistas e no Juizado Especial Misto de Guarabira. Na foto ao lado, a equipe que atuou no Mutirão realizado no município de Guarabira.



Pirpirituba

Com cinquenta processos em pauta, a Comarca de Pirpirituba, realizou no dia 16 de novembro o Mutirão do Seguro DPVAT. O esforço concentrado foi realizado na sede do Fórum Gilson Guedes, na Comarca de Pirpirituba e resultou no atendimento a 100 pessoas. Foram feitos acordo no valor de R$ 48.559,48, atingindo 80% dos processos.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 87 03/04/2017 16:49:39

Mutirões Fiscais

Esforço concentrado para o 2º Mutirão Fiscal da PMJP

O auditório do Centro Administrativo Municipal (CAM) ficou lotado de contribuintes, na manhã do dia 1º setembro, com o objetivo de quitar seus débitos, no primeiro dia do 2º Mutirão Fiscal da Prefeitura Municipal de João Pessoa. O esforço concentrado foi aberto oficialmente pelo prefeito da Capital, Luciano Cartaxo, e o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Marcos Cavalcanti.

O esforço concentrado, que transcorreu até o dia 30 de setembro, buscou acordos em cerca de 30 mil processos relacionados a dívidas tributárias.

Mais de 100 acordos foram realizados, e um montante de R$ 3,8 milhões arrecadados. A conciliação fiscal abrangeu todas as dívidas para com o Município de João Pessoa, sejam elas de ordem tributárias ou de outra natureza, em qualquer fase de cobrança administrativa ou judicial.

Em Cabedelo, foram registrados mais de 900 acordos

Com mais de cinco mil processos em tramitação, envolvendo ações de execução fiscal já ajuizadas e em fase pré-processual, teve inicio no dia 01de julho de 2015 o Mutirão Fiscal na comarca de Cabedelo, que se estendeu até o dia 31 de agosto. Nesse mutirão foram registrados 996 acordos que alcançam o patamar de R$ 930.580,42. O juiz da 3ª Vara Mista da comarca de Cabedelo, Kéops Vasconcelos, explicou a época que o esforço concentrado envolveu processos físicos e eletrônicos, oriundos da 3ª e 4ª Varas Mistas e que a maioria era de devedores de IPTU e, também, aqueles gerados por multas de infrações administrativas. A juíza Cristina de Lyra Pererira, titular da 4ª Vara, também está participando do Mutirão.

Em João Pessoa, o Mutirão Fiscal foi realizado no Centro Administrativo Municipal (CAM).

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 88 03/04/2017 16:49:40

Outras comarcas

Nazarezinho

Mais de 190 conciliações envolvendo ações judiciais que tinham como partes o Município de Nazarezinho e seus servidores. Esse foi o resultado do trabalho de mediação promovido pelo Juízo da 4ª Vara da Comarca de Sousa, no período de 18 a 26 de maio de 2015. Os processos tratavam de verbas salariais não pagas, direito à progressão e implementação de adicional de insalubridade.

Santa Luzia

Os cidadãos da cidade de Santa Luzia que estavam com ações em tramitação na Justiça nas áreas penal, de família e do consumidor tiveram a chance de optar por uma composição. Isto é devido ao mutirão, com foco na conciliação, que foi inciado na manhã do dia 21 de setembro de 2015. De acordo com o juiz titular da Vara única de Santa Luzia, Rossini Amorim, o mutirão pautou 260 processos e deveu-se a uma parceria do Nupmec e as Faculdades Integradas de Patos (FIP).

Patos

Dentro do que preceitua o novo Código de Processo Civil, o Centro de Conciliação e Mediação da FIP de Patos realizou no dia 26 de abril de 2016 a primeira audiência de conciliação, decorrente de Processo Judicial que tramitava na 4ª Vara Mista de Patos. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor no dia 18 de março de 216, os Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos ficaram responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição. A nova legislação determinou, ainda, que é regra a designação de audiência inicial de conciliação para que se possa proporcionar a solução do conflito de forma não adversarial, na esteira da cultura da paz.

Teixeira

Já no dia 29 de abril, na comarca de Teixeira, ifoi realizado mais um mutirão, com a colaboração de alunos do curso de Direito das Faculdades Integradas de Patos (FIP). A coordenação foi do juiz Nailson Junior, professor do curso de Direito da FIP.



Taperoá

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Patos (foto acima) realizou no dia 28 de maio de 2015, na comarca de Taperoá, esforço concentrado de audiências conciliatórias, com cerca de 100 processos na pauta. O mutirão teve audiências sob a supervisão do juiz coordenador do CEJUSC, Hugo Gomes Zaher.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 89 03/04/2017 16:49:43

Mutirões Energisa

Santa Rita

Com 4.000 contribuintes convocados, no dia 11 de abril de 2016 teve início o Mutirão da Energisa, com foco em acordos envolvendo consumidores da cidade de Santa Rita que estão com faturas de energia atrasadas. A ação foi mais uma parceria entre Tribunal de Justiça da Paraíba, através do Programa ProEndividados, a Energisa e o Centro Universitário de João Pessoa (Unipê).

Desta vez, o esforço concentrado atendeu os moradores dos bairros do Centro, Alto das Populares, Tibiri, Marcos Moura, Várzea nova e Eitel Santiago. As negociações aconteceram entre os dias 11 e 15 de abril, em uma estrutura montada na Praça da Secretaria Municipal de Saúde.

Patos

Com 6.959 cartas-convites à população, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, do Tribunal de Justiça da Paraíba, deu início no dia 16 de novembro a mais um Mutirão do ProEndividados da Energisa, desta vez na comarca de Patos. O esforço aconteceu nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 2016, na AABB, localizada no Bairro de Salgadinho, em Patos.

João Pessoa

O Tribunal de Justiça da Paraíba, a Energisa e o Unipê conseguiram através da realização do Mutirão ProEndividados da Energisa, que aconteceu no Ponto de Cem Reis, Centro de João Pessoa, negociar mais de 17 mil contas em atraso de consumidores junto à empresa de energia elétrica.

O esforço concentrado da Energisa, que teve convite formulado a cerca de 50 mil pessoas da cidade, conseguiu arrecadar um total de R$ 2.573.387.02. Os clientes chamados foram aqueles que possuíam duas ou mais faturas pendentes e que tinham os dados pessoais incluídos em serviços de proteção ao crédito.

Cajazeiras

A última edição do programa aconteceu na cidade de Cajazeiras, com a convocação de 2 mil consumidores para negociação. Os endividados que optaram por pagar suas dívidas por um valor à vista, foram responsáveis pela arrecadação de R$ 353.825,58. Os convidados tiveram a oportunidade de parcelar os débitos em até 110 vezes.

Catolé do Rocha

O Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Região de Sousa, realizou na comarca de Catolé do Rocha, mutirão da conciliação nos processos que tramitavam na 1ª Vara. Ao todo, foram previstas 200 audiências de conciliação. Além disso foram realizadas entre os dias 21 e 25 de novembro o primeiro Mutirão ProEndividados da Energisa, projeto idealizado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 90 03/04/2017 16:49:44



Abertura do Mutirão da Energisa em Mangabeira.



Segundo mutirão da Energisa em João Pessoa.



Mutirão da Energisa, em Santa Rita, regularizou a situação de mais de três mil moradores.



Mutirão da Energisa em Campina Grande.



Mutirão do ProEndividados em João Pessoa.



Mutirão do ProEndividados em Patos.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 91 03/04/2017 16:49:51

Cartório Unificado

Serviço foi instalado nas Varas de Família

O Sistema de Cartório Unificado foi instalado nas Varas de Família das comarcas de João Pessoa e Campina Grande. A Resolução que dispõe sobre a implantação foi aprovada pelo Tribunal Pleno do TJPB em sessão no dia 9 de março de 2016, e trata da composição, equalização da força de trabalho, produtividade e funcionamento do novo sistema.

Ao propor a criação, o desembargador-presidente Marcos Cavalcanti levou em consideração a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 219 de 2016, que determinou aos tribunais do país agregar os cartórios de mesma competência material e territorial. O sistema foi implantado em 2013 na Paraíba, no Fórum Regional de Mangabeira, onde, em vez de cada vara ter um cartório isolado, há apenas um unificado, que atende às seis regionais (cíveis, criminais e de família) da unidade local.

Durante a instalação, no Fórum 'Affonso Campos', o desembargador Marcos Cavalcanti ressaltou que esse novo sistema unificado permitirá maior celeridade processual e um atendimento jurisdicional mais rápido, bem como as varas de Família ficarão consolidadas em apenas uma secretaria.

"Os processos vão ser despachados pelos juízes e o cumprimento vai ser por uma secretaria, e não os cartórios à moda antiga. Secretaria é uma instituição da modernidade, onde se junta todos os servidores e atende as demandas de todos os magistrados da mesma área de atuação, ou seja, com a mesma competência material e territorial", disse o presidente.

Para a instalação do sistema foi necessário obras de reforma em espaços físicos e aquisição de novos equipamentos de informática nas varas, bem como a unificação vai modernizar e dará celeridade processual. O cartório funcionará no terceiro andar do Fórum, onde são localizadas as cinco varas de Família de Campina Grande, e contará com 21 servidores.

A resolução criou também o Programa de Avaliação e Desempenho Individual e Institucional, como projeto-piloto, no Cartório Unificado de Família. A avaliação será realizada através de pontuações mínimas e máximas, promovendo a motivação e a manutenção do rendimento da equipe.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 92 03/04/2017 16:49:54









#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 93 03/04/2017 16:50:02



Central de Mandados Eletrônicos (CEMAN-e) já está em funcionamento no Fórum Cível da Capital.

Central de Mandados

Economia e rapidez no cumprimento das ações

A Central de Mandados Eletrônicos (CEMAN-e) já está em funcionamento no Fórum Cível da Capital. O novo sistema atende, inicialmente, sete Varas de Família e duas Varas Cíveis da Capital. A CEMAN Eletrônica, que já foi instalada nas comarcas de Pilões e Gurinhém, com bom rendimento desde 2015, vai desafogar o trabalho dos oficiais de Justiça no cumprimento dos mandados.

Segundo informou o chefe da Central de Mandados, Samuel Pereira, quase 230 servidores foram beneficiados com esse sistema. "A Central, além de facilitar o dia a dia dos oficiais, também ajuda na economia de papel e energia elétrica", acrescentou.

A Diretoria de Tecnologia da Informação apresentou a solução CEMAN-e ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Marcos Cavalcanti, no dia 19 de julho de 2016, em reunião que também envolveu o diretor do Fórum Cível, juiz Inácio Jario.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 94 03/04/2017 16:50:03

Convênio viabiliza cumprimento de mandados

O Tribunal de Justiça da Paraíba e o Governo do Estado assinaram um convênio para viabilizar o cumprimento dos mandados da Fazenda Pública, por meio de antecipação do pagamento das diligências realizadas pelos oficiais de Justiça, conforme previsto na Lei de Custas e Emolumentos do Estado. O ato ocorreu na Presidência do TJPB, no dia 27 de setembro de 2016.

Divergências na interpretação das leis e instrumentos que disciplinam a matéria deram início a uma rodada de diálogos entre as instituições, que culminou com a elaboração do convênio.

De acordo com o procurador-geral do Estado, Gilberto Carneiro, o Governo vinha tendo dificuldades em realizar o pagamento antecipado, por força da Lei 4.320 (Lei de Finanças Públicas), que preconiza a prestação do serviço antes do pagamento.

"A saída foi buscarmos um meio termo, um adiantamento parcial, com depósito em conta do Tribunal que, através da Central de Mandados, emitirá relatórios e realizará a quitação destes mandados", falou o procurador.

Já para o presidente interino do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado (Sindojus), Joselito Bandeira Vicente, a antecipação da diligência do oficial de Justiça, por meio dos depósitos prévios, representa um avanço para a categoria, além de transparência na fiscalização do recurso.

"Este pagamento tem caráter indenizatório. Não é um ganho extra, mas uma reposição do que é gasto pelo oficial para cumprir o mandado", explicou.

Além disso, o líder classista explicou que o pagamento prévio também está amparado na Resolução nº 153, do Conselho nacional de Justiça (CNJ).

O presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, ressaltou os avanços que o convênio trará, ante o cumprimento do volume de mandados represados oriundos da Fazenda. "Além disso, consolidam uma antiga reivindicação dos oficiais de justiça do Estado", pontuou.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 95 03/04/2017 16:50:07



O sistema funciona na sede do Fórum Cível de João Pessoa.

Protocolo Integrado

Sistema atende as 78 comarcas existentes na Paraíba

O Protocolo Judicial Integrado, sistema criado para aprimorar o controle de recebimento de petições que chegam ao Judiciário paraibano, já está em funcionamento integral no Fórum Cível da Capital. A nova ferramenta é uma forma de trazer celeridade ao Poder Judiciário e facilitar o trabalho dos advogados, que não precisarão mais se deslocar a regiões do interior para buscar uma petição, proporcionando agilidade e precisão no julgamento dos processos.

De acordo com o diretor do Fórum Cível, juiz Inácio Jário, o sistema já funcionava como projeto piloto, mas agora passa a atender as 78 comarcas paraibanas.

"Com o funcionamento do Protocolo Judicial Integrado, todos os magistrados têm acesso aos dados de uma nova petição, por exemplo: quem recorreu, a data e o tipo de recurso. Assim, ficam cientes de que podem ou não dar continuidade ao processo até a análise do novo recurso", explicou o magistrado.

Quando o espaço físico do Protocolo foi instalado, em maio de 2015, o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Marcos Cavalcanti, afirmou que o novo serviço é a realização de um pedido antigo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB - Secção Paraíba).



Juiz Inácio Jário, diretor do Fórum Cível da Capital.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 97 03/04/2017 16:50:15

Turmas Recursais

Unidades judiciais ganham caráter permanente nas comarcas da Capital e Campina Grande

As Turmas Recursais, que tinham caráter provisório, foram transformadas em permanentes, fixadas nas comarcas de João Pessoa e Campina Grande - esta última abrangendo as comarcas de Sousa e Patos. Para tanto, foram criadas nove Varas de 3ª Entrância, sendo três em Campina e seis na Capital. O projeto, de autoria do desembargador Marcos Cavalcanti, foi aprovado pelo Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba em novembro de 2016. A instalação das turmas nas duas comarcas ocorreu em abril e maio de 2016.



Turmas Recursais ganharam salas novas.
Na Capital, o ambiente funciona no oitavo andar do Fórum Cível.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 98 03/04/2017 16:50:20







Com o projeto, criou-se a estrutura permanente, com o objetivo de adequar o quadro do TJPB para a melhoria do atendimento à população. Para o presidente Marcos Cavalcanti, as unidades judiciais com competência especial permitem a redução da quantidade de turmas recursais, de nove para três unidades. "A iniciativa vai possibilitar o exercício exclusivo dos juízes titulares nas turmas recursais, adotando os sistemas de magistrados, também especializados na matéria", ressaltou.

A padronização de procedimentos e o treinamento de servidores serão alcançados com mais facilidade e fortalecerão as decisões do sistema dos juizados especiais. "As unidades judiciárias comuns ganharão maior agilidade, na medida em que os magistrados não mais cumularão a competência das Turmas Recursais", afirmou.

Todas as unidades já começaram a funcionar com o processo judicial eletrônico (PJe) , sem papel, o que permitirá que os advogados e partes acompanhem o andamento processual por meio da internet.

A instalação oficial das duas Turmas Recursais da comarca de João Pessoa ocorreu no dia 29 de abril de 2016, no oitavo andar do Fórum Cível da Capital, com as presenças de magistrados e servidores.

Na segunda-feira, dia 2 de maio, o presidente Marcos Cavalcanti inaugurou as instalações da Turma Recursal de Campina Grande. "Isso é uma prova que o Poder Judiciário estadual está dando uma resposta à sociedade, no tocante à celeridade processual", destacou o diretor do Fórum, juiz Inácio Jario

A Resolução que autoriza a instalação da 1ª e 2ª Turmas Recursais da comarca da Capital e da Turma Recursal de Campina Grande foi aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça, em novembro de 2015. Já o ato da Presidência que dispõe sobre a instalação das Turmas Recursais foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), na edição do dia 21 de abril de 2016.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 99 03/04/2017 16:50:28

Comarca do Conde

Moradores não precisam mais se deslocar para Alhandra

O município do Conde deixou de pertencer à comarca de Alhandra e, desta forma, o jurisdicionado condense contará com os serviços da Justiça na própria cidade.

A inauguração do Fórum "Procurador Sabino Ramalho Lopes" foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, no dia 9 de setembro de 2016.

Em seu discurso, o presidente destacou a importância histórica do município; falou sobre o homenageado que deu nome ao fórum e elencou as medidas tomadas para que a instalação fosse realizada.

Na solenidade, o médico Aracoely Ramalho agradeceu, em nome da família, a homenagem feita ao próprio pai, com a nomeação do Fórum. "Dr. Sabino, que sempre foi um homem muito austero, sério, íntegro, durante toda sua vida, em que trabalhou como promotor de justiça e procurador, além dos cargos que exerceu no Estado da Paraíba. A família está grata pela honraria merecida, visto que ele lutou sempre pelo Direito, pelo ensino e pelo saber", destacou.

O presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), juiz Horácio Ferreira de Melo Júnior, também falou sobre a celeridade que será conferida à nova comarca. "O jurisdicionado do Conde resolverá mais rápido o seu litígio na Justiça", disse.

Temporariamente, a juíza titular da 2ª Vara de Mamanguape, Alessandra Varandas Paiva Madruga de Oliveira, vai responder cumulativamente pela comarca do Conde e antecipou que os trabalhos deverão ser iniciados com o recebimento de cinco mil processos, em média.

"São feitos que virão da comarca de Alhandra, em que a maioria era oriunda do Conde. O atendimento ao público já será realizado também a partir de segunda", informou a magistrada.





#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 100 03/04/2017 16:50:37



Autoridades do município do Conde participaram da inauguração do Fórum “Procurador Sabino Ramalho Lopes”.



Cidadão Condense

Após a solenidade de instalação da comarca do Conde, o presidente se dirigiu à Câmara dos Vereadores do Município, para receber o título de Cidadão Condense, proposto pelo vereador Sanderson Duarte.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 101 03/04/2017 16:50:44

Comarca de Teixeira

Unidade é elevada de 1ª para 2ª entrância

A comarca de Teixeira foi elevada de 1ª para 2ª entrância, em cerimônia realizada no Fórum 'Desembargador Josias Pereira do Nascimento'. A unidade havia sido elevada, oficialmente, no mês de abril, pelo Pleno da Corte estadual, com base no artigo 318, da Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de 2010.

Durante a solenidade no dia 17 de junho de 2016, o desembargador Marcos Cavalcanti ressaltou que, além do apelo da população, das autoridades do município e dos juízes que passaram pela unidade judicial, a Corte estadual estava fazendo justiça à comarca de Teixeira, ao elevá-la para a 2ª entrância, devido ao grande número de processos no cartório da 1ª Vara Mista.

"A elevação da comarca de primeira para segunda entrância irá, sem sombra de dúvidas, resolver questões essenciais, como é o caso da grande demanda forense e o acúmulo de serviços, porque Teixeira passará a ter um juiz permanente", ressaltou o desembargador Marcos. Ainda segundo o presidente, o Tribunal de Justiça desta forma, está indo ao encontro do clamor da sociedade, "ávida por uma justiça eficiente e célere".

O diretor do Fórum, juiz Gustavo Camacho Meira, parabenizou o presidente e o Pleno do TJPB pela elevação, principalmente diante do grande volume de ações distribuídas na unidade, que abrange ainda os municípios de Matureia, Desterro, Cacimbas e Mãe D'Água.

"Essa luta é de aproximadamente 20 anos, mas quando chegou às mãos do desembargador-presidente logo ganhou força, pois este, encampou a ideia, como homem com visão republicana", disse o magistrado.

Já o prefeito de Teixeira, Edmilson Alves dos Reis, afirmou que a unidade judiciária amplia os serviços de atendimento à população. Ele também agradeceu o apoio do presidente Marcos Cavalcanti e dos demais desembargadores ao pleito.





#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 102 03/04/2017 16:50:52

Nova frota

TJPB adquire 11 veículos para a Secretaria

A gestão do presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Marcos Cavalcanti fez, também, a aquisição de 11 automóveis para a Secretaria do TJPB, sendo uma caminhoneta Ranger, da marca Ford, cinco veículos Chevrolet, modelo Spin e mais cinco veículos Siena, da marca Fiat.



Caminhoneta Ranger, veículo da marca Ford.



Veículos Siena, veículo da marca Fiat.



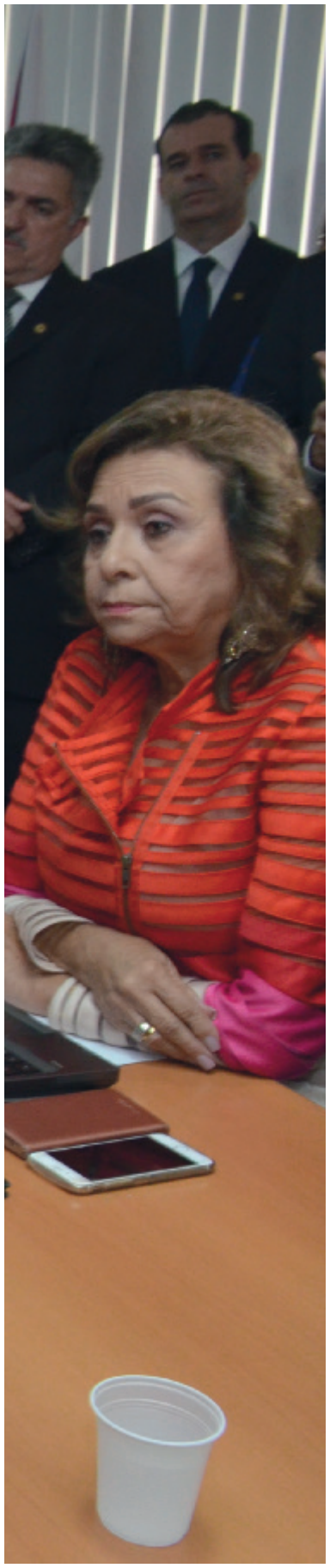
Veículos Spin, veículo da marca Chevrolet.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 103 03/04/2017 16:51:00



A instalação do projeto Audiência de Custódia na Paraíba contou com presença do então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, ao Estado. A juíza Higyna Simões presidiu a primeira audiência, no Fórum Cível. O presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti inaugurou a sala, juntamente com o ministro Lewandowski e o governador Ricardo Coutinho.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 104 03/04/2017 16:51:04



Audiências de Custódia

Projeto combate a cultura do encarceramento e garante decisão de juiz em 24 horas

Com o crescimento da violência, a segurança pública tornou-se uma das áreas mais preocupantes para o Poder Público. Visando frear esse crescimento, algumas medidas e projetos na área judiciária criminal foram postos em prática no país.

O projeto "Audiência de Custódia" foi lançado em fevereiro de 2015 com o objetivo de combater a cultura do encarceramento em massa no Brasil. O projeto consiste na apresentação, em um período máximo de 24 horas, do preso ao juiz. Em outras palavras, é colocar frente a frente o juiz e o cidadão que acabou de ser preso por algum motivo, para que o magistrado possa, ante os fatos relatados, decidir sobre a manutenção ou não da prisão.

Para a decisão, são considerados aspectos como potencial do crime, histórico criminal, e se o acusado possui trabalho e moradia fixos. "Se o crime for de menor potencial ofensivo e se o preso não oferecer risco à sociedade, ele vai ter outra chance para ser reintegrado à comunidade, respondendo ao processo em liberdade", explicou a coordenadora adjunta do projeto, juíza Higyna Simões.

FILTRO

Na Paraíba, a primeira audiência de custódia foi realizada em 14 de agosto de 2015. O projeto foi estadualizado em maio de 2016, ocasião em que ficou estabelecida a realização da audiência de custódia em todo o Estado. Desde então, 2.966 audiências foram realizadas, e 62% das prisões foram mantidas.

Segundo Higyna Simões, algumas mudanças já podem ser verificadas após a implantação do projeto. "Passou a existir um filtro para presos que permanecem custodiados, o que melhora o ambiente carcerário, já que só permanece preso aquele que não preenche os requisitos legais", ressalta.

Hoje, boa parte dos presos em liberdade provisória estão sendo monitorados eletronicamente através de tornozeleira. "Não é só proibir e restringir, mas é possibilitar o controle", afirma o coordenador do projeto, juiz Carlos Neves da Franca Neto.

Sobre os resultados das audiências e sua expansão no Estado, o gestor do projeto, desembargador Carlos Martins Beltrão, garante que não poderiam ser melhores e que, em relação aos outros tribunais estaduais, o da Paraíba está aprimorando cada dia mais o projeto. "Os advogados falam por nós. É só perguntar a qualquer um deles que a resposta será a mesma: as audiências de custódia vêm possibilitando mais rapidez no exame da prisão", destaca.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 105 03/04/2017 16:51:08

Audiências de Custódia

Ministro Lewandowski participa de lançamento

"Estamos cumprindo a Constituição, respeitando a dignidade da pessoa humana", declarou o ministro Ricardo Lewandowski, então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante a realização da primeira audiência de custódia na Paraíba.

Na ocasião, foi inaugurada a Sala das Audiências de Custódia no Fórum Criminal da Capital. O presidente do STF afirmou que o projeto, que já funcionava em outros Estados, é um método alternativo para resoluções e celeridade dos processos. "E muito mais importante do que isto, é um grande passo civilizatório, previsto no Pacto São José da Costa Rica, assinado em 1992, que exige que qualquer cidadão preso seja apresentado imediatamente a uma autoridade judicial", destacou.

O projeto proporcionou ainda uma economia de mais de 4 bilhões anualmente para o país. "Considerando que um preso custa cerca de R$ 3 mil por mês aos cofres públicos, com a realização das audiências de custódia, pretendemos deixar de prender, em um ano, de 120 a 125 mil pessoas, que não oferecem perigo à sociedade", disse o ministro do Supremo.

O desembargador Marcos Cavalcanti, que descerrou, juntamente com o ministro Lewandowski e com o governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, a placa da sala onde foi realizada a primeira audiência, destacou a celeridade processual que o projeto trará para o Judiciário estadual. "Em cinco minutos o assunto foi resolvido. A curto tempo, a economia de tempo que as audiências acarretarão para a tramitação processual é gigantesca. A longo prazo, a economia financeira prevista com a adesão desse projeto é inacreditável", afirmou.

A primeira audiência de custódia na Paraíba foi realizada pela juíza Hygina Josita Simões de Almeida, que faz parte do grupo gestor do projeto. O caso julgado foi de Kenio Raniel dos Santos, acusado de esconder arma de fogo no telhado de sua residência. O jovem tinha bons antecedentes e era a primeira havia sido preso em flagrante. Ele foi absolvido pela juíza, sob condições, tendo, inclusive, de prestar informações caso viesse a mudar de endereço. Os representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, em seus respectivos pareceres, também pugnaram pela absolvição.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 106 03/04/2017 16:51:09

Defesa da Mulher

Projeto 'Ronda Maria da Penha' fiscaliza o atendimento às vítimas de violência

O Tribunal de Justiça da Paraíba firmou convênio com a Prefeitura de João Pessoa para implantar o "Ronda Maria da Penha", projeto que visa fiscalizar o acompanhamento dos casos de violência doméstica por meio de visitas periódicas às casas das vítimas. A assinatura do Termo de Cooperação Técnica ocorreu na sede do TJPB, pelo desembargador Marcos Cavalcanti e o prefeito Luciano Cartaxo.

O Ronda Maria da Penha consiste em uma ação preventiva, garantindo proteção às mulheres que possuem medidas protetivas de urgência, emitidas pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Capital, que, em 2016, possuía 9.146 ações em tramitação.

A titular do Juizado de Violência Doméstica de João Pessoa, juíza Rita de Cássia de Andrade, destacou que a criação de mecanismo para garantir a execução e devida fiscalização das medidas protetivas expedidas foi de extrema importância para dar maior efetividade à Lei Maria da Penha.

"É a ferramenta que faltava para complementar os trabalhos desenvolvidos pelo Juizado e diversos órgãos ligados ao combate da violência de gênero na Capital, visto que a expedição de uma medida protetiva não garante, necessariamente, o cumprimento da determinação por parte do agressor", afirmou a magistrada.

Para o prefeito da Capital, Luciano Cartaxo, o "Ronda Maria da Penha" é mais uma importante parceria entre a Prefeitura e o Tribunal de Justiça. "Estamos oficializando a primeira etapa deste projeto. Posteriormente, daremos início a um treinamento, que envolverá a Guarda Municipal e uma equipe multidisciplinar do Centro de Referência à Mulher. Essa equipe resultará em um acompanhamento mais próximo do dia a dia da vítima", explicou o gestor municipal.

A secretária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM), Adriana Urquiza, comentou que a implantação e execução deste projeto vai preencher uma lacuna no processo de proteção à vítima de violência doméstica. "Com a vigência da Ronda, a magistrada vai expedir a medida protetiva para os Centros de Referência à Mulher, lá nós faremos uma avaliação de risco e enviaremos uma patrulha para que possa realizar o acompanhamento das vítimas", ressaltou.



O prefeito Luciano Cartaxo e a deputada Daniela Ribeiro participaram da assinatura de convênio para a realização do projeto "Ronda Maria da Penha".

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 107 03/04/2017 16:51:13

Diretoria Judiciária

Setor zera digitalização de processos enviados ao STJ

Pela primeira vez, desde que foi criado em junho de 2009, o setor de digitalização da Diretoria Judiciária do Tribunal de Justiça da Paraíba conseguiu, em junho de 2016, atingir um feito inédito na sua história ao zerar todos os processos que são enviados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), por meio eletrônico. “Hoje o setor está literalmente em dia”, informou a diretora Judiciária, Leila Rosa.

A diretora atribuiu o feito ao trabalho e dedicação dos serventuários que, com o apoio da gerente de Processamento, Delcilene de Lima, promoveram um trabalho incessante para zerar todos os processos enviados ao STJ, eletronicamente.

A atenção, a partir deste momento, passou a ser redobrada para que todos os feitos que cheguem ao setor de digitalização sejam imediatamente indexados e enviados eletronicamente ao STJ, conforme enfatizou a diretora.

O analista judiciário José Waldez Lima Rabelo, um dos mais antigos no setor, lembrou que o trabalho foi difícil, diante do grande número de processos. “Tudo só foi possível diante de um esforço concentrado, com a ajuda da Gerência de Processamento. Foi aí que arregaçamos as mangas e hoje estamos com o setor zerado e prontos para começar tudo de novo, porque, com certeza, estão chegando mais e mais processos”, afirma.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 108 03/04/2017 16:51:15

Nugep

TJPB instala núcleo para gerenciar precedentes

O Tribunal de Justiça da Paraíba instalou, em novembro de 2016, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), no 7º pavimento do anexo do TJPB. O Núcleo tem a função de acompanhar os processos de casos repetitivos e de assunção de competência.

"O trabalho do Nugep é supervisionado por uma comissão gestora formada pelos desembargadores João Benedito da Silva e José Aurélio da Cruz. Conta também com a coordenação da diretoria jurídica e judiciária", explicou o presidente Marcos Cavalcanti.

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos, decorrentes de julgamentos de percussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência, previstos na Lei nº 13.105, de 16 de julho de 2016, (Código de Processo Civil), no Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho; Superior Tribunal, Militar, nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho, além dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.

A criação do Núcleo de Gerenciamento de Procedentes visa atender, também, a necessidade de informatização dos procedimentos administrativos de gerenciamento do sobrestamento dos processos em virtude de julgamento de repercussão geral e de casos repetitivos. O Núcleo é vinculado à Presidência e é supervisionado por uma Comissão Gestora, composta por desembargadores, representativa das Câmaras.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 109 03/04/2017 16:51:16



Farol do Cabo Branco,
na ponta mais
oriental das Américas.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 110 03/04/2017 16:51:19

Eventos





A Capital dos Tribunais de Justiça

Momento da abertura do Encontro no Tribunal Pleno do TJPB.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 112 03/04/2017 16:51:35



109º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça

Em dezembro de 2016, João Pessoa tornou-se, nos dias 1 e 2, a capital dos Tribunais de Justiça do país, ao sediar o 109º Encontro do Conselho dos TJs. Em documento elaborado ao final do evento, os magistrados repudiaram "quaisquer tentativas de criminalizar o livre exercício da jurisdição, por constituírem manifesta afronta ao estado democrático de direito".

Na 'Carta de João Pessoa', os desembargadores-presidentes externaram "integral apoio à presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Cármen Lúcia, por seus incisivos posicionamentos na defesa da independência do Poder Judiciário brasileiro".

O encontro transcorreu no momento em que a Câmara dos Deputados votava projeto de lei com o chamado pacote de medidas anticorrupção, com a inclusão no texto da possibilidade de juízes e promotores responderem por crime de abuso de autoridade. Diante do que, o Conselho dos Tribunais de Justiça reafirmou, na Carta de João Pessoa, "o caráter nacional e unitário do Poder Judiciário, rechaçando, veementemente, quaisquer iniciativas e manifestações em contrário".

Na abertura do evento, o governador Ricardo Coutinho proferiu palestra sobre "Câmara de Precatório", e o ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), discorreu sobre "Gestão Recursal no novo CPC".

Participaram, ainda, o secretário Nacional do Consumidor, Armando Luiz Rovai, com explanação sobre consumo, e o juiz Randell Wilkinson, da Corte Superior da Califórnia (EUA), que abordou "Mediação e Arbitragem".

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 113 03/04/2017 16:51:38

Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça





#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 114 03/04/2017 16:51:45



“Este foi um acontecimento ímpar, que elevou o prestígio do TJPB, que o realizou.

Receber este conclave significa, para nós paraibanos, motivo de honra”.

Desembargador Marcos Cavalcanti



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 115 03/04/2017 16:51:51



Vista aérea de João Pessoa, com destaque para o Hotel Tambaú

João Pessoa surpre



Cidade onde o sol nasce primeiro, João Pessoa é surpreendente! Verão que dura quase o ano inteiro, que pode ser aproveitado nos mais de 24 quilômetros de orla e o ponto mais oriental das Américas, localizado no Farol do Cabo Branco. Só esses dois atrativos já seriam suficientes para a João Pessoa se destacar na região Nordeste, mas a Capital paraibana tem muito mais belezas e encantos espalhados pelos seus 210,6 quilômetros quadrados, que surpreende os visitantes que aqui aportam.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 117 03/04/2017 16:51:56

Terceira cidade mais antiga do Brasil, a Capital paraibana conta com um rico casario no Centro Histórico, o que leva o visitante para um passado distante, onde ele pode ver de perto construções em art-noveau na Praça Antenor Navarro, passando pela arquitetura colonial portuguesa no Centro Cultural São Francisco, erguido em 1589 e considerado um dos mais complexos barrocos do Brasil. Pela importância histórica as construções foram tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O passeio ao passado pode ser feito acompanhado por um guia, ou mesmo sozinho, já que a Capital oferece a sinalização de toda a rota para pedestres. Ao todo são 162 placas que trazem orientações básicas de percurso dos principais atrativos turísticos, além de informações sobre os monumentos situados na área. Os roteiros: 'Cidade Alta' e 'Cidade Baixa' revelam belezas como o Hotel Globo, onde é possível contemplar o Rio Sanhauá, local onde a cidade que foi fundada em 1585 nasceu, e Estação Ferroviária, Igreja de São Francisco, Parque Sólon de Lucena, Praça João Pessoa e o Pavilhão do Chá.

Outro point turístico é Parque Sólon de Lucena, cartão postal da cidade que está totalmente revitalizado, onde é possível contemplar a obra 'A Pedra do Reino' monumento erigido em homenagem ao gênio da dramaturgia e literatura, o paraibano Ariano Suassuna.

O novo parque, com destaque para a Lagoa, oferece ainda uma fonte luminosa que encanta pessoenses e turistas diariamente com um espetáculo de luzes, cores e sons. O parque também serve de morada para várias garças brancas que voam tranquilamente em pleno Centro da cidade e se alimentam dos peixes que vivem na lagoa. Nesse local, o visitante pode constatar a pacifica convivência entre as pessoas e a natureza que está presente em praticamente todos os cantos da cidade.

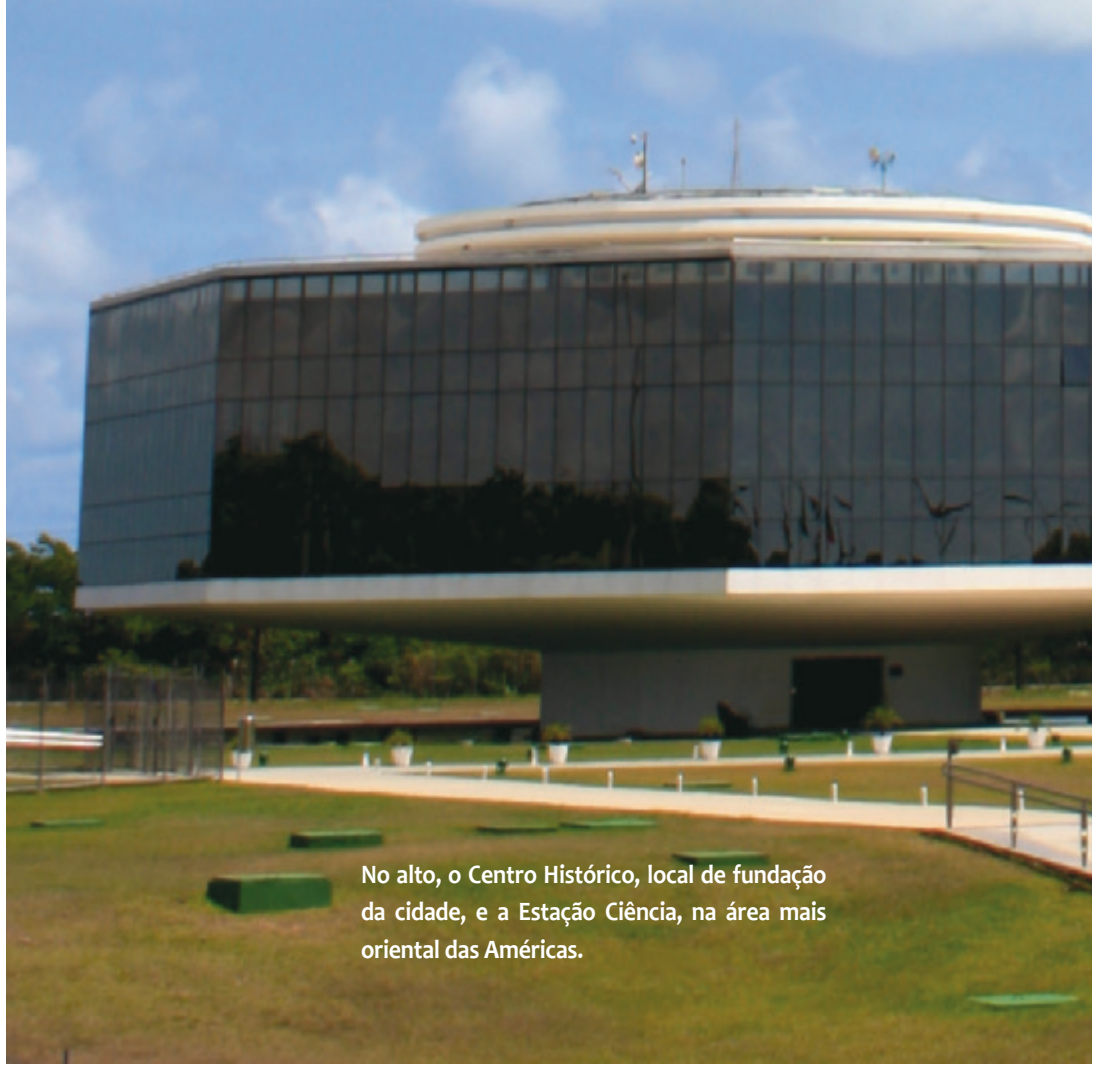
Pegando o caminho para o mar, a orla é um capítulo a parte, com águas limpas e mornas que convidam o turista ao um maravilhoso banho nas praias urbanas de Cabo Branco, Tambaú e Bessa. O passeio no calçadão, o ar puro e a sensação de que o tempo tem preguiça de passar são características da cidade onde o sol nasce primeiro.



Com 801.718* mil habitantes

e 431 anos, a Capital ainda guarda a tranquilidade das cidades do interior do Brasil e a hospitalidade que só o pessoense tem.

(*) Censo IBGE em 2016



No alto, o Centro Histórico, local de fundação da cidade, e a Estação Ciência, na área mais oriental das Américas.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 118 03/04/2017 16:51:58

Ciência, cultura e artes

A mistura de natureza, história, eventos, monumentos, gastronomia, artesanato e cultura está presente em praticamente todos os lugares da cidade, que abre as portas para o futuro com a Estação Cabo Branco Ciência Cultura e Artes, uma obra do arquiteto Oscar Niemeyer. São mais de cinco mil metros quadrados de área destinados à promoção de eventos culturais e artísticos que movimentam a Capital. Inaugurada em 2008, a obra é um dos mais novos atrativos da cidade, que impressiona tanto pela beleza quanto pela grandiosidade do monumento que foi erguido entre a reserva de Mata Atlântica e o mar.





#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 119 03/04/2017 16:52:00

Preservação

Equipe da UFPB digitaliza documentos históricos do Tribunal de Justiça

No século XIX, quando uma mulher ficava viúva, o juiz de órfãos colocava como tutor e testamenteiro dos órfãos não a mãe, mas, geralmente, um outro homem que poderia ser ou não da família. Mas, naquela época, uma mulher insatisfeita com essa possibilidade enviou uma carta à rainha de Portugal, de quem o Brasil era colônia, solicitando a tutela das crianças, afirmando possuir todas as condições de ser responsável pelos bens, pelos filhos órfãos e pelo patrimônio construído junto com o marido. A rainha aceitou o pedido e determinou que, a partir daquele momento, a mulher seria a tutora dos filhos e responsável pelos bens.

Um escravo, conhecido por "Criolo", que se encontrava preso na Vila Real de São João do Cariri, informou que havia sido raptado pelo filho do seu senhor, morador da província do Rio Grande do Norte, e embarcado para a praça de Pernambuco para ser vendido. Mas que foi preso após fugido e acompanhado um comboio que vinha de Pernambuco para a Vila Real de São João do Cariri. Diante do exposto, o Juiz de Paz determinou que o escravo deveria ser entregue ao seu senhor, se este lhe apresentasse o recibo do referido escravo.

Esses são alguns dos processos encontrados pela historiadora Maria Vitória ao realizar o trabalho de digitalização de documentos do TJPB do século XVIII e XIX das comarcas de João Pessoa, São João do Cariri e Mamanguape, através de um projeto de extensão do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O objetivo é criar acervos digitais e, até agora, 40.184 mil imagens já foram catalogadas. A historiadora espera que, com o término do trabalho, aproximadamente 100 mil imagens poderão ser disponibilizadas na internet. "São registros fundamentais para estudos sobre escravidão e abolição, órfãos e custódias, atividades comerciais, crimes e direitos de propriedade no Nordeste brasileiro", disse Maria Vitória.



JOÃO PESSOA
16.998
IMAGENS

S. J. DO CARIRI
23.186
IMAGENS

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 120 03/04/2017 16:52:07



Historiadores, matemáticos, engenheiros de computação e arquivologistas catalogam e digitalizam os documentos do TJPB.

A digitalização dos documentos de João Pessoa e São João do Cariri já foram concluídas e a de Mamanguape está em andamento.

Projeto pioneiro no Brasil

A historiadora Maria Vitória ressaltou que o trabalho não se trata apenas da digitalização. "Além da identificação da documentação, seleção, higienização, colocação nas cartilhas e digitalização, há também a elaboração de uma síntese de cada documento catalogado para que o pesquisador tenha conhecimento do que ele possui em mãos", explicou. A proposta de acervos digitais referentes a documentos cartoriais desta época é um projeto pioneiro no Brasil. A ideia, explicou a historiadora, veio a partir da proposta de uma professora que fazia doutorado na Universidade Vanderbilt, localizada nos Estados Unidos, que falou sobre um programa de arquivos ameaçados da biblioteca britânica, que financia projetos de extensão para digitalizar documentos antigos que estão ameaçados devido à ação do tempo e do homem.

Dez pessoas estão envolvidas nesse trabalho, sendo elas: cinco bolsistas e dois voluntários dos cursos de história, arquivologia, matemática computacional e engenharia da computação da UFPB, dois professores doutores em história pela Universidade Vanderbilt, Marshall Eakin e Courtney Campbell, e duas professoras doutoras em história pela UFPB, Maria Vitória e Solange Pereira da Rocha. A digitalização teve início em agosto de 2015 e a previsão é que em julho de 2017 esteja concluída.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 121 03/04/2017 16:52:15

História das Comarcas

Livros resgatam memórias de unidades judiciais



A desembargadora Fátima Bezerra Cavalcanti escreveu sobre a história da Comarca de João Pessoa.



O desembargador Leandro dos Santos fez o resgate histórico da comarca de Campina Grande.

Mais dois volume da coleção "História das comarcas da Paraíba" foram lançados pelo TJPB, no biênio 2015/2016. De autoria da desembargadora Maria de Fátima Morais Bezerra Cavalcanti, a "História da comarca de João Pessoa" traz um resgate histórico e jurídico da Capital paraibana.

"Escrever sobre a Comarca de Campina Grande, além de ter sido uma honra, marcou profundamente a minha própria história", disse o desembargador Leandro dos Santos, no lançamento na tarde do dia 2 de junho de 2015.

Já o volume correspondente à comarca de João Pessoa foi lançado no dia 29 de novembro de 2016, também em solenidade na Sala de Sessão do Pleno.

"Como sou natural de João Pessoa, coube a mim esta tarefa. A comarca da Capital existiu antes mesmo do Tribunal de Justiça da Paraíba; era vinculada ao Tribunal do Estado de Pernambuco. Procurei mencionar os fatos históricos que ensejaram a criação de algumas varas nesta comarca. Também me detive no presente, para que isto sirva de subsídio para o futuro", afirmou a desembargadora Fátima Bezerra Cavalcanti, sobre a obra.

A coleção tem sido escrita em série e foi iniciada durante a gestão do biênio 2013/2014, com o lançamento da história da comarca de Mamanguape (pelo desembargador Marcos Cavalcanti) e da comarca de Araruna (historiador Humberto Fonseca).

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 122 03/04/2017 16:52:22



Os autores autografaram livros para os convidados presentes ao lançamento no TJPB.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 123 03/04/2017 16:52:30

Combate à violência

'Julgados Históricos' aborda crimes praticados contra a mulher na Paraíba

"Processos e Julgados Históricos da Paraíba – Violência contra a Mulher", volume II, que trata sobre crimes praticados na Paraíba, foi lançado no dia 6 de dezembro 2016, em solenidade na Sala de Sessões do Tribunal Pleno, com a presença de magistrados, escritores, acadêmicos, intelectuais, servidores e colaboradoras da obra.

A professora Irene Rodrigues Fernandes, ao fazer a apresentação da 2ª edição da obra, destacou a iniciativa do Tribunal de Justiça da Paraíba, que, nos seus 125 anos de história, tem buscado se fazer presente junto à sociedade. "Foram as ações do Tribunal que o tornou reconhecido como instituição acessível e justa, em prol da paz social, além de preservar os meios culturais, com a criação do Conselho de Cultura e Memória do Tribunal de Justiça", disse.

Para a historiadora, com a edição da obra "Julgados Históricos da Paraíba" será possível uma evolução histórica no trato da questão da violência contra a mulher na Paraíba. "O fato do tribunal está editando, entre os processos, àqueles que dizem respeito à violência contra a mulher, já dá conta da importância que a Justiça vem dando com relação ao trato da questão", ressaltou.

A cada cinco minutos uma mulher é agredida no Brasil, e esta violência assume diversas formas, como assédio, desvalorização, desrespeito, agressões físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais, entre outras.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Marcos Cavalcanti, um dos principais responsáveis pela elaboração da obra, destacou que, ao contrário da edição passada, lançada em 13 de setembro de 2012, em que os processos julgados pela Justiça estadual eram diversificados, essa nova edição aborda, especificamente, os processos envolvendo violência contra a mulher.

"Escolhemos apenas a violência doméstica, por ser este um assunto em voga e que levou Tribunais de Justiça de todo o país a criarem Varas Específicas de atendimento a essa clientela, vítimas de constrangimento, para ajudar na recuperação de mulheres, as quais são atingidas, quando são violentadas por seus companheiros", afirmou o presidente.

Já a desembargadora Fátima Bezerra Cavalcanti, presidente da Comissão de Cultural e Memória do Poder Judiciário da Paraíba, lembrou que a cada cinco minutos uma mulher era agredida no Brasil e que esta violência assumia diversas formas, como assédio, desvalorização, desrespeito, agressões físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais, entre outras. Também falou dos altos números de processos nas Varas de Violência Doméstica: 9 mil, em média, só em João Pessoa.

"A luta continua, diariamente. Ações como esta (Processos e Julgados Históricos da Paraíba) e como as que são feitas nas ONGs que defendem estas mulheres vão contribuindo para um amanhã menos triste para as mulheres", frisou a desembargadora.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 124 03/04/2017 16:52:33



A professora Irene Rocha destaca a importância das obras enquanto informação para a população e estudo universitário.



A desembargadora Fátima Bezerra lembrou da violência cotidiana das mulheres e da necessidade de expor “a ferida”.



Marcos Cavalcanti, num gesto simbólico em homenagem a todas as mulheres prsentes ao evento, distribui flores com magistradas e professoras envolvidas no projeto.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 125 03/04/2017 16:52:40



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 126 03/04/2017 16:52:42



124 Anos do TJPB

Memorial resgata história da Corte de Justiça

Os 124 anos do Tribunal de Justiça da Paraíba foram comemorados na tarde do dia 15 de outubro de 2015, numa solenidade que inaugurou o Memorial do Poder Judiciário estadual "Desembargador Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro".

O Memorial conta a história do TJPB através do mobiliário e dos espaços onde funcionaram setores do Tribunal ao longo do século passado, como Salão Nobre, salas da Presidência e do Pleno, e em documentos. O Memorial inclui, ainda, o Museu e Cripta de Epitácio Pessoa.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 127 03/04/2017 16:52:47





Marcos Cavalcanti abriu as comemorações do aniversário do TJPB, em sessão solene do Tribunal Pleno, que contou com a participação de várias autoridades.

Também fez parte das comemorações dos 124 anos do TJPB o lançamento do Museu Virtual e duas obras: "João Suassuna – um magistrado que governou a Paraíba", livro de autoria do presidente da Corte, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, em parceria com o jornalista José Nunes; e "Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro – um homem dedicado à Justiça", também de autoria do desembargador Cavalcanti.

O presidente esclareceu que João Suassuna governou o Estado na década de 20 e foi juiz nas comarcas de Umbuzeiro e Campina Grande, tendo ingressado depois na política. Já em relação ao desembargador Heráclito, Cavalcanti revelou que foi um importante personagem da Revolução de 30, tendo se exilado em Portugal, além de também ter sido desembargador.

O bisneto do governador João Suassuna e neto do escritor Ariano Suassuna, João Urbano Bezerra Suassuna, agradeceu em nome da família pelas homenagens.

Além de lembrar figuras que fizeram parte do passado do TJPB, o evento também trouxe uma homenagem ao servidor Alyson Souto Diniz Vilela, que recebeu medalha e diploma do mérito judiciário, pelos serviços prestados.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 128 03/04/2017 16:52:54



Momemto do descerramento de placa de inauguração do Memorial do Poder Judiciário, que funciona no prédio histórico, um patrimônio tombado.
O servidor Alisson Souto ganhou medalha e foi lançado livro sobre o governador João Suassuna.





#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 129 03/04/2017 16:53:03

125 Anos do TJPB

Tradição e avanço em mais de um século de história

O avanço e a tradição do Tribunal de Justiça da Paraíba foram aspectos ressaltados durante solenidade realizada dia 20, na Sala de Sessões do Pleno, em comemoração à passagem dos 125 anos de instalação da Corte, completados no dia 15 de outubro.

O Tribunal de Justiça foi criado através do Decreto nº 9, de 30 de setembro de 1891, na gestão do Governador Venâncio Neiva.

De acordo com o presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, juízes, desembargadores de 'ontem' e de 'hoje' têm construído a história da Corte em busca de uma Justiça cada vez melhor e mais efetiva.

"Estamos conseguindo virtualizar os processos e avançar para combater a morosidade da Justiça, visando atender ao público da melhor forma possível, mas sempre conservando as lições dos mais antigos, que deixaram os alicerces para tudo que estamos construindo hoje", afirmou.

Durante o evento, a Corte prestou homenagem ao juiz aposentado, historiador e professor Humberto Cavalcanti de Mello, que recebeu Medalha e Diploma do Mérito Judiciário, na categoria Alta Distinção – comenda voltada àqueles que prestaram relevantes serviços à Justiça.

Na ocasião, o presidente Marcos Cavalcanti ressaltou que o homenageado foi perseguido, junto a outros 11 colegas, pelo AI nº 05, do Golpe Militar de 64. Depois foi reintegrado ao cargo de juiz. "Um grande historiador, que nunca se negou a vir ao Tribunal quando solicitado, para participar de eventos, realizar conferências, palestras. Uma personalidade ímpar do Judiciário. Reconhecemos, com gratidão, tudo o que ele representa", pontuou.







#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 130 03/04/2017 16:53:16







Colaborando desde 1989

O juiz e historiador Humberto de Mello, membro IHGP e da Academia Paraibana de Letras, se disse honrado com as homenagens. E destacou a evolução do Poder Judiciário.

"Venho colaborando com vários setores desta Casa desde 1989 e, de lá para cá, sempre estive à disposição. O Tribunal vem numa linha ascendente de progresso. Hoje sinto muita satisfação. Estou alegre e grato com o reconhecimento", declarou.

O evento contou também com o lançamento da publicação do Poder Judiciário "Atos Normativos 2015", além de exibição de vídeo sobre a história do Tribunal.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 131 03/04/2017 16:53:26



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 132 03/04/2017 16:53:28

Epitácio Pessoa
150 Anos

"Nunca houve outro que o superasse"

Marcos Cavalcanti
Presidente do TJPB

Ex-presidente é homenageado pelo Tribunal de Justiça

Homenagens aconteceram no decorrer de 2015, em quatro etapas. "Epitácio Pessoa foi um notável paraibano e um grande estadista", comenta o presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti, de quem partiu a ideia do projeto.

A primeira etapa ocorreu no dia 28 de maio, com visita ao Museu e Cripta de Epitácio, no Palácio da Justiça, onde repousam os restos mortais do ex-presidente e de sua esposa Mary Sayão. O historiador Humberto Mello proferiu palestra com o tema "Epitácio Pessoa – O político e estadista".



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 133 03/04/2017 16:53:31





Corpos do ex-presidente e de sua esposa Maria da Conceição de Manso Sayão Pessoa estão em cripta instalada no Palácio da Jutiça, na Capital paraibana. O museu foi reinaugurado durante as comemorações do sesquicentário.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 134 03/04/2017 16:53:45

Epitácio Pessoa



Museu e Cripta Epitácio Pessoa guarda toda uma história do paraibano e sua família, em fotos e mobília.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 135 03/04/2017 16:53:55



A Sala Paroquial de Cultura “Inah e Ivone Souto” foi palco de solenidade na cidade natal de Epitácio Pessoa, atraindo um grande número de moradores.

Epitácio Pessoa
150 Anos 2ª Etapa

Umbuzeiro, terra natal

A cidade de Umbuzeiro, no Cariri paraibano, recebeu comitiva de magistrados e autoridades no dia 17 de julho, na Sala Paroquial de Cultura “Inah e Ivone Souto”, para destacar o filho ilustre. O evento contou com a presença do embaixador Carlos Alberto Pessoa Pardellas, neto do homenageado. A programação inclui exibição de vídeo, lançamento de selo personalizado, livro em quadrinhos sobre a vida de Epitácio Pessoa e palestra proferida pelo presidente da Academia Paraibana de Letras (APL) e da Fundação Casa de José Américo, professor Damião Ramos Cavalcanti.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 136 03/04/2017 16:53:59



Professor Damião Ramos Cavalcanti proferiu palestra em Umbuzeiro.



Embaixador Carlos Alberto Pessoa Pardellas, neto do homenageado.



Placa comemorativa foi descerrada na abertura das comemorações em Umbuzeiro.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 137 03/04/2017 16:54:08



O ministro Francisco Rezek disse que a Corte paraibana era o tribunal mais qualificado para chamar a si a responsabilidade de prestar as homenagens pelo sesquicentenário de Epitácio.

Epitácio Pessoa
150 Anos 3ª Etapa

O diplomata de Haia

O terceiro momento das comemorações transcorreu no dia 6 de agosto, no anfiteatro do Centro Cultural Ariano Suassuna, do Tribunal de Contas do Estado, com a conferência do ministro Francisco Rezek, que abordou o tema "Epitácio Pessoa – O diplomata e jurista da Corte Internacional de Haia".



Conselheiro André Carlos Torres abriu as comemorações no TCE-PB.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 138 03/04/2017 16:54:15



"É importante festejarmos o ícone, sem santificá-lo, porque corremos o risco de apagarmos a parte mais humana do mito", disse Herman Benjamin, ao falar no Tribunal Pleno do TJPB.

Epitácio Pessoa
150 Anos 4ª Etapa

Herman fala sobre carreira jurídica

Os feitos e a carreira jurídica do ex-presidente Epitácio Pessoa foram destacados na conferência proferida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Antônio Herman Benjamin.

"Paraibano e sertanejo, como eu, o ministro 'Toinho', como é conhecido em Catolé da Rocha, sua terra natal, nunca esqueceu as raízes", afirmou a desembargadora.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 139 03/04/2017 16:54:21

História dos ‘mitos’

O ministro ressaltou a história de superação que marcou a trajetória de Epitácio Pessoa, que ficou órfão ainda na infância e chegou aos cargos que ocupou por meio dos estudos. Também apontou a importância de se conhecer a história dos ‘mitos’ na sua inteireza.

“É importante festejarmos o ícone, sem santificá-lo, porque corremos o risco de apagarmos a parte mais humana”, disse o conferencista, que abordou aspectos diversificados da vida de Epitácio, fazendo críticas a posturas racistas assumidas pelo ex-presidente – ‘que seriam condenáveis nos dias de hoje’ – e, principalmente, destacando os aspectos grandiosos que pautaram a carreira jurídica, como a defesa do direito adquirido dos servidores públicos e o enfrentamento à apropriação indevida dos espaços públicos.

Para o presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, as quatro etapas significaram uma comemoração em grande estilo. “O Tribunal de Justiça da Paraíba não poderia deixar de homenagear o maior de todos os paraibanos. A iniciativa teve repercussão nacional. Só tenho a agradecer a participação de todas as autoridades e conferencistas de cada etapa”, declarou.

O evento contou também com exibição de vídeo, lançamento de selo personalizado e de livro em quadrinhos sobre a vida de Epitácio Pessoa.



Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Antônio Herman Benjamin.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 140 03/04/2017 16:54:22

Epitácio Pessoa
150 Anos

Uma vida pela causa da Justiça

Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa foi o presidente do oitavo período de governo republicano, de 1919 a 1922. Advogado, nasceu na cidade de Umbuzeiro, Paraíba, em 23 de maio de 1865. Pouco antes de assumir o cargo de presidente, com o fim da Primeira Guerra Mundial, liderou a delegação brasileira na Conferência da Paz (1918-1919), em Versalhes. Por meio de eleição direta, assumiu a presidência em 28 de julho de 1919.

"Costumo repetir que a causa da Justiça sempre foi a de Epitácio Pessoa – uma causa e uma profissão abraçadas por ele desde que, em 1882, galgou, pela primeira vez, os degraus da veneranda Faculdade de Direito do Recife. Perseguiu-a incansavelmente por uma vida inteira: como aluno brilhante e, depois, já catedrático promotor de justiça em Pernambuco; secretário do Governo de Venâncio Neiva; ativo deputado constituinte da primeira Carta Republicana; ministro da Justiça de Campos Salles (responsável por confiar a Clóvis Beviláqua a redação do Código Civil); autor do pioneiro projeto do Código de Direito Internacional Público; presidente da Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos; ministro do Supremo Tribunal Federal (sem nunca haver sido vencido nos processos em que relatou); procurador-geral da República; senador; presidente da República; e juiz da Corte Internacional de Justiça de Haia", afirma Marcílio Toscano Franca Filho, professor da Faculdade de Direito da UFPB e procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

Epitácio era, essencialmente, um homem preocupado com a Justiça e o Direito, lembra o professor Marcílio Franca. "Em toda a sua rica biografia de jurista, de político, de estadista e de diplomata, nas muitas viagens que fez pelo Brasil e pelo exterior, nos inúmeros cargos que ocupou em todos os Poderes da República, a sua mais expressiva preocupação sempre foi com a Lei, o Direito e a Justiça. Há um belo discurso proferido em 1923, que resume bem esse seu ponto de vista: "(...) A sociedade dos Estados, do mesmo modo que a sociedade dos indivíduos, não realizará plenamente os seus elevados destinos enquanto não repousar sobre as bases eternas da liberdade, da justiça e da ordem." Em tempos – como o nosso – em que vicejam as más práticas administrativas, não deixa de ser um alento escutar essa voz de Epitácio em favor do Direito".

"Nunca houve outro que o superasse"

Epitácio foi o único brasileiro que ocupou o Executivo, o Judiciário e o Legislativo. Isso já lhe credencia como figura brasileira da maior importância, o que o professor Marcílio já considera um feito espetacular "Nunca houve outro que o superasse. E veja que ele foi o primeiro nordestino eleito para a presidência e ganhou o pleito disputando justamente com Rui Barbosa. Uma peculiaridade é que ele foi eleito enquanto estava em Versalhes, chefiando a delegação brasileira naquela conferência de paz. Epitácio foi global antes de se falar em globalização. E é o mais global dos paraibanos. Nascido em 23 de maio de 1865, Pessoa já havia visitado o exterior por diversas vezes, desde 1894, sempre com intensos contatos pelo mundo, graças a uma invulgar habilidade para idiomas. Com isso, abriu-se desde muito cedo para a diversidade cultural, a inovação tecnológica e a pluralidade social".

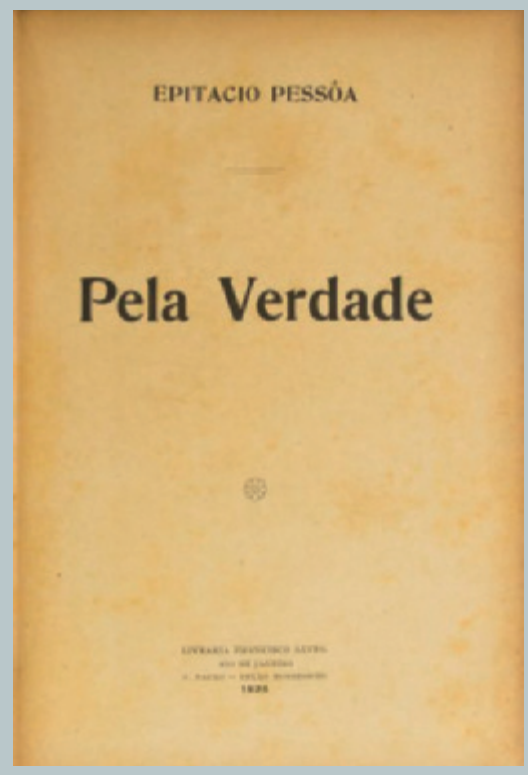
#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 141 03/04/2017 16:54:23

Epitácio Pessoa
150 Anos

Obras de Epitácio e obras sobre Epitácio

Marcílio Franca acrescenta: "Destaco, especialmente, o seu vanguardista 'Projeto de Código de Direito Internacional Público', publicado em 1911, ainda hoje considerado um manual atualíssimo de Direito Internacional (que tive a honra de reeditar recentemente, acrescido de comentários, junto com um grupo de colegas professores, juristas e diplomatas). Merece também referência, do mesmo modo, o seu 'Pela Verdade', de 1925, uma espécie de prestação de contas detalhada do seu mandato como presidente da República. Há ainda escritos sobre terrenos de marinha e questões jurídico-forenses, sempre citados. Dada à importância de suas obras, todos os seus textos foram coligidos em uma volumosa coleção de mais de vinte tomos, publicados pelo Instituto Nacional do Livro, entre as décadas de 1950 e 1960. Hoje, as bibliotecas da UFPB e do IHGP guardam exemplares das "Obras Completas de Epitácio Pessoa".

Sobre as obras publicadas sobre Epitácio o professor Franca comentou que há excelentes títulos abordando múltiplos aspectos de sua vida. "Há alguns anos, por exemplo, o professor Mauro Noleto, atendendo a um convite do Supremo Tribunal Federal, lançou um volume da série 'Memória Jurisprudencial', inteiramente dedicado aos votos, decisões e acórdãos do ex-presidente da República quando de sua passagem pela Suprema Corte, como ministro e como procurador-geral da República, entre 1902 e 1912. O livro assinala que, embora tendo apenas 36 anos ao ser nomeado para o Supremo, é notável o protagonismo do ministro Epitácio Pessoa na formação da jurisprudência do STF durante aquela primeira e



decisiva década do século XX", revela.

Não custa lembrar que a editora inglesa Haus Publishing também lançou, em 2010, o perfil 'Epitácio Pessoa: Brazil', dentro da sua coleção 'Makers of the Modern World'. "Sim, em que escrutina o importante, mas pouco conhecido papel de Pessoa na Conferência de Versalhes, após o final da I Guerra Mundial. O livro, resultado de uma extensa pesquisa elaborada pelo historiador inglês Michael Streeter, menciona que graças ao talento diplomático de Pessoa, o Brasil garantiu um assento na principal mesa de negociações da Conferência, ao lado de figuras de peso como o presidente americano Woodrow Wilson, o primeiro-ministro francês Georges Clemenceau e o chanceler britânico Lloyd George. Há também a clássica biografia em dois volumes dedicada a Pessoa, escrita por Laurita Raja Gabaglia, de 1951. Além de estudos mais recentes de grande qualidade, como o livro "Diplomacia Presidencial de Epitácio Pessoa", resultado da dissertação de mestrado de Matheus Medeiros Lacerda, e a biografia ricamente ilustrada que Evandro Nóbrega preparou sobre Pessoa, quando da reinauguração da cripta, no TJPB, em 2011. E vem mais por aí: o professor Ulisses Job, da UFPB, prepara há anos uma alentada bibliografia sobre o paraibano".

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 142 03/04/2017 16:54:23

Epitácio Pessoa
150 Anos

A Era do Rádio

A história conta que partiu de Epitácio Pessoa a iniciativa de várias obras como o Copacabana Palace, que até hoje é um belo cartão postal do Rio Janeiro. "De fato, ele sempre foi um visionário. Incluiu o Brasil na era do rádio, por exemplo. Utilizou o esporte como ferramenta da política externa. Mas a principal obra legada por Pessoa não foi de cimento e pedra: foi, sim, lançar a Paraíba no cenário político nacional e internacional como jamais se havia visto antes. Ainda hoje é espantoso que um homem nascido em um sítio em Umbuzeiro tenha alcançado tamanha influência e prestígio. Bibliotecas importantes do mundo civilizado têm obras de ou sobre Pessoa. Recordo-me que há uma foto, em seus arquivos, em que ele aparece sentado em Versalhes entre Woodrow Wilson e Vittorio Emanuele Orlando, os estadistas americano e italiano. Essa foto é muito eloquente".

A primeira transmissão radiofônica do Brasil aconteceu em 1922, com um pronunciamento do então presidente, Epitácio Pessoa, e a transmissão da ópera "O Guarani" diretamente do Teatro Municipal no Rio de Janeiro.

Desde 2008, que o professor Marcílio Toscano Franca Filho vem estudando Epitácio com maior intensidade. Em 2010, junto com um grupo de colegas professores, ele iniciou um projeto de pesquisa financiado pela Capes e que reunia a Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba, a International Law Association e a Universidade Estadual Paulista (Unesp). "Essa pesquisa resultou em um livro com prefácio da ministra Ellen Gracie, do STF, e contribuições importantes de historiadores, juristas e diplomatas do Brasil e do exterior. Fora isso, publiquei alguns textos esparsos sobre Epitácio".



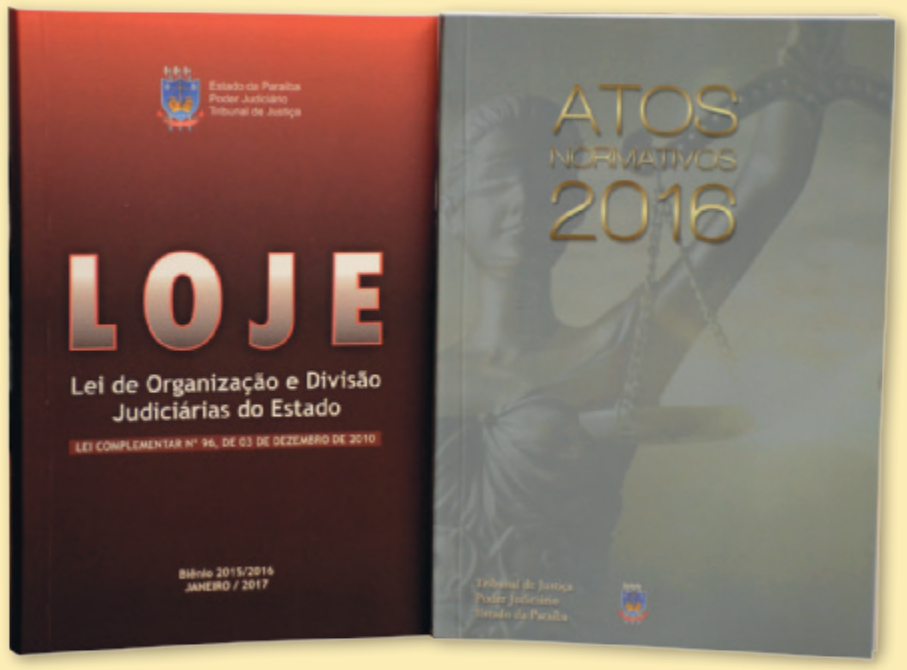
A comissão de notáveis

Uma comissão foi formada para auxiliar o TJPB na realização dos eventos, integrada pelo historiador Humberto Mello; Damião Ramos, presidente da Academia Paraibana de Letras (APL) e da Fundação Casa de José Américo (FCJA); escritor e historiador Evandro Dantas da Nóbrega; presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), Joaquim Osterne Carneiro; Márcio Roberto Soares, ex-secretário-geral do TJPB; e Marcílio Toscano, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE).

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 143 03/04/2017 16:54:24



O desembargador Marcos Cavalcanti explicou que a 2ª edição da LOJE traz alterações aprovadas pelo Tribunal Pleno.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 144 03/04/2017 16:54:30

Lançamentos

TJPB revisa e atualiza a Loje e apresenta Atos Normativos

O Tribunal de Justiça da Paraíba lançou, no dia 25 de janeiro de 2017, a segunda edição da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado (LOJE), 2015/2016 – revisada e reformulada – e Atos Normativos 2016, esta última com os atos e resoluções da Presidência do TJPB referentes ao período.

Ao apresentar as obras, o presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, explicou que a 2ª edição da LOJE (editada primeiramente em 2010) traz alterações feitas mediante estudos e aprovações pelo Tribunal Pleno. "A Lei maior do Judiciário estadual está sendo entregue a todos que fazem a Justiça paraibana, para terem em mãos este mecanismo tão importante e atualizado", afirmou.

Na ocasião, o chefe do Poder Judiciário estadual fez agradecimentos à equipe responsável pelo trabalho: Robson Cananéa (Diretor Especial), Magda Lygia Tateyama (Diretoria Jurídica), Gerência de Pesquisa Jurídica (Eddy Marnay) e à presidente da Comissão de Cultura e Memória do Poder Judiciário, desembargadora Fátima Bezerra.



Advogados e desembargadores prestigiaram o lançamento das obras.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 145 03/04/2017 16:54:35

Memorial

Inaugurada no TJPB galeria de desembargadores que assumiram o Governo

Em seu último dia de gestão à frente do Judiciário paraibano, o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Marcos Cavalcanti, inaugurou uma nova galeria de fotografias, em homenagem aos presidentes da Corte paraibana que assumiram o Governo do Estado. A galeria está exposta no hall do Palácio da Justiça/TJPB.

"Esta galeria contribui para ampliar a história do Tribunal, que é contada pelo Memorial existente no Palácio da Justiça", afirmou o presidente, ao lembrar que muitos dos desembargadores assumiram o Governo em períodos difíceis da História. "O primeiro deles, por exemplo, cumulava a Presidência do TJ e a vice-governadoria, no início da República", revelou.

A solenidade teve a presença dos ex-presidentes, desembargadores aposentados e em exercício, bem como de familiares dos homenageados já falecidos. Até o momento, 18 desembargadores governaram a Paraíba, por determinado período de tempo.

DESEMBARGADORES HOMENAGEADOS

- Manoel da Fonseca Xavier de Andrade
- Severino de Albuquerque Montenegro
- Luiz Pereira Diniz
- Almir Carneiro da Fonseca
- Rivando Bezerra Cavalcanti
- Miguel Levino de Oliveira Ramos
- Antônio Elias de Queiroga
- Marcos Antônio Souto Maior
- Plínio Leite Fontes
- João Antônio de Moura
- Júlio Paulo Neto
- Antônio de Pádua Lima Montenegro
- Luiz Sílvio Ramalho Júnior
- Abraham Lincoln da Cunha Ramos
- Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
- Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
- Marcos Cavalcanti de Albuquerque

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 146 03/04/2017 16:54:37

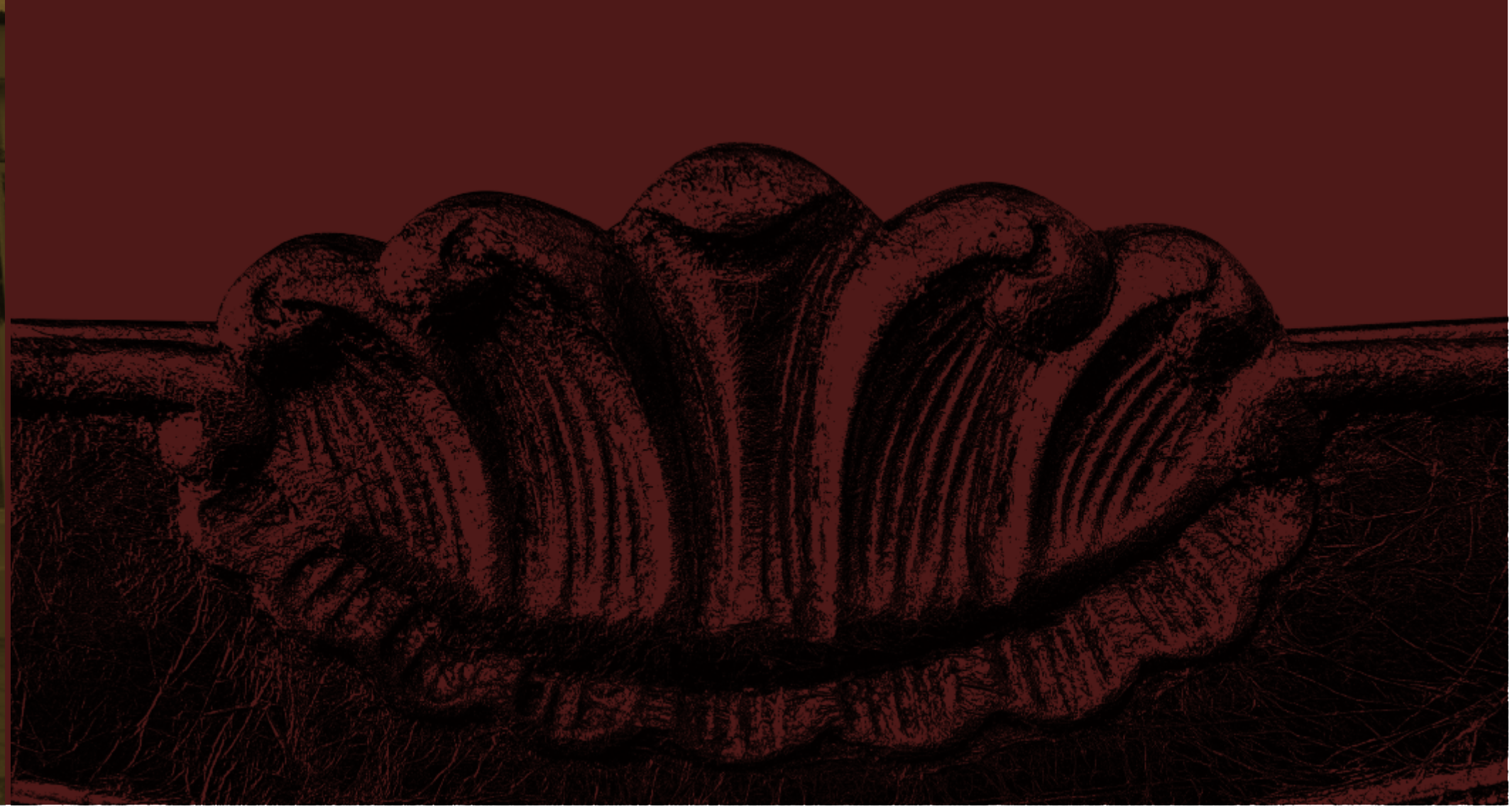




#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 147 03/04/2017 16:54:42


GOVERNO
DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE AREIA
FÓRUM DES. AURELIO
DE ALBUQUERQUE

Obras



Areia

Obra de arte e arquitetura no brejo paraibano

“Decidimos revitalizar este edifício como quem restaura uma obra de arte, para reintegrá-lo à bela paisagem, rural e urbana, do município de Areia” disse o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, durante a entrega da reforma do Fórum Desembargador Aurélio de Albuquerque.

O presidente Marcos destacou os encantos geográficos e históricos, além do aspecto cultural local. “Serra de Bruxaxá, de grandes casarios e montanhas, terra do pintor Pedro Américo e do ministro e escritor José Américo de Almeida”, afirmou.

O juiz que ocupou a titularidade da comarca pelos últimos dez anos, Edailton Medeiros Silva, compareceu ao evento e falou de sua luta para a implementação de melhorias no fórum. “Eram muitos os problemas. Arquivos sem ventilação, o que desencadeava proliferação de fungos e riscos de problemas respiratórios nas pessoas; infiltrações; goteiras, remoção de móveis em períodos de chuva, pouco espaço para locomoção. Hoje, Areia está agradecida pela solução de todos estes problemas”, destacou.

“Um cartório adequado produz muito. Temos salas de audiências, gabinete, salas para assessoria, setores de Distribuição, Secretaria, Salas para Oficiais de Justiça, Ministério Público, Defensoria, Tribunal do Júri. A comarca está preparada e equipada”, destacou.





#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 150 03/04/2017 16:55:05









#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 151 03/04/2017 16:55:15

Mamanguape

Segurança e conforto, com ambientes espaçosos

Mamanguape foi mais uma comarca a ganha nova estrutura judiciária. O antigo fórum foi reformado e expandido, dando lugar a um complexo judiciário, onde funcionam, agora, Juizado Especial, Vara Mista, Defensoria Pública e Arquivo. A inauguração, ocorrida em outubro de 2016, foi feita pelo desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, filho da terra.

"Mamanguape recebe uma obra inerente à sua importância. O Fórum passou por ampliações necessárias para atender aos anseios da comarca satisfatoriamente. Isso só foi possível graças a uma agenda propositiva dentro de um plano de governança, em que a criatividade superou as limitações orçamentárias", afirmou o presidente.

Na ocasião, o presidente Cavalcanti também lembrou nomes de personalidades jurídicas naturais de Mamanguape, entre elas, o desembargador Miguel Levino de Oliveira Ramos, que dá nome ao fórum.

O Complexo conta com mais segurança e conforto, área pra estacionamento, praça, uma brinquedoteca, além dos setores que ganharam mais espaço como ambiente para a OAB, sala para presos que aguardam audiência, entre outros.

O prefeito Eduardo Carneiro de Brito destacou que Mamanguape atende a cinco cidades, e que todas elas se beneficiam. "É um momento histórico para o município, que está sendo agraciado com este grande empreendimento judiciário voltado para dar celeridade processual, melhor atendimento e infraestrutura à nossa população", ressaltou.

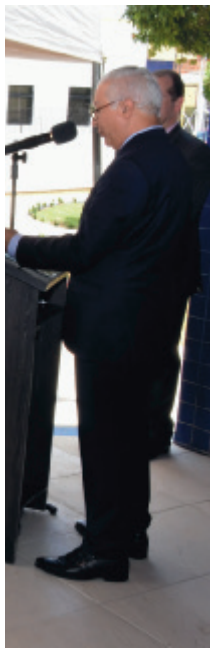




#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 152 03/04/2017 16:55:23











#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 153 03/04/2017 16:55:34

Solânea

Readequação do espaço interno e externo

O prédio do Fórum de Solânea passou por reforma, que contemplou troca de piso, de divisórias, pintura e nova instalação elétrica. A entrega da obra ocorreu no dia 12 de dezembro de 2016. A reforma proporcionou melhorias nas instalações físicas do prédio, com readequação do espaço interno e externo, proporcionando mais comodidade para servidores e o público.

"A reforma deu um novo ambiente ao Fórum de Solânea, importante comarca do Brejo paraibano", disse o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Marcos Cavalcanti.

O juiz Osenival dos Santos, diretor do Fórum, informou que a comarca contava, à época, com mais de três mil processos ativos. O magistrado falou também da importância da presença do presidente do Tribunal na comarca. "O desembargador Marcos Cavalcanti é um gestor que sempre dispensou apoio ao nosso trabalho. O pessoal se sente prestigiado e o juiz, também", comentou.







#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 154 03/04/2017 16:55:38



Serraria

Instalações da comarca no Brejo são ampliadas

As novas instalações do Fórum Governador Pedro Moreno Gondim, da comarca de Serraria, foram inauguradas no dia 23 de setembro de 2015. No novo prédio passaram a funcionar o cartório, gabinete, gerências, sala da Defensoria Pública, Central de Mandados, entre outros setores. Já o antigo fórum continua sendo utilizado para o Tribunal do Júri e Arquivo.

Para o juiz Gustavo Camacho Meira de Sousa, as novas instalações resolvem diversos problemas de infraestrutura que a comarca vinha enfrentando, como acessibilidade, salas próprias para recepção e atendimento ao jurisdicionado, mobiliário adequado.

O prefeito Severino Ferreira da Silva elogiou a iniciativa do TJPB, por melhorar o atendimento aos usuários. Já o presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, ressaltou que, em meio a situações de crises econômicas, é preciso buscar alternativas criativas para solucionar as demandas existentes.

"Mesmo diante de dificuldades, nossa gestão avançou, sobretudo, quanto à priorização do 1º grau. Desenvolvemos obras em muitas comarcas, principalmente nas regiões do Brejo e Curimataú", disse.

A entrega do anexo em Serraria fez parte da 1ª etapa do programa "Tribunal sem Distância", que visa aproximar os setores administrativos do Judiciário de todas as comarcas do Estado.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 155 03/04/2017 16:55:45

Complexo Judicial

Novo prédio no bairro de Mangabeira abrigará Arquivo e Almoxarifado

A comarca de João Pessoa terá mais um complexo Judiciário, que abrigará Arquivo, Almoxarifado e Depósito Judicial, no bairro de Mangabeira. O terreno destinado à edificação da unidade judiciária foi cedido ao Tribunal de Justiça da Paraíba pela Prefeitura e o documento de cessão de uso, pelo prazo (prorrogável) de 50 anos, com registro em cartório (certidão), foi entregue no dia 15 de março de 2016 ao presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque.

De acordo com a certidão, entregue pelo tabelião e oficial de registro Walter Ulysses de Carvalho, o tereno para uso do Judiciário está situado na Rua José Roberto Araújo de Souza, em Mangabeira, e foi cedido com destinação específica à construção do complexo, conforme projeto elaborado pelas Gerências de Engenharia e Arquitetura do TJ.

O desembargador Cavalcanti informou que, quando em funcionamento, o Complexo representará uma economia de R$ 500 mil aos cofres do Tribunal, em virtude de os equipamentos judiciários funcionarem, atualmente, em prédios alugados.

O processo de registro junto ao cartório, que demandou um trâmite junto a outros órgãos, como a Prefeitura de João Pessoa.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 156 03/04/2017 16:55:48





MAQUETE - O complexo Judiciário abrigará Arquivo, Almoxarifado e Depósito Judicial, no bairro de Mangabeira.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 157 03/04/2017 16:55:50

Tribunal do Júri

Ambiente no Fórum Criminal é reformado e ganha nova mobília

O 1º Tribunal do Júri de João Pessoa passou por reforma e ganhou nova mobília, equipamentos mais modernos, tribuna, piso e pintura. A entrega das novas instalações foi feita no dia 24 de janeiro de 2017 pelo desembargador Marcos Cavalcanti, em cerimônia no 5º andar do Fórum Criminal.

"Estou a oito dias de encerrar minha gestão e a faço com a consciência do dever cumprido. Ao todo, pude realizar reformas em 33 fóruns pelo Estado e, hoje, estou satisfeito por entregar mais esta, tão necessária e em atendimento a uma antiga reivindicação", afirmou o presidente Cavalcanti.

O titular da unidade judiciária, juiz Marcos William, agradeceu a realização da obra e, na ocasião, falou sobre a atuação diferenciada do Tribunal do Júri. "Aqui, temos um colegiado formado pelo povo. E esta instituição deve oferecer dignidade e condições logísticas de um bom trabalho; melhores instalações para a sociedade que vem participar dos julgamentos. Somos gratos pelas benfeitorias e podemos continuar a varar madrugadas, com o mínimo de conforto, nos julgamentos dos crimes dolosos e tentados contra a vida humana", declarou.

O evento contou também com a presença do desembargador José Aurélio da Cruz; do juiz Geraldo Porto, diretor do Fórum Criminal da comarca da Capital; dos juízes Ricardo Freitas, Michelini Jatobá, José Célio de Lacerda, Lua Yamaoka Mariz Maia, de diretores do Tribunal e servidores da unidade judiciária.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 158 03/04/2017 16:55:56









#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 159 03/04/2017 16:56:03

Comarca de Patos

Fórum ganha obras de acessibilidade

Buscando garantir o direito à acessibilidade em todas as suas áreas do Fórum 'Miguel Sátyro', na comarca de Patos, o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, entregou a rampa de acesso ao 1º andar do prédio, o elevador e o piso tátil interno e externo. As obras, entregues na tarde desta quinta-feira (26), tiveram início no primeiro semestre de 2016.

A solenidade de entrega contou com a presença da diretora em exercício do Fórum de Patos, juíza Vanessa Moura Pereira de Cavalcante, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Patos, Paulo Medeiros, além da juíza Anna Maria do Socorro Hilário Lacerda, advogados e servidores da Justiça.

No 1º andar do Fórum 'Miguel Sátyro' estão acomodados o Tribunal do Júri, bem como a 1ª e a 2ª varas Mistas e o 1º Juizado Especial Misto, no entanto, os portadores de necessidades especiais e pessoas com mobilidade reduzida enfrentavam dificuldades para ter acesso aos espaços, pois o prédio antigo existia apenas escadas e não garantia o direito a acessibilidade.

A juíza Vanessa Moura disse que "é com muita alegria que a comunidade jurídica e a população recebe essa obra de acessibilidade". Ela, na ocasião, também parabenizou o presidente Marcos Cavalcanti pela entrega do serviço reivindicada há anos pela sociedade.

O presidente Marcos Cavalcanti ressaltou, em seu pronunciamento, que a população de Patos tinha uma solicitação antiga e justa. "Aqui em Patos com muita satisfação essa



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 160 03/04/2017 16:56:07













“Essas obras de acessibilidade vão atender todas pessoas com dificuldades, com necessidades especiais e também as pessoas idosas que não podem subir escada, além do piso tátil para os portadores de deficiência visual.”

Desembargador Marcos Cavalcanti

acessibilidade, que vai atender todas pessoas com dificuldades, com necessidades especiais e também as pessoas idosas que não podem subir escada, além do piso tátil para os portadores de deficiência visual”, acrescentou.

Além de Patos, a comarca abrange os municípios de Cacimba de Areia, Santa Terezinha, Areia de Baraúnas, Quixaba, São José de Espinharas, Passagem e São José do Bonfim.

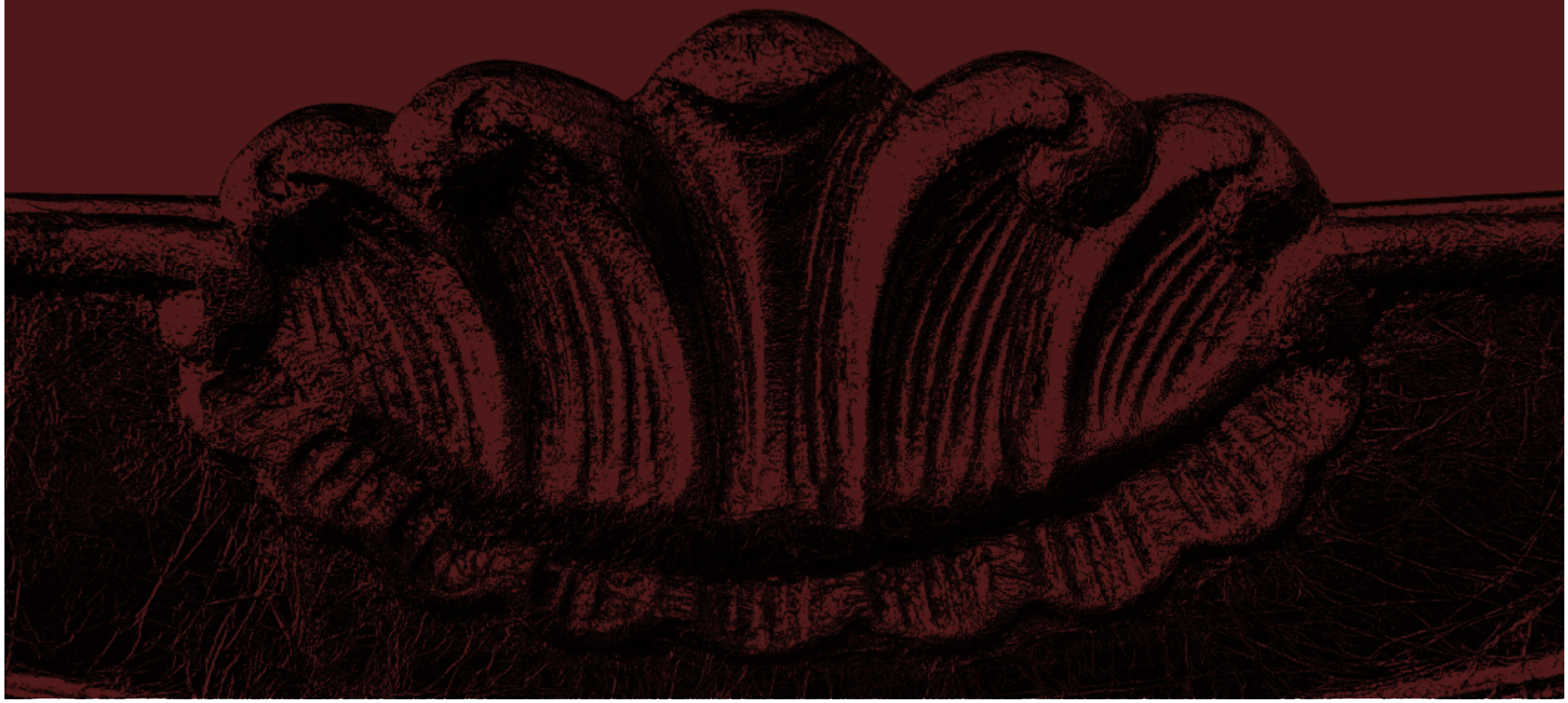
Acessibilidade consiste na possibilidade de acesso a um lugar ou conjunto de lugares. Significa não apenas permitir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida participem de atividades que incluem o uso de produto, serviços e informação, mas a inclusão e extensão do uso destes por todas as parcelas presentes em uma determinada população, visando sua adaptação e locomoção, eliminando as barreiras, consiste também em ter acesso a todo e qualquer material produzido, em áudio ou vídeo, para tanto adaptando todos os meios que a tecnologia permite.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 161 03/04/2017 16:56:20



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 162 03/04/2017 16:56:22

Corregedoria





#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 164 03/04/2017 16:56:36

Serviços

Novo portal oferece mais facilidade na busca por informações e certidões

Mais facilidade na busca online por cartórios extrajudiciais e na emissão de certidões eletrônicas são algumas das mudanças realizadas pela Corregedoria Geral da Paraíba para benefício da população.

Antes, para encontrar informações a respeito de cartórios extrajudiciais na Paraíba (como telefone para contato, horário de funcionamento, por exemplo) era necessário ligar para a Corregedoria ou acessar o site do Conselho Nacional de Justiça, onde é disponibilizado endereço, e-mail e telefone desses locais.

"Muitas vezes essas informações estão desatualizadas, o que leva a população a entrar em contato conosco", explicou Sebastião Alves, gerente de fiscalização extrajudicial da Corregedoria. Com o novo sistema, que está disponível desde o dia 27 de janeiro de 2017, o interessado pode obter essas e outras informações no próprio site da Corregedoria (http://corregedoria.tjpb.jus.br/).

Certidões

Outra novidade é a emissão de certidões negativas por empresas que participam de licitações. Para solicitar as certidões, os empresários tinham que se deslocar da sua cidade de origem para a Corregedoria. Após a mudança, o documento pode ser emitido no próprio site, acompanhado de um código de verificação para comprovar a autenticidade. "Essas mudanças trouxeram mais facilidade a quem utiliza os serviços da Corregedoria", completou Sebastião Alves.

Algumas atualizações foram realizadas para melhorar serviços antigos, como na área de cadastro dos cartórios, que beneficiam servidores e funcionários que atuam nesses locais.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 165 03/04/2017 16:56:37

Pai Presente

Mais de 13 mil jovens são reconhecidos formalmente

Por meio do projeto Pai Presente, 13.921 crianças e adolescentes da Paraíba foram reconhecidas pelo pai. Esse número reflete o resultado de cinco anos da iniciativa que constatou, em 2011, que 89.489 jovens na Paraíba não possuíam a identificação paterna no registro de nascimento. Atualmente, esse número foi reduzido para 75.568 registros.

Somente em João Pessoa, em que a população se aproxima dos 800 mil habitantes, o número de registros sem o nome do pai é de 17.325. Esse número é maior que o registrado em 2011, de 16.351. “Mas temos que considerar que crianças continuam nascendo”, ressaltou a secretária da Comissão Estadual de Adoção (Ceja), Ana Cananéa, responsável pelo desenvolvimento do projeto.

Em Campina Grande, Cabedelo, Santa Rita, Guarabira e Patos, a quantidade de certidões de nascimento sem o nome do pai é menor do que os registros de cinco anos atrás. “Com o projeto, muitos pais começaram a se interessar e viram que era boa ideia tomar essa atitude”, explicou a secretária.

Para o juiz Sivanildo Torres, coordenador do projeto, a escolha do pai em reconhecer formalmente o filho traz benefícios para todos os envolvidos. “Além de resguardar o bem-estar da criança, os pais vão trazer um bem maior para eles”. O magistrado informou que desde que o projeto foi implantado, os pais estão fazendo mais reconhecimentos espontaneamente.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 166 03/04/2017 16:56:39



O PROJETO

22 comarcas participam na Paraíba

Criado no ano de 2010, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o "Pai Presente" visa estimular o reconhecimento de paternidade de pessoas cujo o registro de nascimento não apresenta o nome do pai. Após a identificação da falta do nome paterno, a mãe é notificada e a partir da indicação do suposto pai, feita pela mãe ou filho maior de 18 anos, as informações são encaminhadas ao juiz responsável.

O projeto teve início, efetivamente, na esfera do judiciário paraibano, em 2011, atendendo a uma necessidade que surgiu a partir de uma análise do censo escolar de 2010. Através do censo, foi constatado a ausência do nome do pai no registro de crianças, adolescentes e até mesmo adultos.

Desde então, a Corregedoria de Justiça do Poder Judiciário estadual, assim como o Ceja, – que coordenam o "Pai Presente" – vêm realizando mutirões para mudar essa realidade. Atualmente, 22 comarcas fazem parte do projeto.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 167 03/04/2017 16:56:39

Adoção

Concurso de redação com alunos de 32 escolas públicas

O X Concurso de Redação sobre Adoção premiou oito alunos de escolas de João Pessoa. Estudantes do 6º ao 9º ano de 32 escolas públicas e privadas da região metropolitana da Capital escreveram sobre o tema "Adoção – Uma Linguagem de Amor".

A premiação é organizada pela Comissão Estadual de Adoção (CEJA), órgão vinculado à Corregedoria-Geral de Justiça. A entrega dos prêmios ocorreu na sede da Corregedoria, no Altiplano Cabo Branco.

Das 579 redações inscritas, 20 foram selecionadas para a avaliação final, onde foram premiados o primeiro e o segundo lugar de cada série. Os primeiros colocados ganharam notebooks e os classificados em segundo lugar receberam tablets. Além disso, foram sorteados três tablets entre os oito professores que acompanharam a premiação.

A campanha obteve o apoio de vários parceiros, a exemplo da AEMP (Associação das Esposas dos Magistrados e das Magistradas da Paraíba), Cartórios Carlos Ulysses, Eunápio Torres, Toscano de Britto e Travassos, ANOREG (Associação dos Notários e Registradores da Paraíba), Editoras Saraiva/Ática/Scipione, FTD, Moderna, Secretaria de Educação do Estado da Paraíba e a rede Sonho Doce.

Estiveram presentes durante a solenidade de premiação o desembargador-corregedor Arnóbio Alves Teodósio, o juiz Silvanildo Torres (secretário executivo da CEJA), o juiz Adhailton Lacet (1ª Vara da Infância da Capital), o professor Gilberto Cruz (representante da Secretaria de Educação de João Pessoa), Ana Lúcia Pedroza (representante do Cartório Eunápio Torres) e Aloísio Rodrigues Moura Filho (diretor da Corregedoria).



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 168 03/04/2017 16:56:42



Alunos receberam premiação. Nas fotos, com a equipe da Ceja, o desembargador-corregedor Arnóbio Alves Teodósio e o juiz da Infância, Adhailton Lacet, além de professores e representante de cartório.





#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 169 03/04/2017 16:56:46

Metas do CNJ

Missão é orientar os serviços judiciais de primeiro grau

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado da Paraíba já vem desenvolvendo uma série de ações, como forma de cumprir as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, concomitantemente, dar efetividade ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário estadual, para o período 2015-2018.

O corregedor de Justiça, desembargador Arnóbio Alves Teodósio, informou que esforços serão empreendidos na continuidade do "Planejamento Estratégico – Justiça se faz com otimização e ética – dessa Corregedoria", para o período 2013-2018, cuja missão primordial é orientar e controlar os serviços judiciais de primeiro grau e extrajudiciais, primando pela eficiência da prestação jurisdicional, por considerá-lo como modelo de efetividade nos serviços de orientação e disciplina, conforme previsto.

Com relação às Metas do CNJ para 2015, sobretudo no que diz respeito às Metas 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos: Na Justiça Estadual, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º grau, e até 31/12/2012, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais), em que o Corregedor Geral é Gestor, conforme Ato da Presidência nº 016/2015, busca-se orientar, acompanhar e apontar soluções para o saneamento de eventuais pendências existentes, visando o alcance dos resultados estabelecidos.

Em se tratando do Processo Judicial Eletrônico (PJE), constata-se um avanço significativo, conferindo uma maior agilidade e transparência nos trâmites processuais.

Quanto as ações implementadas no primeiro semestre dessa gestão e buscando, sobretudo, efetividade da prestação jurisdicional



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 170 03/04/2017 16:56:47



e extrajudicial, foram realizadas inspeções, correições e auditagens em diversas Comarcas e Unidades Judiciárias, conforme estabelece o próprio Regimento Interno do Tribunal de Justiça e Código de Normas Judicial dessa Corregedoria Geral da Justiça.

Destacam-se, dentre outros atos, a realização de Inspeção nas seguintes Unidades Judiciárias: 2ª Vara Mista da Comarca de Esperança, Vara Única da Comarca de Lucena, 1ª Vara Mista da Comarca de Pombal e 2ª Vara Mista da Comarca de Patos. E, ainda, das seguintes Correições: Vara Única da Comarca de Caaporã, Vara Única da Comarca de São Bento e 2ª Vara Mista da Comarca de Cajazeiras. Além das diversas Revisões realizadas: 1ª Vara Mista da Comarca de Itaporanga, Vara Única da Comarca de Aroeiras, 1ª e 2ª Varas Mistas da Comarca de Catolé do Rocha, 2ª Vara Mista da Comarca de Piancó, 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande, 2ª Vara Mista da Comarca de Guarabira, e concluindo neste mês de junho, 4ª Vara Mista da Comarca de Sousa e Vara Única da Comarca de Santa Luzia. Foram analisados mais de 20.000 (vinte mil) processos e lançados os provimentos necessários para o bom andamento na prestação jurisdicional.

Ressalte-se que nessa na gestão – período 2015/2016, primordialmente, objetiva-se, cada vez mais, dar continuidade à execução do Planejamento Estratégico para o período 2013-2018 já traçado e apontar as diretrizes necessárias ao alcance das metas preestabelecidas, tendo por foco principal não atuar apenas como um órgão punitivo, mas como um órgão que orienta, esclarece e exerce o controle e fiscalização das Unidades Judiciárias do 1º Grau e dos serviços extrajudiciais, de forma efetiva e transparente. Sabe-se que desafios existem, mas com determinação, coragem e união estão certos que, de alguma forma, contribuirão.

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado da Paraíba, órgão de função administrativa, disciplina, orientação e fiscalização, com jurisdição em todo o Estado e sede na Capital, encontra-se atualmente dirigida pelo desembargador Arnóbio Alves Teodósio, auxiliado por três Juízes Corregedores de terceira Entrância, Exmos. Drs. Wolfram da Cunha Ramos, Meales Medeiros de Melo e Carlos Eduardo Leite Lisboa, conforme previsão do Art. 25 da LC nº 96/2010 – LOJE, cujo primado é a transparência e eficiência no desempenho de suas atribuições, frente à missão que lhes fora confiada.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 171 03/04/2017 16:56:48



Esma



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 173 03/04/2017 16:57:04



A desembargadora Fátima Bezerra falou sobre “Feminicídio e Enfrentamento à Violência”.



A professora e advogada Fernanda Carvalho Leão Barretto, que abordou o tema
“A possibilidade de desconstituição dos vínculos paterno-filiais em face do abandono afetivo”.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 174 03/04/2017 16:57:11

Café com Lei

Projeto reuniu mais de 500 pessoas em conferências

Prova do sucesso, da credibilidade e da qualidade das palestras do projeto 'Café com Lei', da Escola Superior da Magistratura (Esma), é que mais de 500 pessoas participaram das sete conferências promovidas pela instituição de ensino, que é o braço acadêmico do Tribunal de Justiça no Estado.

A iniciativa almejou, durante o segundo semestre 2016, a abertura da escola para conteúdos de desenvolvimento intelectual dos alunos da Esma, estudantes de Direito de outras instituições de ensino, magistrados do Judiciário estadual, bem como operadores do Direito e a comunidade em geral. A entrada era gratuita e os participantes recebiam certificados.

De acordo com a diretora da Escola, desembargadora Fátima Bezerra Cavalcanti, o 'Café com Lei' tem significativa importância na credibilidade da Esma, pois estimulou o livre trânsito das ideias, a partir do momento em que oportunizou aos palestrantes a exposição e de seus conhecimentos e o contato com público interessado no mundo jurídico.

"Acredito na divulgação do saber tanto quanto no aprimoramento do mesmo. É deveras prazeroso assistir às apresentações, e trona-se ainda mais gratificante, para mim, ver que esse projeto abre as portas da escola para o público", ressaltou a diretora, que a foi a última conferencista a ministrar palestra. Na ocasião, ela abordou o tema "Feminicídio e Enfrentamento à Violência".



Direitos Humanos são debatidos em palestra na ESMA, com Noberto Bobbio.



Juiz Ricardo Vital, diretor-adjunto da Esma, coordenou palestras.

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 175 03/04/2017 16:57:15

Mérito Acadêmico

Esma aprova medalha 'Desembargador Simeão Cananéa'

O Conselho Consultivo da Escola Superior da Magistratura (Esma) aprovou, por unanimidade, a criação da Medalha do Mérito Acadêmico 'Desembargador Simeão Fernandes Cardoso Cananéa'.

Ao propor a criação da medalha, a desembargadora Maria das Graças Morais Guedes, então diretora da Esma, ressaltou que o desembargador Simeão Cananéa foi um dos maiores expoentes da magistratura paraibana, em todos os seus tempos.

"Essa é a primeira medalha instituída pela Esma, em seus 32 anos de funcionamento, e o nome do desembargador Cananéa enaltecerá essa condecoração. O desembargador Cananéa sempre foi um homem bom, simples, humano, amigo, solidário, prestativo e que foi responsável por grandes realizações em prol da Justiça da Paraíba", disse a diretora.



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 176 03/04/2017 16:57:17

Biblioteca

Mais de 400 usuários, por mês, usam espaço de estudos da Esma

Com um acervo de quase dois mil títulos e 61 periódicos na área do Direito, a Biblioteca da Escola Superior da Magistratura (Esma) atende mais de 400 usuários por mês gerando conhecimento e favorecendo a cidadania, como porta de entrada para o saber. O espaço de estudo funciona no térreo da instituição de ensino, das 8h às 21h30 de segunda à quinta-feira e, de 8h às 13h, na sexta-feira.

De acordo com o secretário da Esma, Carlos Eduardo Mendonça da Cunha, a biblioteca dispõe de obras sobre direito civil, penal, administrativo, do trabalho, econômico, tributário, do consumidor e constitucional, que podem ser consultadas pelos alunos da Escola, servidores do Poder Judiciário estadual e a comunidade em geral. O interessado também pode encontrar livros de filosofia, ciência política, medicina legal, constituições e dicionários.

Para ter acesso ao acervo e as cabines de estudo, a Escola está realizando o cadastro dos usuários. "É necessário que o interessado apresente comprovante de residência, CPF, carteira de identidade e duas fotos 3×4", disse Carlos Eduardo. O local dispõe de 19 cabines individuais, num ambiente climatizado, e os livros e periódicos trazem informações sobre autor, título e assunto.

O empréstimo de livros só é permitido aos alunos matriculados no Curso de Preparação à Magistratura (CPM), além dos servidores do Judiciário estadual.

Já em relação a aquisição de novos títulos, Carlos Eduardo ressaltou que a diretoria da Esma, que tem à frente a desembargadora Maria das Graças Morais Guedes, está sempre em busca de aumentar seu acervo, ao tempo que incentiva o hábito da leitura e da pesquisa, como forma de ampliar o nível de conhecimento dos seus usuários.





#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 177 03/04/2017 16:57:23

Escola Itinerante

Projetos levam conhecimento às diversas comarcas do Estado

A Escola Superior da Magistratura (Esma) lançou o projeto 'Escola Itinerante' e o programa 'Palavra Acadêmica'. A iniciativa objetiva interiorizar ações educativas, com foco no novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), possibilitando que magistrados, servidores e assessores de juízes do 1º Grau, das mais diversas comarcas do Estado, tenham oportunidade de aprimorar os conhecimentos e práticas para melhor atuarem na prestação jurisdicional.

Segundo a diretora da Esma, desembargadora Fátima Bezerra, as oficinas temáticas ocorrerão em diferentes unidades judiciais e serão convidados magistrados e servidores comprometidos com a disseminação do conhecimento, o contínuo avanço intelectual e a melhoria na prestação jurisdicional em decorrência das modificações da nova legislação brasileira.

O projeto Escola Itinerante é fruto da ação conjunta das Coordenações Acadêmicas de Formação Inicial e Continuada de Magistrados, de Formação Inicial e Continuada de Servidores e a de Extensão, mediante a organização de grupos, em diferentes oficinas temáticas.

A diretora da Escola fez questão de ressaltar que a iniciativa conta com o apoio do desembargador Marcos Cavalcanti, presidente do TJPB. Ele parabenizou a diretoria pela iniciativa, "de vanguarda", ao levar conhecimento acadêmico aos juízes e servidores do Estado. "Esse é um método novo que a Esma está aplicando, além de ser moderno e atual", disse.

Já o presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), juiz Horácio Ferreira de Melo Júnior, ressaltou como positiva o lançamento do projeto Itinerante, ao levar à Escola para o interior e, dessa forma, facilitando o acesso dos magistrados e dos servidores.





#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 178 03/04/2017 16:57:27









#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 179 03/04/2017 16:57:33



#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 181 03/04/2017 16:57:35

#000000_RELATORIO_2017_MIOLO_TJPB .indd 182 03/04/2017 16:57:35